



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Brasília – DF
2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 178, de 2019, e Portaria TCU nº 378, de 2019.

LISTA DE SIGLAS

Siglas pertencentes à Câmara dos Deputados

Aproge – Assessoria de Projetos e Gestão
 CD – Câmara dos Deputados
 Ceam – Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais
 Ceap – Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar
 Cedi – Centro de Documentação e Informação
 Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
 Cetec – Centro de Tecnologia Norte
 CGE – Comitê de Gestão Estratégica
 Conle – Consultoria Legislativa
 Conof – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
 Coped – Comissão Permanente de Disciplina
 DataCâmara – Serviço de Análise de Dados para Gestão
 Deapa – Departamento de Apoio Parlamentar
 Decom – Departamento de Comissões
 Defin – Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
 Demed – Departamento Médico
 Demap – Departamento de Material e Patrimônio
 Depes – Departamento de Pessoal
 Depol – Departamento de Polícia Legislativa
 Detaq – Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
 Detec – Departamento Técnico
 DG – Diretoria-Geral
 Dileg – Diretoria Legislativa
 Dirad – Diretoria Administrativa
 Ditec – Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação
 DRH – Diretoria de Recursos Humanos
 EcoCâmara – Comitê de Gestão Ambiental (extinto)
 eDoc – Solução de Tramitação de Documentos Eletrônicos
 Infoleg – Informações Legislativas
 Nual - Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio
 PACC – Plano Anual de Compras e Contratações

Siglas pertencentes à Câmara dos Deputados

PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
 RICD – Regimento Interno da Câmara dos Deputados
 Secin – Secretaria de Controle Interno
 Secom – Secretaria de Comunicação Social
 Semid – Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais
 SGM – Secretaria-Geral da Mesa
 Sileg – Sistema de Informação Legislativa
 Siorc – Sistema de Gestão Orçamentária
 SP – Secretário Parlamentar

Demais Siglas

APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcionais
 Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CEF – Caixa Econômica Federal
 CID – Classificação Internacional de Doenças
 CNE – Cargo de Natureza Especial
 CPD – Comissão Permanente de Disciplina
 CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
 Funpresp - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público
 Gepo – Grupo de Exame Periódico Ocupacional
 GND – Grupo de Natureza de Despesa
 ICP - Infraestrutura de Chaves Públicas
 LAI – Lei de Acesso à Informação
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
 LTO – Linear Tape Open
 LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
 PPA – Plano Plurianual
 Prosat – Programa de Saúde do Trabalhador
 SPU – Secretaria do Patrimônio da União
 STN – Secretária do Tesouro Nacional
 TCE – Tomada de Contas Especial
 TI – Tecnologia da Informação
 TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
 UGR – Unidade Gestora Responsável
 UPC – Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	5
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	6
1.1 Finalidade e Competências	6
1.2 Estrutura Organizacional.....	6
1.3 Planejamento Estratégico	9
1.4 Cooperação técnica.....	15
2 GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVA.....	17
2.1 Governança no Parlamento	17
2.2 Estrutura de Governança	18
2.3 Gestão de Riscos Corporativa e Controles Internos	22
2.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	23
2.5 Atividades do sistema de correição	26
2.6 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário.....	28
2.7 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados	28
3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	30
3.1 Gestão Orçamentária e Financeira	30
3.2 Gestão de Pessoas.....	36
3.3 Gestão do Patrimônio, da Infraestrutura e das Compras e Contratações Públicas	46
3.4 Gestão da tecnologia da informação e comunicação (TIC).....	56
3.5 Gestão da informação.....	61
3.6 Sustentabilidade na Câmara	66
3.7 Acessibilidade na Câmara	69
4 ATIVIDADE LEGISLATIVA.....	72
5 PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	77
6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO.....	88
6.1 Resumo do processo para determinar a materialidade das informações constantes do Relatório de Gestão de 2019	88
6.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	88
6.3 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	89
6.4 Sistemática de apuração de custos	90
7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	91
8 ANEXOS E APÊNDICES	97
8.1 Declaração de Integridade do Relato Integrado	97

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2019, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos. No ano de 2019, a Câmara dos Deputados continuou exercendo papel central no diálogo dos temas nacionais, contribuindo para a estabilidade política e a aprovação de medidas voltadas para a recuperação econômica do País, como a reforma da Previdência Social. Houve ainda a ampliação das discussões sobre as reformas administrativa e tributária e a respeito de outros temas de relevante interesse social e econômico. As informações constantes deste Relatório de Gestão são íntegras conforme atesta o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) na “Declaração de Integridade do Relato Integrado” anexa. Ressalto, dentre os trabalhos realizados pela Câmara, a busca da melhoria e da integração dos serviços prestados, com o início do mapeamento, avaliação e revisão dos serviços e produtos entregues pela estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. A Câmara centrou esforços nessa iniciativa, bem como no encerramento dos projetos remanescentes do portfólio corporativo anterior. A reorganização dos serviços prestados, a partir da revisão quantitativa e qualitativa dos recursos necessários para entregar melhores resultados, visa, em longo prazo, a reestruturação organizacional da Câmara dos Deputados, com foco no aumento da eficiência. Dentre várias outras iniciativas relevantes, merecem destaque o novo Processo Legislativo Digital, o I Concurso de Boas Práticas de Gestão, patrocinado pela Primeira-Secretaria, uma série de obras nos edifícios do complexo arquitetônico principal da Câmara, que visam restabelecer a vocação original das instalações, a partir da destinação de áreas nobres às atividades parlamentares, e as entregas dos projetos corporativos. Em 2019, a Câmara também instituiu o Conselho Consultivo de Comunicação Social, responsável por zelar pelo

respeito à diversidade de opiniões e à pluralidade partidária na linha editorial dos seus veículos de comunicação, mais um importante passo para a democratização do processo legislativo. Além disso, a Câmara dos Deputados promoveu melhorias em sua gestão de maneira a reduzir despesas e aumentar receitas. Ao dar a sua contribuição para a redução do déficit fiscal brasileiro, esta Casa Legislativa dá exemplo de compromisso com o País.

Rodrigo Maia

Presidente

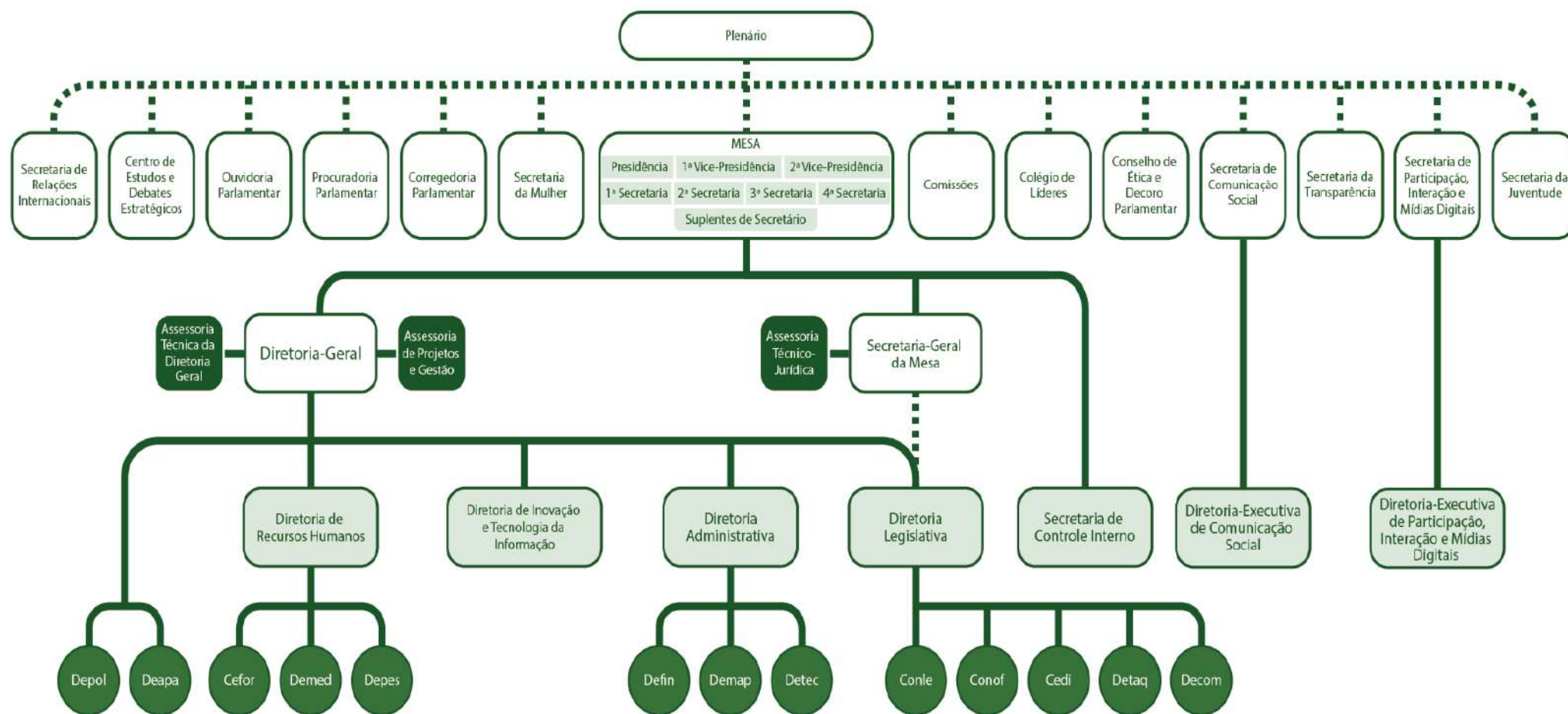
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

1.1 Finalidade e Competências

A Câmara dos Deputados é composta de representantes do povo, eleitos para uma legislatura (4 anos), pelo sistema proporcional, em cada estado da federação e no Distrito Federal. As competências desta Casa legislativa, estabelecidas na Constituição Federal, abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (art. 49 a 51 e art. 70).

1.2 Estrutura Organizacional

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas diretamente pelos parlamentares, com o suporte de estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. Essas estruturas técnicas são diretamente subordinadas à Mesa, órgão político-institucional que exerce a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos, cujos titulares são parlamentares, eleitos entre os pares, para mandato de dois anos. A direção da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa subdivide-se, respectivamente, em Diretoria-Geral (DG) e Secretaria-Geral da Mesa (SGM), ambas situadas no mesmo nível hierárquico. A DG é departamentalizada, de maneira funcional, em diretorias, assessorias, consultorias, departamentos, centros e coordenações, enquanto a SGM é estruturada em assessorias e coordenações. A representação gráfica dessa estrutura é apresentada na próxima página e também pode ser consultada em detalhes no [portal da Câmara](#).



Mesa (2018-2019)

A Mesa dirige os trabalhos legislativos e os serviços administrativos. Seus titulares são eleitos, entre os deputados, para mandato de dois anos. Compõe-se da Presidência, duas vice-presidências, quatro secretarias, quatro suplências e órgãos auxiliares. Cabe ressaltar que a titular da Primeira-Secretaria, como superintendente dos serviços administrativos, é responsável por monitorar se as diretrizes da Mesa estão sendo observadas, direcionando a gestão. A competência dos membros da Mesa foi fixada pelo [Ato da Mesa nº 95, de 2013](#) e sua composição ao final do ano de 2019 era a seguinte.



PRESIDÊNCIA

Rodrigo Maia
Presidente
Partido/UF: DEM-RJ

Marcos Pereira
1º Vice-Presidente
Partido/UF: PRB-SP

Luciano Bivar
2º Vice-Presidente
Partido/UF: PSL-PE

SECRETÁRIOS(AS)

Soraya Santos
1ª Secretária
Partido/UF: PL-RJ

Mário Heringer
2º Secretário
Partido/UF: PDT-MG

Fábio Faria
3º Secretário
Partido/UF: PSD-RN

André Fufuca
4º Secretário
Partido/UF: PP-MA

SUPLENTES DE SECRETÁRIOS

Rafael Motta
1º Suplente
Partido/UF: PSB-RN

Geovania de Sá
2º Suplente
Partido/UF: PSDB-SC

Isnaldo Bulhões Jr.
3º Suplente
Partido/UF: MDB-AL

Assis Carvalho
4º Suplente
Partido/UF: PT-PI

1.3 Planejamento Estratégico

As Casas Legislativas, no que tange aos aspectos de governança e gestão, são instituições *sui generis*. O planejamento estratégico é um instrumento essencial para a administração da Câmara dos Deputados, que ajuda a definir prioridades, alocar recursos e garantir que todos os colaboradores estejam trabalhando em uma única direção. Contudo, não inclui as atividades de caráter político-legislativo e partidário, que são exercidas pelos deputados e organizadas por colegiados como a Mesa e o Colégio de Líderes. Por suas características próprias, a atividade política não se submete à lógica administrativa comum, desenvolvida nas empresas e em instituições públicas do Poder Executivo. Cada deputado é autônomo e independente para definir como desempenhará seu mandato, prestando contas principalmente para o eleitor e o partido político ao qual está vinculado. Além disso, outros atores políticos externos à Câmara dos Deputados interagem intensamente nos processos de trabalho, modificando a dinâmica e o resultado das ações. O foco do planejamento estratégico é, portanto, a constante evolução das capacidades institucionais, a fim de dar aos deputados meios para exercer plenamente os seus mandatos, atender os anseios da sociedade e colaborar para o desenvolvimento nacional, de modo a garantir e fortalecer a democracia brasileira. A seguir, são apresentadas a missão, a visão de futuro e os valores da Câmara dos Deputados.

Missão

Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.



Visão

Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.

Valores

Ética, busca pela excelência, independência do Poder Legislativo, legalidade, pluralismo e responsabilidade social.



Principais processos de trabalho da Câmara

Para a realização da missão institucional, desempenha-se na instituição uma série de processos de trabalho chamados de macroprocessos finalísticos, pois impactam a sociedade diretamente, vinculam-se à atuação parlamentar e constituem a razão de ser da Câmara dos Deputados. São eles:


- Representar o povo brasileiro;
- Elaborar diplomas legais;
- Fiscalizar os seus atos e dos demais Poderes.

Os macroprocessos finalísticos, acrescidos dos macroprocessos de governança e gestão, de processo legislativo, de relacionamento institucional, de pessoas e de infraestrutura, fazem parte da [Arquitetura de Processos de Trabalho da Câmara dos Deputados](#). Atualmente há estudos para revisão dessa arquitetura, com o objetivo de reorganizar as atividades por tema, tornar as informações mais claras, subsidiar a execução da estratégia da Câmara dos Deputados e proporcionar uma melhor alocação dos recursos disponíveis. O quadro apresentado na próxima página descreve os macroprocessos finalísticos e apresenta suas respectivas atividades, produtos, insumos, responsáveis e clientes.

Macroprocessos	Descrição	Atividades relacionadas	Produtos	Participação na receita da UPC	Insumos	Responsáveis	Clientes
Elaborar diplomas legais (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, medidas provisórias, lei do plano plurianual, decretos legislativos, resoluções).	Apreciação e eventual alteração do ordenamento jurídico que rege a sociedade brasileira.	Propositura, discussão e deliberação de matérias legislativas. Promulgação de matérias legislativas específicas e remessa de proposições aprovadas ao Senado Federal ou ao Poder Executivo. Apreciação de vetos (sessões do Congresso Nacional).	Proposições Debate; apreciação; diploma legal.	Não se aplica.	Apoio técnico-legislativo, jurídico-regimental e constitucional, administração material, logística e operacional das atividades parlamentares.	Mesa; Plenário; Colégio de Líderes; comissões; deputados.	Sociedade; Senado; TCU; Poder Executivo; Poder Judiciário.
Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes.	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo e sistema de controle interno de cada Poder; fiscalização dos atos do presidente e vice-presidente da República, dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e do advogado-geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	Sustação dos atos normativos dos demais poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; julgamento das contas prestadas pelo presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo; fiscalização e controle dos atos dos demais poderes, incluídos os da administração indireta.	Relatórios finais de fiscalização e controle, relatórios finais de CPI, planos de execução e proposições relacionadas	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo e administração material, logística e operacional para identificação e formulação de proposições relativas à fiscalização e ao controle. Parecer técnico sobre as contas do Poder Executivo, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.	Mesa; Plenário; comissões; deputados.	Sociedade; Ministério Público; Poder Judiciário; Tribunal de Contas da União.
Representar o povo brasileiro.	Exercício da soberania popular, trazendo ao Parlamento as reivindicações da sociedade brasileira.	Ações de interação com a sociedade (visitas às bases eleitorais, participação em eventos, recepção de autoridades e de representantes da sociedade organizada, fóruns e debates em ambiente digital, divulgação da atuação parlamentar, etc.). Inclusão de temas relevantes para a sociedade nos debates e na agenda legislativa.	Discursos e pronunciamentos, proposições legislativas, audiências públicas e comissão geral.	Não se aplica.	Apoio técnico-legislativo e secretariado parlamentar com vistas a ampliar o acesso dos cidadãos aos seus representantes.	Plenário; Mesa; Colégio de Líderes; comissões; deputados.	Sociedade; República.

Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para a Administração e os serviços da Câmara dos Deputados, 2019 foi um ano de reorientação. Com a chegada da nova Mesa, cujo foco está na melhoria e integração dos serviços prestados, a Câmara dos Deputados iniciou um trabalho de mapeamento, avaliação e revisão dos serviços e produtos entregues pela estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. Em função disso, no exercício vigente, optou-se por centrar esforços neste processo de mapeamento, avaliação e revisão dos produtos e serviços oriundos dos processos de trabalho, bem como no encerramento dos projetos remanescentes do portfólio corporativo anterior. A reorganização dos serviços prestados, a partir da revisão quantitativa e qualitativa dos recursos necessários para entregar melhores resultados, visa, em longo prazo, a reestruturação organizacional da Câmara dos Deputados com foco no aumento da eficiência. Na sequência, é apresentado quadro com a estratégia da Câmara dos Deputados, revisada em 2018 ([Ato da Mesa nº 250, de 2018](#)), para o período 2012-2023.

	MISSÃO	Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.
	VISÃO	Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.
	VALORES	Ética; Busca pela excelência; Independência do Poder Legislativo; Legalidade; Pluralismo e Responsabilidade Social.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

LINHAS DE ATUAÇÃO

1. Sintonia

Ampliar a sintonia da agenda do Legislativo com os anseios da sociedade.

- 1.1** Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada;
- 1.2** Sistematizar o uso institucional das mídias sociais e tecnologias para compreender os interesses do cidadão.

2. Transparência

Ampliar a transparência das atividades e informações da Câmara dos Deputados e das políticas públicas.

- 2.1** Facilitar o acesso da sociedade às informações em linguagem clara e de forma inclusiva;
- 2.2** Promover a transparência ativa e o controle social;
- 2.3** Ampliar a divulgação da atividade parlamentar e das ações institucionais em diferentes plataformas.

3. Interação

Fortalecer a participação da sociedade nos processos legislativo e de fiscalização e controle.

- 3.1** Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados;
- 3.2** Aprimorar os instrumentos de manifestação e participação da sociedade no processo legislativo de forma a qualificar e fortalecer a democracia representativa.

4. Qualidade das Leis

Melhorar a qualidade das leis e do ordenamento jurídico brasileiro.

- 4.1** Aprimorar os mecanismos de sistematização e publicação de diplomas legais de forma a subsidiar a consolidação e revisão de normas;
- 4.2** Desenvolver meios que possibilitem a avaliação da necessidade, viabilidade e potenciais impactos associados à implementação das leis;
- 4.3** Desenvolver instrumentos que aprimorem o processo legislativo e que permitam aferir o resultado e avaliar a aplicação das leis.

5. Fiscalização

Aprimorar a avaliação e a fiscalização das políticas públicas e das ações do Estado.

- 5.1** Desenvolver mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para a eficiência e a efetividade das ações do Estado;
- 5.2** Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com cidadãos, órgãos governamentais e com a sociedade organizada;
- 5.3** Promover ações que estimulem o uso adequado de recursos públicos;
- 5.4** Desenvolver instrumentos de Inteligência Legislativa para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização e controle.

6. Cidadania

Fomentar a educação pública e a cidadania ativa

- 6.1** Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, a legislação vigente, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados;
- 6.2** Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo;
- 6.3** Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa;
- 6.4** Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno;
- 6.5** Fortalecer a preservação e a divulgação da memória do Legislativo.

7. Gestão

Aperfeiçoar a gestão da Câmara dos Deputados

- 7.1** Aprimorar a governança, o processo decisório, as práticas de gestão e a cooperação entre as áreas;
- 7.2** Aprimorar a gestão da informação e intensificar a aplicação de práticas de gestão do conhecimento;
- 7.3** Assegurar a infraestrutura adequada e continuidade dos serviços, com foco em acessibilidade, sustentabilidade e segurança das pessoas, da informação e do patrimônio;
- 7.4** Promover a gestão de pessoas baseada em efetividade, ética, cooperação, desenvolvimento contínuo, equidade, mérito, responsabilidade socioambiental e saúde integral;
- 7.5** Melhorar a ciência administrativa, a qualidade do gasto e a utilização dos recursos;
- 7.6** Ampliar o compartilhamento de serviços entre a Câmara e o Senado e a cooperação com parlamentos;
- 7.7** Fomentar a inovação no Poder Legislativo.

Desafio do planejamento estratégico

Conforme explicado na introdução deste item do Relatório ([1.3 Planejamento Estratégico](#)), as atividades finalísticas da Casa, relacionadas ao exercício do mandato parlamentar, não são passíveis de serem mensuradas por meio de indicadores. Continua sendo desafio para a Gestão desenvolver métricas que sejam capazes de avaliar suficientemente os resultados das ações e projetos corporativos que contribuem para melhoria dos serviços de suporte técnico-legislativo e técnico-

administrativo, substituindo, dessa forma, os indicadores de desempenho apresentados em relatórios de gestão anteriores, que não se mostraram efetivos.

Resultados do planejamento estratégico

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados pode ser entendido como um conjunto de balizas que delimita o campo de atuação das ações de melhoria organizacional a serem implementadas durante o ciclo de gestão estratégica. Está estruturado em diretrizes e linhas de atuação. Sua implementação se dá por meio de projetos estratégicos, que são acompanhados pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Cabe ressaltar que a atividade-fim da Câmara dos Deputados integra, no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 ([Lei nº 13.249, de 2016](#)), o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados. Esse programa é classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, razão pela qual é dispensado o detalhamento das respectivas ações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA). No âmbito setorial, é possível observar o uso de indicadores temáticos, como os utilizados para aferir o desempenho do [Plano de Logística Sustentável](#), que visa a adoção de práticas de sustentabilidade que integram ações transversais relacionadas à infraestrutura, logística e responsabilidade social. Por fim, considerando os objetivos do exercício, novas iniciativas foram adiadas para o próximo exercício e o portfólio de projetos corporativos, definido para o período de 2019-2020, foi mantido sem alterações. Os projetos em curso apresentaram as seguintes entregas:

✓ i9 Gestão (Câmara de Inovação)

Fomentar a inovação na Câmara dos Deputados, conectando pessoas, desenvolvendo capacidades e promovendo a construção de soluções transversais para desafios institucionais que contribuam para o alcance da sua visão de futuro.

Entregas: *Squads* – Soluções transversais para problemas transversais; Plano de Capacitação; Plano de Comunicação; Rede de Inovação; Modelo de Gestão da Inovação; Facilitação de Reuniões Express; e Espaços de Colaboração.

✓ **Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)**

Implantar a Gestão de Continuidade de Negócios na Câmara dos Deputados.

Entregas: Levantamentos; Capacitação; Metodologia; Política de GCN; Implantação do Piloto; Comunicação e Transição.

✓ **Gestão de Custos para Decisão**

Sistema de apropriação de custos voltado para o aperfeiçoamento do processo decisório, especialmente, para a escolha de alternativas de ação e para a apuração de custos de unidades administrativas.

Entregas: Devido à constatação da necessidade de uma maior maturidade sobre os itens de custo, o CGE aprovou um adiamento do cronograma de entregas do projeto. Para maiores informações, consulte o tópico "[6.4 Sistemática de Apuração de Custos](#)".

✓ **Infoleg – Autenticador**

Desenvolver um novo sistema autenticador para possibilitar o envio (apresentação), o recebimento e a numeração automáticos de proposições e demais documentos legislativos, considerando a utilização de assinatura digital e o armazenamento e versionamento de documentos em repositório específico para gestão de documentos.

Entrega: Implantação assistida do sistema.

✓ **Virada Digital**

Com base em diagnóstico, o Projeto Virada Digital entregará para a Câmara dos Deputados um novo Portal. A sociedade foi convidada a participar, por meio da realização de concurso (desafio.leg) para o layout do novo Portal.

Entregas: Implementação da nova arquitetura, *layout* e inteligência do portal. Páginas estatisticamente mais visitadas, com serviços voltados diretamente aos cidadãos, reformuladas e concluídas – nesse rol estão a nova página de deputados, a de transparência e gastos parlamentares, as temáticas e educativas, a ficha de tramitação amigável, a de resultados legislativos e transparência, a do Plenário e a das comissões, as páginas de notícias e transmissões (Acompanhe), além da página de aplicativos oficiais da Câmara dos Deputados.

✓ **Modernização da Cota Parlamentar**

Automação de procedimentos para a redução das operações manuais de conferência de documentos fiscais reembolsáveis da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar e ampliação da transparência e do controle social sobre essas despesas.

Entregas: Notas Fiscais Eletrônicas (NFe's); inclusão de ferramentas de facilitação no módulo de contratos de locação de veículos e de máquinas e equipamentos; criação do lote eletrônico (e-Lote); treinamento de pessoal; publicação dos atos normativos; Sistema de Gestão de Passagens Aéreas.

1.4 Cooperação Técnica

A Câmara dos Deputados promove o intercâmbio de experiências e boas práticas de governança, gestão, apoio à atividade parlamentar, transparência e prestação de contas com parlamentos nacionais e estrangeiros e organismos multilaterais. Nesse sentido, a cooperação técnica é uma importante ferramenta para a Câmara dos Deputados compreender o ambiente externo, a partir da realização de atividades que possibilitam o debate, a discussão e o amadurecimento desses temas, tanto em suas dependências como por meio da participação em fóruns, encontros e outros eventos de treinamento e/ou capacitação, dando visibilidade aos trabalhos técnicos de excelência desenvolvidos por esta Casa. A seguir, destacam-se as principais ações em âmbito nacional e internacional.



Ações nacionais



Open Government Partnership (OGP)

Parceria do Congresso Nacional com a OGP para desenvolver ações que promovam boas práticas de parlamento aberto. Cabe à Câmara dos Deputados coordenar a implementação do Compromisso 7, do 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto (2019-2020). O Compromisso tem como foco incrementar a transparência para aumentar a participação social no processo legislativo.



Rede Legislativa de Governança e Gestão de Casas Legislativas (ReGov)

Fórum de Gestores das Casas Legislativas nas esferas estadual e federal criado para promover a governança e gestão. Em 2019, promoveu encontros para desenvolver e difundir o Modelo de Referência em Governança e Gestão de Casas Legislativas e tratar de temas como os desafios da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito das casas legislativas ([Lei nº 13.709, de 2018](#)).

Ações internacionais



ParlAméricas



Organismo Multilateral que apoia as iniciativas de Parlamento Aberto nas Américas e no Caribe. A Câmara dos Deputados iniciou os preparativos para sediar, em abril de 2020, o 5º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAméricas. O tema central do evento será “Combatendo a desinformação para promover um discurso público responsável”.

Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamntos de Língua Portuguesa – ASG-PLP



A ASG-PLP é a entidade de cooperação técnica entre os parlamentos de língua portuguesa, criada em 1998. Atualmente, a presidência da ASG-PLP é exercida pela Câmara dos Deputados. Dando prosseguimento à sua ativa participação neste importante fórum, em 2019,

servidores da Casa participaram dos seguintes eventos: “VI Curso de Formação Interparlamentar – o Parlamento e os cidadãos”, em Lisboa, “XIV Encontro dos Quadros da Área de Informática – desmaterialização dos processos nos Parlamentos de língua portuguesa”, em Luanda, “XX Encontro de Secretários-Gerais – o papel das administrações parlamentares na implantação das Resoluções de Organizações Interparlamentares”, em Luanda. Além disso, Câmara dos Deputados e Senado Federal sediaram, em Brasília, o “I Encontro dos Quadros das Áreas de Redação e Audiovisual”.



Associação dos Secretários-Gerais de Parlamntos – ASGP

A ASGP é um órgão consultivo da União Interparlamentar (UIP), integrado por Secretários-Gerais de parlamentos do mundo. Apoiada pelo Centro de Inovação em Parlamentos da UIP, a Câmara lidera o projeto “Nuvem Interparlamentar” que prevê a interligação de dados abertos entre os parlamentos. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados realizou, em maio de 2019, a primeira reunião de trabalho do projeto. O evento durou uma semana e contou com a participação de 19 representantes dos parlamentos do Canadá, Chile, Espanha, Estônia, Finlândia, Israel, Ucrânia, além do Parlamento Europeu, do Parlamento Pan-Africano e da UIP.



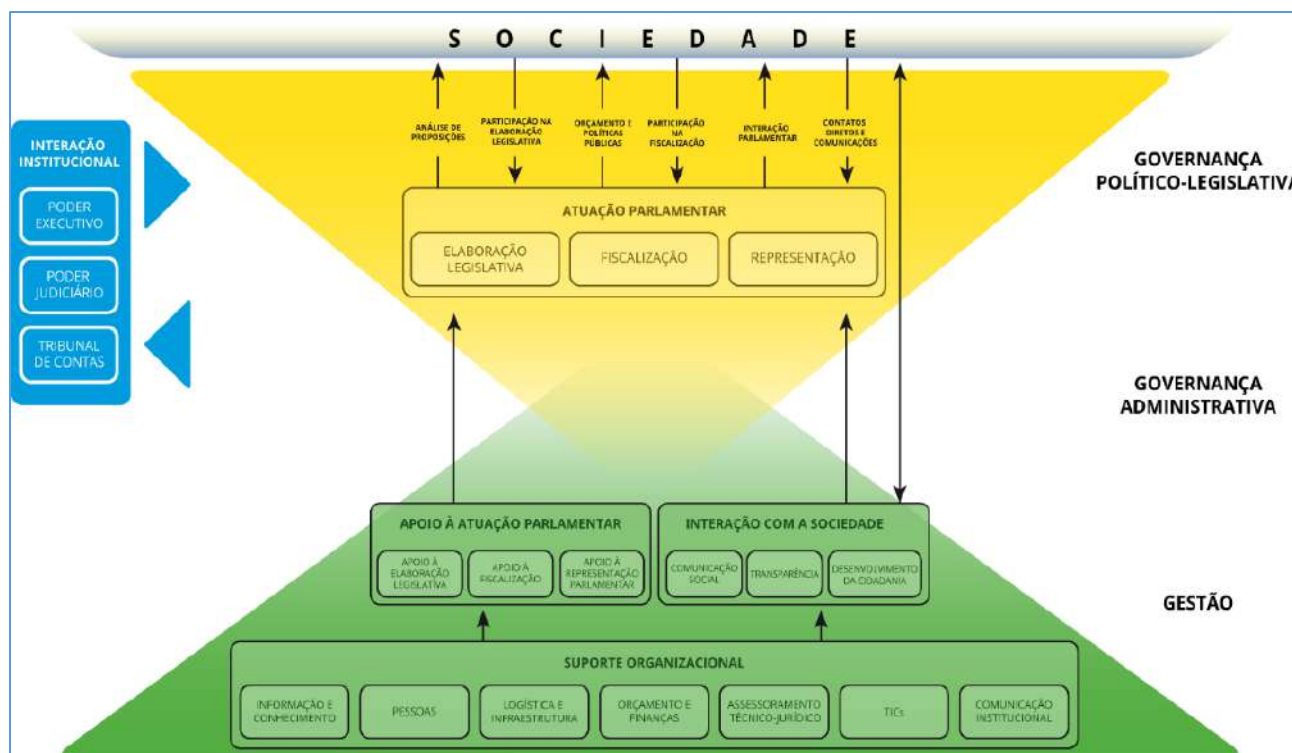
Parlamento Europeu

A Câmara dos Deputados e o Parlamento Europeu promoveram dois encontros. No mês de junho, a Casa recebeu uma delegação de alto nível de servidores do Parlamento Europeu e em outubro uma delegação de servidores da Casa foi convidada ao Parlamento para uma missão técnica. Nas duas ocasiões, foi possível conhecer os principais processos de trabalho e a identificação de boas práticas de governança e gestão.

2 GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVA

2.1 Governança no Parlamento

O funcionamento da governança da Câmara dos Deputados, conforme detalhado na figura abaixo, divide-se em dois níveis: **Governança político-legislativa**, que se refere ao processo político-democrático da interação entre parlamentares e entre os parlamentares e os cidadãos, no exercício das funções constitucionais de “Representar”, “Elaborar Leis” e “Fiscalizar”; e **Governança administrativa**, que diz respeito aos processos de governança relacionados à gestão dos serviços prestados pela Câmara, com vistas a garantir os serviços necessários à plena execução do processo político-democrático e prestar serviços de logística, infraestrutura e informação a parlamentares e cidadãos.



Governança político-legislativa

A governança político-legislativa se estabelece pela relação entre os parlamentares, e entre eles e os cidadãos. A diversidade de partidos e inclinações políticas dos parlamentares é reflexo da diversidade de opiniões de seus eleitores. Ao longo da legislatura (período de quatro anos em que ocorrem as atividades legislativas), os cidadãos avaliam as decisões tomadas pelos parlamentares. Esta forma de governança é típica de parlamentos.

Governança administrativa

A governança é a combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração para informar, dirigir, avaliar e monitorar as atividades da Câmara. As decisões que tocam o funcionamento da Casa são típicas da governança administrativa. A governança administrativa da Câmara dos Deputados visa manter o funcionamento dos serviços da Casa, para que os parlamentares possam exercer suas funções de mandato e para garantir que os cidadãos tenham acesso às informações que necessitarem sobre o processo legislativo e sobre a atuação de seus representantes. A Mesa estabelece diretrizes para a atuação das unidades administrativas e aprova o Planejamento Estratégico da Casa.

Fonte: Modelo de Governança e Gestão de Casas Legislativas adaptado pelo Comitê de Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados.

Diretoria-Geral (DG)

Planeja, coordena, orienta, dirige e controla todas as atividades administrativas da Câmara dos Deputados, de acordo com as deliberações da Mesa.

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida Diretor-Geral

Mauro Limeira Mena Barreto Diretor-Geral Adjunto

Secretaria-Geral da Mesa (SGM)

Assessora a Mesa da Câmara dos Deputados em todos os trabalhos legislativos, e a Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais; dirige, coordena e orienta todas as atividades legislativas da Câmara dos Deputados.

Leonardo Augusto de A. Barbosa Secretário-Geral da Mesa

Égio Almeida Andrade SGM Adjunto de Plenário

Roberto Carlos Martins Pontes SGM Adjunto de Coordenação Técnico-Jurídica

Virgínia Queiroz Alves SGM Adjunta de Planejamento da Atividade Legislativa

Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge)

Promove, planeja, coordena e orienta, assessorando o Diretor-Geral, a implementação da melhoria contínua da gestão por meio do planejamento estratégico institucional, da governança corporativa, da gestão de projetos e da gestão de processos; planeja e coordena ações de cooperação técnica.

Antonio Carvalho e Silva Neto Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão

Diretoria de Recursos Humanos (DRH)

Planeja, dirige e controla as atividades inerentes à gestão de pessoas da Câmara; zela pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal.

Milton Pereira da Silva Filho Diretor de Recursos Humanos

Diretoria Administrativa (Dirad)

Planeja, coordena, orienta e dirige as atividades relativas a orçamento, finanças, contabilidade, material, patrimônio, comunicações (protocolo, correspondências, captação audiovisual, etc.), transporte, espaços físicos, segurança do trabalho, alimentação, serviços gerais, obras e manutenção das instalações e equipamentos, proporcionando o suporte para a atividade administrativa e legislativa.

Romulo de Sousa Mesquita Diretor Administrativo

Diretoria Legislativa (Dileg)

Planeja, coordena e dirige as atividades de apoio aos trabalhos legislativos, incluindo a consultoria e o assessoramento técnico e institucional, os trabalhos das comissões, o processo de produção e arquivo da documentação legislativa e o acompanhamento taquigráfico dos discursos e debates.

Afrísio de Souza Vieira Lima Filho Diretor Legislativo

Diretoria Executiva de Comunicação Social (Direx-Secom)

Divulga as atividades da Câmara dos Deputados; gerencia os veículos de comunicação da Casa (TV, Rádio, Agência de Notícias e Jornal da Câmara); gerencia o trabalho de assessoria de imprensa; e promove ações de relações públicas e divulgação institucional que aproximem o Poder Legislativo da sociedade.

David Miranda Silva Almeida Diretor-Executivo de Comunicação Social

Diretoria de Inovação e Tecnologia de Informação (Ditec)

Conduz os assuntos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e provê as soluções e serviços dessa natureza para apoio ao processo legislativo, à atuação parlamentar e ao cidadão; fomenta e provê a inovação de TIC; gere ações associadas à Governança de TIC de acordo com o modelo de governança de TIC e o modelo de governança institucional.

Sebastião Neiva Filho

Diretor de Inovação e Tecnologia de Informação

Secretaria de Controle Interno (Secin)

A Secin tem por propósito exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além de efetuar a verificação e a avaliação dos resultados obtidos pelos administradores públicos, no âmbito da Câmara dos Deputados, observados os princípios definidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF).

João Luiz Pereira Marciano Secretário de Controle Interno

Comitês Setoriais de Gestão (CSGs)

O nível setorial de governança é composto por oito Comitês Setoriais de Gestão (CSGs) e seus respectivos Escritórios Setoriais, que lhes prestam assessoramento. Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão estratégica da respectiva diretoria ou secretaria. Cada Comitê Setorial é formado pelos titulares dos departamentos ou unidades administrativas diretamente subordinadas. Os CSGs coordenam a execução setorial dos trabalhos administrativos e técnico-legislativos, sendo responsáveis por alinhar e priorizar iniciativas no seu âmbito de atuação, com vistas a aumentar o desempenho gerencial da Câmara. Os Escritórios Setoriais são núcleos integrantes de uma diretoria ou secretaria e têm como função principal prestar assessoria e consultoria aos CSGs e à unidade organizacional a que se vinculam sobre programas, projetos e processos estratégicos desenvolvidos e

gerenciados. Atuam de forma alinhada com as metodologias e orientações do Escritório Corporativo.

Comitês Temáticos

CONFORMIDADE LEGAL

Ato da Mesa n°s: [47, de 2012](#); [245, de 2018](#).

Atos do Presidente do CGE n°s: [4](#) de 2018; [3](#) e [4](#), de 2019.

Portarias DG n°s: [123, de 2004](#); [119, de 2010](#); [101](#), [111](#), [406](#) e [407](#), de 2013; [79, de 2014](#); [290, de 2014](#); [214, de 2015](#); [97, de 2016](#); [16, de 2017](#) e [53, de 2018](#).

Portaria SGM n° [1, de 2012](#).

Comitês Temáticos extintos em 2019

Comitê Gestor de Rádio e TV Digital (CGRTVD) – [Portaria n° 290, 2014](#) – extinto devido à falta de uma demanda efetiva na Câmara por interatividade via TV Digital e em virtude da priorização de demandas da Rede Legislativa de TV Digital.

Comitê de Gestão Ambiental (EcoCâmara) – [Portarias n°s 119, de 2010](#) e [214, de 2015](#) – extinto porque foi substituído pelo Comitê Gestor de Logística Sustentável.

Principais ações e resultados dos Comitês Temáticos em 2019

Comitê Gestor do Portal (CGP)

Portarias n°s [123, de 2004](#) e [97, de 2016](#)

- As atividades do Comitê aconteceram simultaneamente àquelas realizadas no âmbito do Projeto Corporativo Virada Digital. As principais ações do Comitê estão relacionadas à reformulação do portal, com *layout*, arquitetura e inteligência renovados e reestruturados.

Comitê Gestor Pró-Equidade

Portaria n° [79, de 2014](#)

- Prevenção de situações de violência no trabalho, por meio da disseminação de informações sobre o tema e divulgação dos canais de acolhimento e denúncia;
- Sensibilização de servidores e gestores sobre a importância da diversidade, equidade e igualdade de oportunidades.

Comitê Gestor do Sistema de Informação Legislativa (CG-SILEG)

Portaria-SGM n° [1, de 2012](#)

- Adequação do SILEG à numeração única de proposições do Congresso Nacional;
- Projeto para automação dos despachos de arquivamento (art. 105 RICD);
- Ajustes no Sistema para o Projeto Virada Digital;
- Melhoria no cadastro de reuniões;
- Integração da Classificação Temática de Proposições com o Sistema Ulysses;
- Automação de rotinas relacionadas aos requerimentos de informação;
- Melhoria do fluxo de representação no Conselho de Ética.

Comitê Estratégico de TI (CETI)

Portaria n° [406, de 2013](#)

- Em razão da inclusão da Ditec como membro no Comitê de Gestão Estratégica (CGE), o CGE tem disciplinado as questões relativas à Estratégia de TI em conformidade com as competências do [Ato da Mesa n° 245/2018](#).

Comitês

Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF)

Portaria n° [16, de 2017](#)

- Monitoramento especial dos Plano Anual de Compras e Contratações - PACC's 2019 e 2020;
- Definição de critérios para distribuição dos limites orçamentários das UGR's da Câmara;
- Aprovação das regras de governança dos PACC's;
- Validação da proposta do template e cronograma para Prestação de Contas 2019;
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

Comitê Técnico de Redes Sociais Digitais (CTR)

APCGE n° [4, de 2018](#)

- Levantamento e organização das contas das unidades administrativas da Câmara em redes sociais;
- Redação e publicação de formulário para cadastro obrigatório das contas em redes sociais;
- Abertura de conta no LinkedIn para atender às necessidades de divulgação de estudos e pesquisas de âmbito acadêmico.

Comitê Gestor do Relacionamento (CGR)

Portaria n° [111, de 2013](#)

- Elaboração do tópico sobre serviços de relacionamento da CD na Carta de Serviços;
- Participação no subgrupo do Chatbot do Virada Digital;
- Discussão e elaboração da norma de prorrogação do Comitê;
- Benchmarking Gestão do Relacionamento em diversos órgãos;
- Participação no Planejamento de ações de Cidadania e Transparência no LabHacker.

Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)

Ato da Mesa nº [47, de 2012](#) e Portaria nº [407, de 2013](#)

- Discussão a respeito da adaptação da Câmara dos Deputados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Levantamento de informações a respeito dos dados pessoais na Casa, para subsidiar os trabalhos da LGPD;
- Adaptação dos normativos de criação e regulamentação do CGSI.

Comitê Assessor da LAI

Portaria nº [101, de 2013](#)

- Elaboração de projeto para a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Discussão da minuta de portaria sobre desclassificação, prorrogação ou redução do prazo de restrição de acesso das informações classificadas em grau de sigilo; e
- Publicação de normativo que regulamenta o serviço de informação ao cidadão da Câmara.

Comitê Gestor de Logística Sustentável (CGLS)

Portaria nº [53, de 2018](#)

- Aprovação da Política de Impressão;
- Encontros setoriais entre o EcoCâmara e as diversas unidades relacionadas ao PLS no sentido de obter metas para 2019 e sugestões de objetivos, metas e projetos para o PLS 2020/21 que serão validados pela Diretoria-Geral.

Comitê Diretivo de TI (CDTI)

Portaria nº [46, de 2013](#)

- Aguarda processo de mapeamento, avaliação e revisão dos produtos e serviços oriundos dos processos de trabalho, bem como o encerramento dos projetos remanescentes do portfólio corporativo anterior para retomar as reuniões ordinárias.

2.3 Gestão de Riscos Corporativa e Controles Internos

CONFORMIDADE LEGAL

Atos da Mesa nºs: [233/2018](#), [245/2018](#).

Uma das competências estabelecidas na Política de Gestão de Riscos é “apoiar os gestores de riscos, Escritórios de Gestão Estratégica e demais envolvidos nas ações relacionadas a este Ato”. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

Implantação da gestão de riscos

A Câmara promoveu o apoio à implantação da gestão de riscos dos seguintes processos de trabalho:

- Prover assistência à saúde suplementar dos servidores ocupantes dos cargos de secretário parlamentar e de natureza especial – Deapa;
- Gerenciar processos disciplinares (em atendimento a auditoria - processo 133.045/2016 – Comissão Permanente de Disciplina - Coped);
- Alienação de bens móveis sob a forma de doação (em atendimento a auditoria – processo 422.616/2019) – Demap;
- Identificação e tratamento de ameaças de explosivos e armas de fogo na Câmara dos Deputados (interrompido a pedido do Depol).

Monitoramento dos riscos

Foi realizado o monitoramento das ações de tratamento dos riscos para os seguintes processos de trabalho: *Realizar reuniões (deliberativas) de comissão – Decom e Aquisições – Central de compras (Demap).*

Assessoria metodológica à gestão de riscos

Houve orientação para a elaboração do relatório de gestão de riscos a ser apresentado à Secin, referente ao processo de salvaguardar acervos da Reserva Técnica I do museu da Câmara dos Deputados (Relatório de Auditoria nº 3/2017/NUALC).

Aprimoramento da Metodologia de Gestão de Riscos

Novas técnicas de apoio foram incorporadas às reuniões de gestão de riscos realizadas.

2.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal 1988, arts. 37, 73 e 74](#)

Resoluções CD nºs: [20/1971](#), [17/1989](#) (art. 265), [69 de 1994](#).

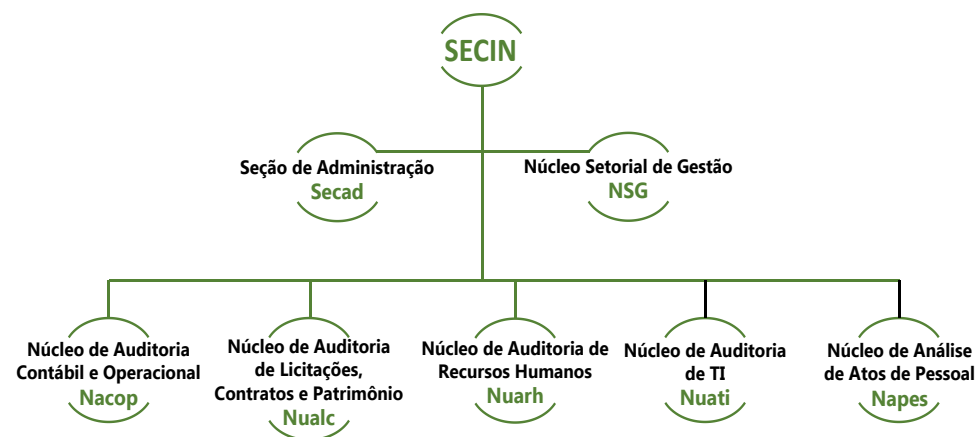
Atos da Mesa nºs: [46/2012](#), [133/2016](#), [233/2018](#).

Portaria Secin nº [1/2016](#).

A [Secretaria de Controle Interno \(Secin\)](#) é responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações de gestão e de governança da Casa, no tocante aos aspectos financeiros, tecnológicos, de recursos humanos e operacionais. Trata-se da área de auditoria interna, com visão baseada em riscos.

Estrutura da unidade de Auditoria Interna

A Secin é uma unidade de assessoramento diretamente subordinada à Mesa, à qual compete a direção dos órgãos que integram a estrutura administrativa desta Casa Legislativa, em conformidade com o Regimento Interno. O art. 4º da [Resolução nº 69, de 1994](#) dispõe que o Secretário de Controle Interno será nomeado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, após escolha pelo voto da maioria absoluta dos membros da Mesa, dentre servidores públicos de carreira técnica ou profissional da Câmara dos Deputados que atendam aos requisitos previstos no art. 73 da [Constituição Federal](#). Para cumprir sua função institucional, a Secin conta atualmente com a seguinte estrutura administrativa:



Forma de atuação

A auditoria interna realizada pela Secin é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria estabelecida para aumentar e proteger o valor organizacional da Câmara dos Deputados. O propósito, a autoridade, a responsabilidade, o escopo e as formas de atuação da Secin encontram-se descritos no [Estatuto da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados](#). O Estatuto contém, ainda, o **Código de Ética da Secin**, que estabelece os princípios e valores que devem pautar os trabalhos desenvolvidos na Secretaria e nortear o

comportamento profissional dos seus servidores. O escopo da atividade de auditoria interna engloba a consultoria, o exame e a avaliação da adequação e da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da gestão com vistas a auxiliar a Câmara dos Deputados a realizar a estratégia definida. A atuação da Secin concretiza-se por meio das ações de controle que englobam avaliação, consultoria, levantamento, inspeção e auditoria de gestão, bem como as ações obrigatórias de: análise de atos de pessoal, análise de Tomada de Contas Especial (TCE) e análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), sem prejuízo de outras ações previstas em lei e normativos aplicáveis, bem como demandas da Mesa em áreas de competência da Secretaria. As ações planejadas são consubstanciadas no **Plano Anual de Controle Interno (Paci)**, que é submetido previamente à revisão e aprovação da Mesa. O documento contém informações preliminares sobre as ações de controle planejadas: justificativas, objetivos, escopo e prazos de execução. Após aprovado pela Mesa, o Paci é publicado no boletim administrativo para conhecimento geral da Casa.

Gestão de riscos e controles internos da gestão

O gerenciamento de riscos consiste em um processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, a fim de fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização. As boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses, preservando e otimizando o valor da instituição. O órgão de controle interno exerce um papel fundamental no sentido de promover o ajuste entre os objetivos estabelecidos pela alta gestão e os controles internos definidos pelas áreas nos processos de trabalho. O papel da Secin no processo de gerenciamento de riscos da Casa envolve auditar os principais controles, fornecendo avaliação quanto ao gerenciamento dos riscos relevantes. Os resultados das ações de controle são formalmente comunicados aos gestores por meio de relatórios técnicos, nos quais são apresentados os objetivos, o escopo e suas limitações, a metodologia utilizada e as conclusões da Secin. Nos casos de avaliação, também são apresentadas as questões de auditoria, os pontos de controle e as recomendações pertinentes. O

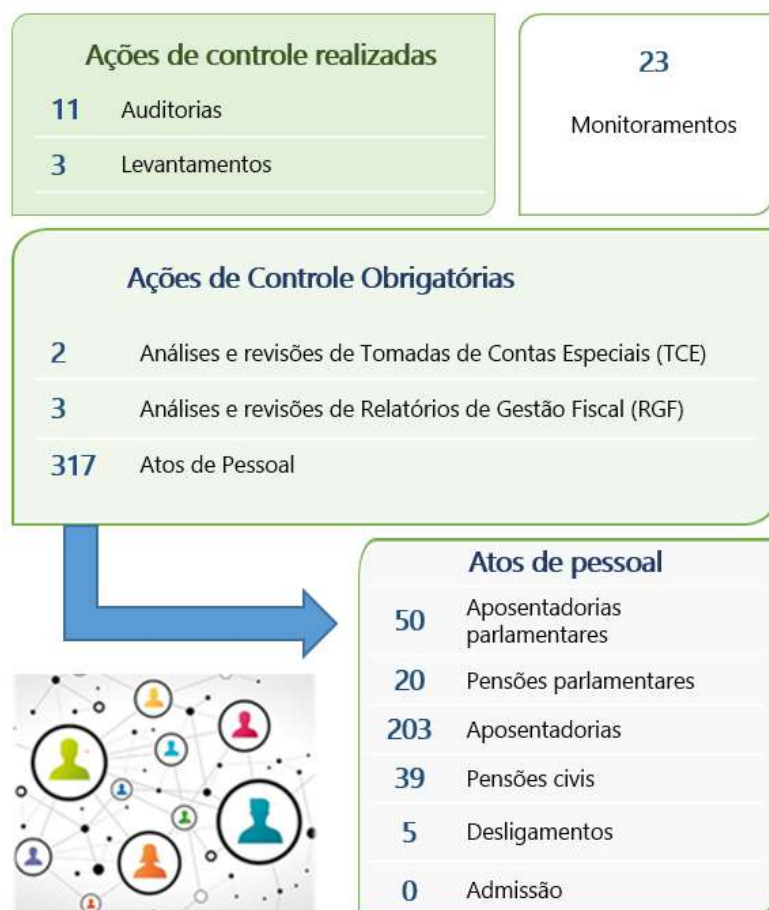
relatório pode incluir a resposta do auditado e a ação corretiva tomada ou a ser tomada (plano de ação) para mitigar os riscos identificados pelos auditores. As recomendações expedidas são monitoradas sistematicamente. Caso ocorra a baixa de uma recomendação, cujos riscos ainda se mantenham relevantes, tal situação é previamente relatada à alta administração e as informações pertinentes são incluídas no Relatório de Auditoria de Gestão (RAG).

Execução do Plano Anual de Controle Interno (Paci) de 2019

Premissas, restrições e riscos associados

Por questões de limitação de recursos, as ações desenvolvidas pela Secin precisam ser priorizadas. Assim, a premissa para a inclusão no Paci de determinado processo de trabalho ou assunto leva em consideração a avaliação de riscos, que compreende a análise da materialidade, relevância e criticidade dos processos auditáveis, buscando o alinhamento entre as atividades da Secin, a estratégia e o direcionamento da Casa. Todas as ações do Paci são aprovadas pela Mesa da Câmara dos Deputados antes de entrarem em execução. As maiores restrições à execução do Paci referem-se à limitação dos recursos para a execução das tarefas e à diversidade dos processos de trabalho executados na Câmara dos Deputados, a qual possui a complexidade de uma cidade de médio porte, tendo em vista que, em dias de votação, circulam na Casa mais de 30 mil pessoas. Em se tratando de auditorias, o maior risco associado é o de que a conclusão ou opinião do auditor possa ser inadequada. Na Secin, busca-se mitigar tal risco por meio da manutenção de uma equipe capacitada e atualizada em termos de conhecimentos e técnicas. Atualmente, cada servidor da Secin precisa comprovar a frequência a 60 horas anuais de capacitação ([Ordem de Serviço nº 2, de 10/7/2019](#)). Além disso, as conclusões das ações de controle são precedidas de reuniões com os gestores envolvidos, a fim de que quaisquer esclarecimentos possam ser prestados antes da emissão do relatório final.

Principais números de auditoria interna



Atividades planejadas x realizadas

As ações de controle planejadas e executadas pela Secin, em 2019, podem ser consultadas no [Relatório de Atividades](#).

Outras ações e resultados em destaque

Além das ações planejadas para o Paci e daquelas que são incluídas extemporaneamente, por demanda da gestão ou do TCU, vale mencionar as seguintes ações realizadas em 2019:

(a) conclusão do projeto setorial **Organizar e Integrar**, com as entregas: roteirização de procedimentos de levantamento, inspeção e consultoria; padronização de critérios para selecionar e definir ações de controle; e revisão do Estatuto de Controle Interno;

(b) instituição dos projetos setoriais **Certificação da Secin e Avaliação Contínua**. O primeiro tem por objetivo garantir que a Secin esteja alinhada com as melhores práticas de auditoria da área pública, por meio da avaliação sistemática de sua capacidade de atuação e a busca do atingimento de padrões técnicos de qualidade adotados internacionalmente. O segundo projeto visa desenvolver uma metodologia e implantar rotinas iniciais de Avaliação Contínua, ação de controle prevista no Estatuto de Controle Interno, que se baseia na análise de dados extraídos dos sistemas informacionais, proporcionando uma verificação tempestiva da execução das atividades do processo auditável;

(c) realização do **I Concurso de Boas Práticas de Gestão da Câmara dos Deputados**, promovido pela Secin com patrocínio da Primeira-Secretaria. O concurso destinou-se a reconhecer práticas implementadas nos últimos cinco anos nas seguintes categorias: **gestão de riscos, inovação, controles internos e transparência**. Os vencedores de cada categoria, escolhidos por uma comissão julgadora, participaram de uma votação aberta ao público interno da Casa a fim de eleger a melhor prática do ano. O concurso recebeu 63 inscrições, de diferentes unidades administrativas, demonstrando o grande potencial para a disseminação desses temas na Casa.

Principais desafios

O planejamento dos trabalhos de 2020 mantém o foco em tópicos de governança e avaliação de riscos corporativos, priorizando temas mais abrangentes e interdisciplinares, a fim de favorecer a interação com a gestão e a geração de valor para a Casa. Cumpre observar que os temas de controles internos da gestão, gestão de riscos, governança e *compliance* encontram-se ainda em fase de amadurecimento na Casa. Por meio de ações de consultoria e constante aproximação com a gestão, a Secin busca facilitar interações e contribuir para a disseminação desses temas na gestão. Em 2020, pretende-se criar uma biblioteca de riscos e disponibilizá-la para os gestores a fim de que a visão da gestão sobre riscos subsidie os futuros planos anuais de controle interno. Outro desafio relevante refere-se ao aperfeiçoamento da comunicação com a gestão. Além de estabelecer modelos mais sucintos de relatórios, com o uso de infográficos, para facilitar a leitura, pretende-se investir em modelos de apresentação para plataformas móveis e disponibilizar aos gestores acesso a relatórios gerenciais da Secin extraídos do sistema interno de auditoria. No que tange à organização interna, busca-se fomentar ações de controle multidisciplinares, em que cada núcleo participante provê avaliação especializada dos aspectos (de recursos humanos, tecnologia, contratações, finanças e operações) que envolvem o processo ou a unidade em foco, porém com olhar integrado acerca da governança, dos riscos envolvidos e do ambiente de controle existente. Essas ações conjuntas demandam contínua capacitação e especialização dos servidores, bem como o aperfeiçoamento de processos internos. Outro desafio diz respeito à efetiva incorporação de recursos computacionais que ampliem a capacidade de análise e de desempenho das equipes. Nesse sentido, em 2020, será lançado o **Programa de Modernização da Secin**, a fim de fomentar as mudanças desejadas e preparar a Secretaria para os desafios futuros, frente a um cenário de restrição orçamentária e de recursos humanos. As boas práticas de auditoria indicam que o caminho da eficiência e da eficácia conta com tecnologias de inteligência artificial e *data analytics*, que favorecem o monitoramento automatizado dos processos auditáveis (por meio de trilhas de auditoria, entre outros recursos) a fim de identificar os riscos mais

significativos e direcionar o planejamento das ações de controle, bem como a adoção de controles e práticas mais eficientes.

2.5 Atividades do sistema de correição

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal 1988](#)

Leis n°s: [8.112/1990](#); [9.784/1999](#).

Resoluções CD n°s: [20/1971](#), [14/2012](#).

[Portaria DG n° 12/2016](#)

A Comissão Permanente de Disciplina (Coped), órgão vinculado administrativamente à Diretoria-Geral, tem como competência apurar, com exclusividade, a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar (PAD), nos termos da [Lei nº 8.112, de 1990](#).

Eventos apurados

O quadro a seguir apresenta uma comparação da distribuição temática dos processos administrativos disciplinares (PAD) entre os anos de 2019 e 2018. Em 2019, 61 (sessenta e um) PADs tiveram movimentação processual, representando um crescimento de 8,92% em relação ao ano anterior. Os dados indicam ainda uma concentração de PADs sobre os temas “registro de frequência”, “descumprimento de dever funcional e/ou infração à proibição” e “ausência de contraprestação

laboral". PADs sobre os referidos temas representaram mais de 54% dos processos com movimentação processual no ano de 2019.

	2018	2019		2018	2019
Valimento de cargo público	2	3	Descumprimento de dever funcional e/ou infração à proibição	10	12
Uso irregular de carro oficial	1	0	Conflito de interesse	3	0
Desvios de recursos orçamentários na área de saúde	8	5	Crime contra a Administração Pública	0	1
Registro de frequência	10	11	Auxílio-transporte	3	0
Programa de Assistência e Educação Pré-Escolar (PAE)	1	3	Auxílio-alimentação e auxílio-creche	1	0
Manifestação de apreço/desapreço	0	3	Ausência de contraprestação laboral	9	10
Improbidade administrativa	0	2	Assédio	1	0
Gerência/Administração de sociedade privada	0	4	Acumulação ilegal de cargos	1	4
Falta de urbanidade	0	1	Abandono de cargo e/ou inassiduidade habitual	4	2
Falsificação de documentos	2	0	TOTAL DE PADS MOVIMENTADOS	56	61

Fonte: Sistema CPD.

Principais ações e resultados

O próximo quadro sintetiza a posição, em 31/12/2019, de cada PAD com movimentação processual em 2019 no fluxo processual estabelecido no Título V, Capítulo III, da [Lei nº 8.112, de 1990](#). Ressalte-se que o ato de julgamento é de competência do(a) Diretor-Geral, do(a) Primeiro-Secretário ou do(a) Presidente da Câmara dos Deputados, conforme regramento estabelecido no art. 141, da já citada [Lei nº 8.112, de 1990](#), combinado com o art. 147, inciso XXX, da [Resolução nº 20, de 1971](#). Conforme se infere dos dados, 26 (vinte e seis) novos PADs foram instaurados em 2019 e as comissões processantes emitiram 25 (vinte e cinco) relatórios finais (RF) no referido ano.



Fonte: Sistema CPD.

O quadro abaixo, por fim, traz informações acerca dos resultados em termos de aplicação de penalidades, prescrições e absolvições nos processos julgados no ano. Ressalta-se que o somatório dos totais de penalidades aplicadas, absolvições e prescrições pode não corresponder ao número total de processos julgados no ano, haja vista a possibilidade de num único processo constarem dois ou mais acusados.



Fonte: Sistema CPD.

Principais desafios

A permanência de um número relativamente elevado de novas denúncias impõe à Comissão Permanente de Disciplina, como desafio de curto prazo, a consolidação e o fortalecimento dos trabalhos de apuração preliminar, de modo a subsidiar não só o juízo de admissibilidade da autoridade instauradora, mas também os trabalhos das comissões processantes no âmbito dos processos administrativos disciplinares propriamente ditos, reduzindo o seu tempo de duração. De fato, o aprimoramento das técnicas de apuração preliminar, mediante a produção de instruções processuais prévias mais completas e sistemáticas, será fundamental no enfrentamento do nosso grande desafio de médio prazo, a redução do tempo médio de duração dos processos disciplinares, já citado no relatório de gestão do ano de 2018.

2.6 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

Em 2019, houve a instauração de 1 (uma) Tomada de Contas Especial pela [Portaria DG nº 188, de 2019](#), a qual já foi remetida ao Tribunal de Contas da União.



Medidas adotadas em caso de dano ao erário – 2019

	Quantidade de registros no SICOD	Percentual
Débitos objeto de cobrança administrativa	1.055	100%
Débitos regularizados	490	46%
Débitos não regularizados dispensados de TCE por não atingirem o valor mínimo estabelecido na IN 71/2012 do TCU	484	46%
Débitos apurados em TCE	81	8%

Fonte: Sistema de Controle de Débitos (SICOD).

2.7 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados

O monitoramento e avaliação do desempenho e dos riscos da gestão é competência do CGE, no contexto corporativo (detalhadas no [Ato da Mesa nº 245, de 2018](#), art. 12), e dos comitês setoriais de gestão da Casa, no contexto setorial, em Reuniões de Avaliação Estratégica (RAEs). As regras para realização das RAEs estão dispostas no [Ato do Presidente do CGE nº 3, de 2018](#). As RAEs são realizadas nas esferas corporativa e setorial, de acordo com a abrangência das questões a serem avaliadas.

Análise de dados e organização de informações gerenciais

A [Portaria DG nº 166, de 2016](#), estruturou o processo de trabalho de análise de dados e organização de informações para auxiliar a tomada de decisões, com as finalidades de prover a alta direção da Casa com dados consistentes para a tomada de decisão, de acompanhar o desempenho da gestão e, também, de encorajar as demais unidades administrativas a adotarem cultura de gestão baseada em análise de dados. O normativo atribuiu o nome de DataCâmara ao processo de análise de dados para gestão.

3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#)
[Lei Complementar nº 101/2000 \(LRF\)](#)
[Lei nº 13.249/2016 \(PPA 2016/2019\)](#)
[Lei nº 13.707/2018 \(LDO/2019\)](#)

Ano	Teto de Gastos (NRF)	Pagamento Efetivo CD	% NRF IPCA (Jul a Jun)	% NRF Acumulado	% Pago pela CD	Diferença (R\$)
2016	5.067.248.625,50	5.067.248.625,50		-	-	-
2017	5.432.090.526,54	5.127.663.001,87	7,2%	7,2%	1,19%	304.427.524,67
2018	5.595.053.242,33	5.289.359.952,63	3,0%	10,42%	4,38%	305.693.289,70
2019	5.840.676.079,67	5.639.802.249,34	4,39%	15,26%	11,30%	200.873.830,33

3.1 Gestão Orçamentária e Financeira

Cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal

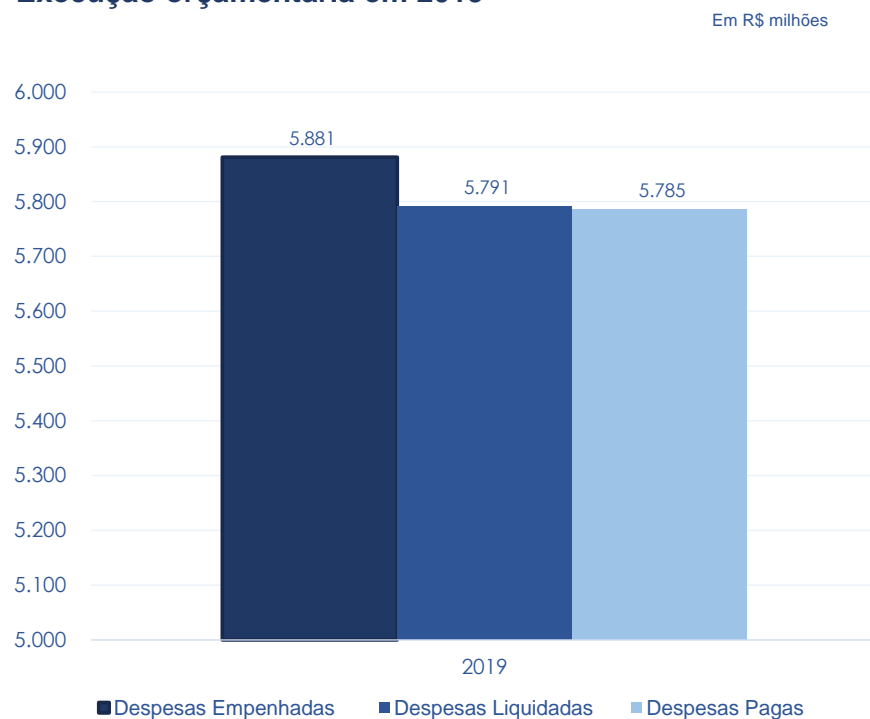
Segundo o Novo Regime Fiscal (NRF) instituído pela [Emenda Constitucional nº 95, de 2016](#), o limite financeiro de despesas primárias de cada órgão equivale ao montante de despesas primárias pagas pelo órgão no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido anualmente pelo IPCA acumulado no período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior. A Câmara vem cumprindo rigorosamente o teto de gastos imposto pelo NRF e não utilizou em nenhum dos três últimos exercícios, a margem de compensação prevista na EC nº 95/2016 – que permitia exceder o teto de gastos, desde que limitado ao valor do orçamento aprovado. A tabela a seguir compara a despesa paga pela instituição no período de 2017 a 2019 com o percentual estabelecido pelo NRF.

Ao observar a tabela, é possível perceber que, em 2017, a Câmara pagou apenas 1,19% acima do montante de 2016 – bem abaixo do percentual previsto no NRF, que foi de 7,2%. Em 2018, o pagamento totalizou 4,38%, outro percentual substancialmente aquém do limite de 10,42% autorizado pela EC nº 95/2016. Em 2019, por fim, o pagamento total atingiu 11,30% sobre a base de 2016, abaixo do percentual de 15,26% permitido. Em números absolutos, o montante economizado em 2019 foi superior a R\$ 200 milhões, mesmo sem se levar em conta a margem de compensação. Se consideradas as despesas primárias aprovadas no orçamento para 2019, que inclui a margem de compensação, o valor não utilizado atingiu R\$ 395,3 milhões. Com esse resultado, a Câmara dos Deputados permanece entre os órgãos mais bem posicionados no cumprimento do NRF.

Execução orçamentária em 2019

A dotação orçamentária autorizada para a Câmara no exercício de 2019 totalizou R\$ 6.311,26 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 5.881,27 milhões e pagos R\$ 5.785,32 milhões – montantes correspondentes a, respectivamente, 93,2% e 91,7% do valor constante da Lei Orçamentária Anual para 2019. O saldo não empenhado representa, portanto, R\$ 430 milhões, dos quais R\$ 67,7 milhões correspondem ao saldo de despesas financeiras e R\$ 362,3 milhões de despesas primárias.

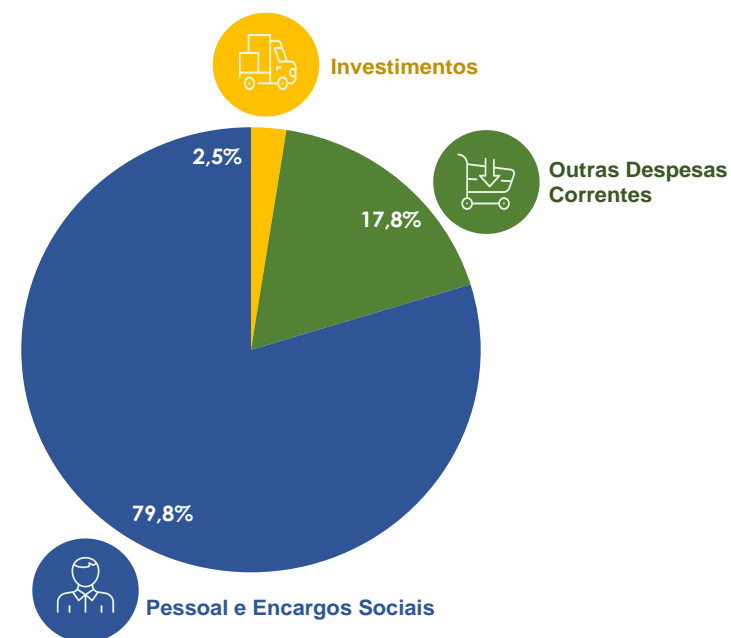
Execução orçamentária em 2019



Despesas por grupo

Em 2019, a distribuição das dotações da Casa por Grupo de Natureza de Despesa (GND) foi de 79,8% no grupo “Pessoal e Encargos Sociais” (GND 1), seguidos de 17,8% no grupo “Outras Despesas Correntes” (GND 3) e 2,5% no grupo “Investimentos” (GND 4).

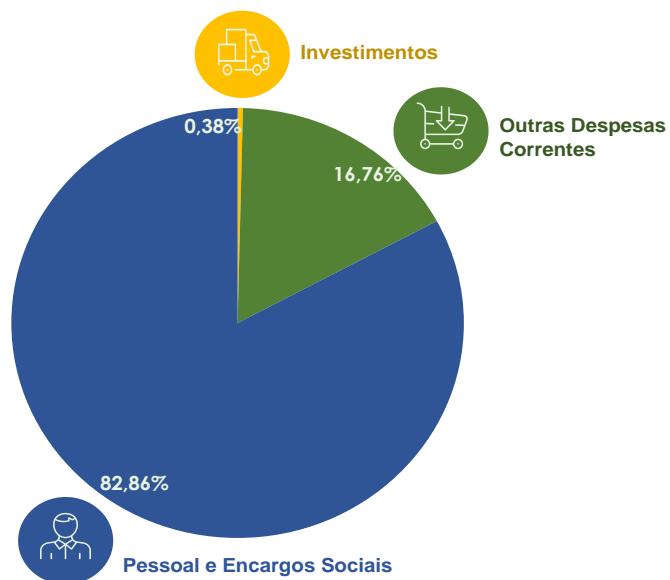
Dotação atualizada por GND em 2019



Despesas Executadas por GND em 2019

As despesas no GND 1 alcançaram 82,9% do total executado, com os gastos com inativos e pensionistas apresentando tendência de crescimento, devido ao número

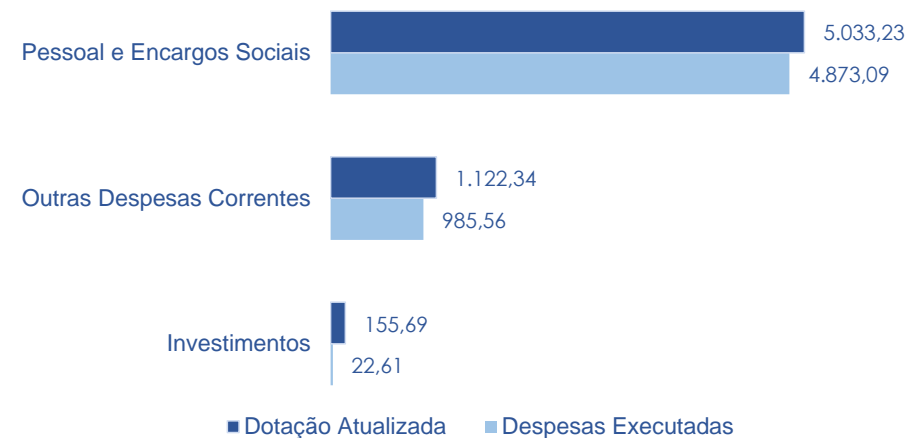
elevado de servidores qualificados para aposentadoria. Nesse ano, foram concedidas 126 aposentadorias.



A execução no GND 3 – de 17,8% do total – chegou a 87,8% da dotação desse GND. O saldo remanescente nesse grupo deve-se, sobretudo, à não realização e atrasos em algumas etapas de licitações para aquisições e contratações, à execução orçamentária de contratos abaixo do estimado, aos preços de aquisições e contratações concluídas que ficaram abaixo dos valores estimados das respectivas licitações. Quanto ao grupo “Investimentos” (GND 4), a execução foi de apenas 14,5%. Entre outras razões, em função da não realização das contratações previstas para as ações de recuperação e restauro da plataforma do Edifício Principal, recuperação do espelho d’água, construção de rampa de acesso ao caminhão do corpo de bombeiros e incremento dos equipamentos de combate a incêndio no Edifício Anexo I. Tais ações necessitarão de mais tempo para serem viabilizadas em razão da necessidade de projetos básicos mais elaborados e, conseqüentemente, licitações mais complexas.

Dotação Atualizada x Despesas Executadas

Em R\$ milhões

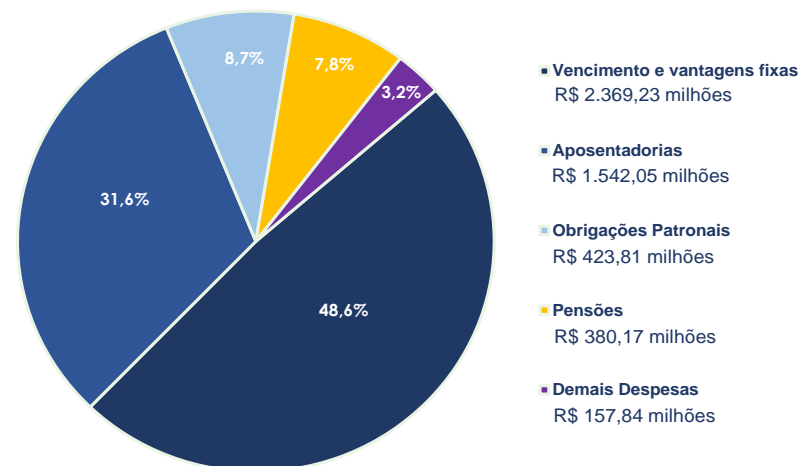


Além disso, na temática de investimentos, foi firmado o Convênio nº 215/2018 com o Senado Federal para recuperar e manter a cobertura do Palácio do Congresso Nacional, controlar acessos de veículos e realizar adequações de acessibilidade de calçadas no entorno da edificação, o qual estava com ações previstas para ocorrer a partir de 2019. As referidas ações foram adiadas para 2020 em razão de pendências de projeto com o Senado Federal. Ainda em relação aos investimentos, a ação “Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados” recebeu, na LOA 2019, o valor de R\$ 3,01 milhões para a ampliação do Datacenter, na segunda etapa da edificação. Entretanto, não houve decisão da Administração pela continuidade dessa ação, e, dessa forma, não teve execução orçamentária em 2019. Em reunião realizada em 4/6/2019, a Mesa autorizou a continuidade da construção da terceira etapa do edifício, cuja elaboração dos projetos está em andamento. Quanto à ação “Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA”, a edificação foi concluída

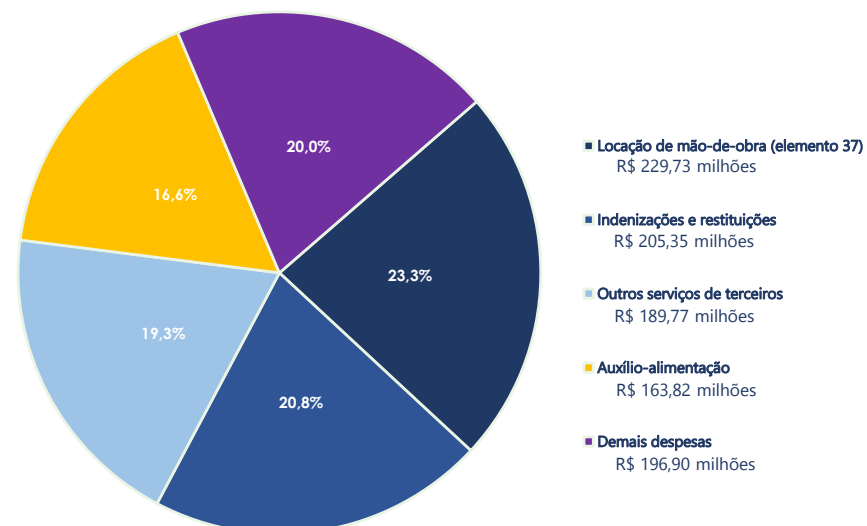
e a ação foi encerrada em 2019 com o valor total da obra de R\$ 47,98 milhões. Houve um saldo orçamentário de R\$ 2,08 milhões em razão de ações complementares não serem mais necessárias, como a climatização de áreas especiais, uma vez que a ocupação da edificação não demandou essa intervenção. Cabe destacar que, em 2019, concluiu-se uma série de obras nos edifícios que compõem o complexo arquitetônico principal da Câmara dos Deputados iniciadas em 2018. As intervenções visavam potencializar a vocação institucional de cada edifício, especialmente para viabilizar a reestruturação do Edifício Principal. Aquisições e contratações foram realizadas em diversos itens de programação em Investimentos para viabilizar essas reformas, tanto em 2018 quanto em 2019. Por fim, ressalta-se que o [Decreto nº 10.024, de 2019](#) alterou as regras de licitação na modalidade pregão eletrônico e causou grande impacto nos processos em andamento, em diversas áreas da Casa – a exemplo de tecnologia da informação e comunicação –, tanto de despesas no GND 3 quanto no GND 4, pois foi necessário modificar as minutas de edital que já estavam elaboradas, pouco tempo antes do final do exercício financeiro. Assim, em muitos casos, havia expectativa de que se teria tempo hábil para emissão do empenho, mas houve atraso no final do trâmite processual, impossibilitando a execução orçamentária dessas contratações.

Elementos de despesa

Despesa executada com pessoal

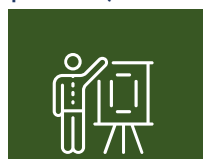


Despesa executada com custeio



Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações

ATIVOS CIVIS (46,5%)
R\$ 2.735,86 milhões



APOSENTADORIAS E PENSÕES (32,8%)
R\$ 1.928,83 milhões



ATIVOS CIVIS

Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.

APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO E EX-IPC

Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas e dos beneficiários do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC.



PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Produção legislativa e acompanhamento das operações de fiscalização e controle pela Câmara dos Deputados.



DEMAIS AÇÕES (11,1%)
R\$ 653,81 milhões



PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO (9,6%)
R\$ 562,76 milhões



DEMAIS AÇÕES

Envolve as demais ações, tais como: Contribuições Patronais dos Servidores Públicos, Benefícios, Assistência Médica e Odontológica, Comunicação e Divulgação Institucional, Obras e Reformas.

Analisando a execução das despesas da Câmara, em 2019, por ação orçamentária, observa-se que a maior parte das despesas executadas foi concentrada nas ações que abrangem gastos com pessoal: a) R\$ 2.735,86 milhões com “Ativos Civis” e b) R\$ 1.928,83 milhões com “Aposentadorias e Pensões da União” e “Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC”. Também merecem destaque as despesas com a ação “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, da ordem de R\$ 562,78 milhões, que asseguram a manutenção do órgão e o desempenho das atividades finalísticas da Casa.

Principais desafios

A [Emenda Constitucional nº 95, de 2016](#), que instituiu o Novo Regime Fiscal, limitou as despesas primárias para cada órgão federal. Nesse cenário de restrição fiscal, o maior desafio dos diversos órgãos para os anos vindouros, no que tange aos aspectos orçamentário e financeiro, é a adequação das despesas ao limite constitucional, sem prejuízo do aprimoramento das atividades. No caso da Câmara dos Deputados, em que, em 2019, as despesas de pessoal equivaleram a mais de 80% da execução orçamentária total do órgão, um grande desafio será exatamente neste grupo de despesa, especialmente em razão das aposentadorias e pensões que deverão ser concedidas nos próximos exercícios. Essas aposentadorias e pensões continuam gerando despesa para o órgão, o que restringe a reposição com a realização de concursos públicos. Assim, além das despesas com pessoal (GND 1), a Casa deverá continuar empreendendo ações de controle sobre as demais despesas de caráter continuado de modo a não comprometer as atividades essenciais do órgão. Adicionalmente, o novo contexto fiscal aponta para medidas de readequação/realocação de seu pessoal, redefinições de estruturas, otimização de processos de trabalho e redução de custos.

3.2 Gestão de Pessoas

São apresentadas informações como estratégias adotadas, principais ações e resultados, formas de controle e números sobre a gestão de pessoas na Câmara dos Deputados, de forma a possibilitar a visualização do panorama geral da área. Mais informações poderão ser consultadas no [portal da Câmara](#).

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988.](#)

Leis n^{os}: [8.112, de 1990](#); [9.506, de 1997](#); [12.777, de 2012](#).

Resoluções CD n^{os}: [17, de 1989](#); [28, de 1998](#); [1, de 2007](#); [39, de 1982](#).

Atos da Mesa n^{os}: [72, de 1997](#); [131, de 2016](#); [76, 2013](#).

Portarias n^{os}: [166, de 2007](#); [145, de 2008](#); [70, de 1997](#).

Panorama geral de pessoal na Câmara dos Deputados em 31/12/2019

MEMBROS DO PODER E AGENTES POLÍTICOS ¹

506 deputados titulares em exercício

20 deputados suplentes em exercício



FORÇA DE TRABALHO

14.574 servidores ativos

Servidores ocupantes de cargo efetivo (cargos efetivos) ² **2.782** → **68**

Cargos de Natureza Especial (CNEs) ³ **1.783**

Secretário parlamentares (SPs) ⁴ **10.009**



3 Servidores retornaram à atividade, por reversão, em 2019, sendo⁵:

1 Analista Legislativo - Técnica Legislativa

1 Analista Legislativo - Taquígrafo Legislativo

1 Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa

860

cargos efetivos vagos ou 23,6% do total (3.640).⁶

3.367 Servidores efetivos inativos ⁷

507 deputados aposentados

126 aposentadorias em 2019 (servidores efetivos)

579 servidores efetivos aptos a se aposentarem nos próximos 3 anos

185

estagiários universitários distribuídos em áreas meio e fim ⁸

430

jovens pró-adolescentes.⁹

Pessoal de apoio das atividades-meio ¹⁰

3.252 postos de serviço terceirizados

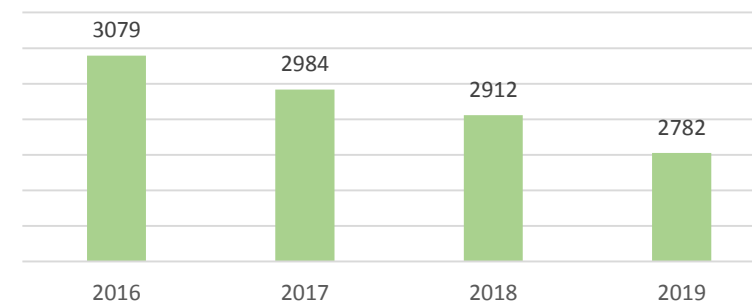
Notas

- (1) A soma de 526 deputados em exercício em 2019 (titulares e suplentes) deve-se ao fato de alguns afastamentos temporários de parlamentares titulares gerarem a convocação de suplentes, sem acarretar, no entanto, a perda do mandato do titular. Dessa forma, há parlamentares titulares licenciados que permanecem vinculados à Câmara dos Deputados,

inclusive recebendo subsídio parlamentar (ver [art. 56 da Constituição Federal](#)). Assim, dentre os 506 deputados titulares em exercício, 14 encontram-se em exercício de cargo no Executivo, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal – o que gerou a convocação dos suplentes.


- (2) Destinam-se à prestação de serviços envolvendo, entre outras ações, supervisão, coordenação, orientação ou execução de tarefas de apoio ao desenvolvimento de trabalhos legislativos, políticos e administrativos (Plano de carreira - [Lei nº 12.777/2012](#)). Do total, há 2 (dois) servidores na condição de excedente.
- (3) Destinam-se à prestação de serviços de assessoramento aos órgãos ligados à Mesa, às Lideranças e aos órgãos administrativos da Casa ([Resolução CD nº 1/2007](#)).
- (4) Destinam-se à prestação de serviços de secretaria, assistência e assessoramento direto e exclusivo nos gabinetes dos deputados ([Ato da Mesa nº 72/1997](#)).
- (5) Em 2019, ocorreram apenas provimentos de cargos efetivos por reversão, pois não havia concursos públicos vigentes.
- (6) Mais informações acerca dos [cargos vagos](#) estão no portal da Câmara dos Deputados.
- (7) Na página de transparência da Câmara dos Deputados ([Recursos Humanos](#)) podem ser obtidas mais informações sobre aposentadorias, como a média de idade para aposentadorias.
- (8) Informações adicionais sobre estágio universitário ([Ato da Mesa nº 81/2013](#)) podem ser obtidas no portal da Câmara dos Deputados.
- (9) [Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente \(Pró-Adolescente\)](#) ([Lei nº 10.097/2000](#)).
- (10) As principais informações relativas a cada um dos [contratos \(bem como suas cópias integrais digitalizadas\)](#) e [relação sobre os prestadores de serviços terceirizados](#) encontram-se disponibilizadas no portal da transparência da Câmara dos Deputados. O número 3.252 retrata a quantidade de postos terceirizados autorizados, ocupados ou não.

Evolução do quadro de pessoal - cargos efetivos



Outros números da força de trabalho

	QUANTIDADE DE SERVIDORES POR SEXO E RAÇA/COR				SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA	
	Efetivos (as)		Servidores (as) comissionados		Servidores Efetivos	Servidores comissionados (CNE e SP)
	♂	♀	♂	♀		
Amarela	14	15	36	51	0	761
Branca	440	333	3141	2498	43	1.478
Indígena	0	2	15	17	803	3.422
Parda	260	173	1897	1504	949	2.929
Preta	35	19	429	275	51-60	841
Não Informado	900	591	1056	873	61-70	135
Total	1649	1133	6574	5218	71-80	11
					81+	0
						15



	Servidores efetivos por escolaridade	Servidores comissionados por escolaridade (CNE e SP)
Pós doutorado	3	–
Até doutorado	115	17
Até mestrado	349	107
Até especialização	1.717	365
Até especialização incompleta	–	19
Até superior completo	411	5.172
Até superior incompleto	7	1.605
Até ensino médio completo	135	3.692
Até ensino médio incompleto	6	206
Até ensino fundamental completo	14	383
Até ensino fundamental incompleto	7	170
Sem registro	18	56
TOTAL DE SERVIDORES	2.782	11.792

Detalhamento da despesa com pessoal em 2019



Despesas de pessoal em 2019

R\$ 4,87 bilhões



Membros do Poder Legislativo

R\$ 0,27
bilhão



Servidores efetivos

R\$ 1,52
bilhão



Servidores comissionados

R\$ 1,16
bilhão



Inativos

R\$ 1,54
bilhão

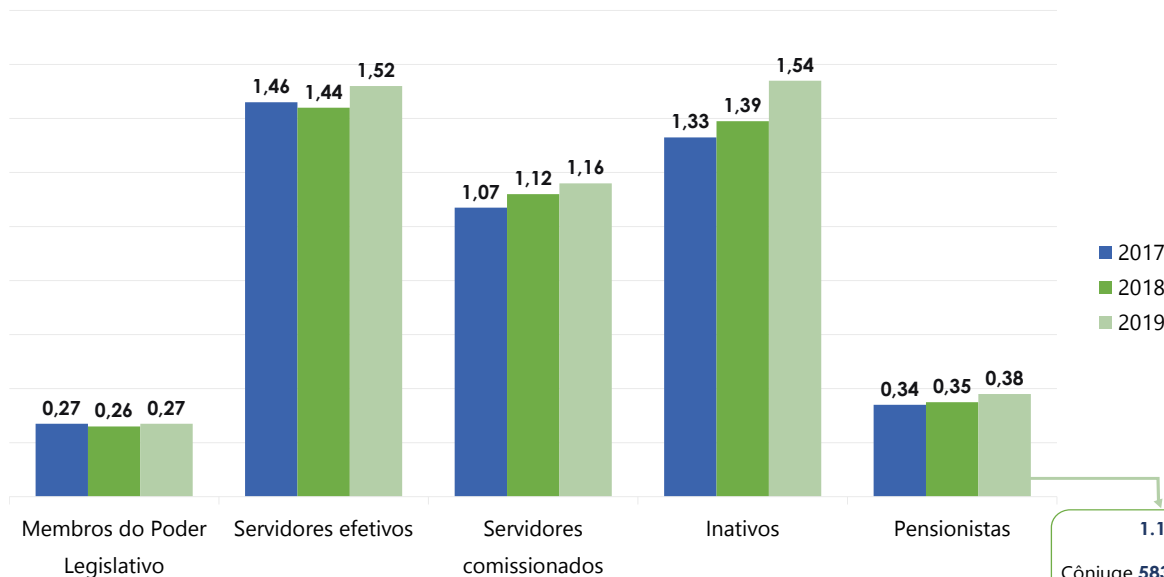


Pensionistas

R\$ 0,38
bilhão



Evolução da despesa (em bilhões)



1.159 pensionistas

- Cônjuge **583**
- Filho(a)/enteado(a) até 21 anos **75**
- Filha maior solteira **173**
- Companheiro(a) **159**
- Filho(a)/Enteado(a) inválido(a) **88**
- Ex-cônjuge/companheiro **70**
- Outros **81**

Auxílios, benefícios assistenciais e previdenciários em 2019

R\$ 382,71 milhões



Evolução da despesa (R\$ em milhões)

Despesa	2019	2018	2017
Assistência médica e odontológica	179,86	122,75	120,48
Auxílio-alimentação	163,84	180,87	179,41
Assistência pré-escolar	28,61	29,64	29,18
Auxílio-moradia	7,74	7,86	8,70
Auxílio-funeral/auxílio-natalidade	1,98	1,67	1,61
Auxílio-transporte	0,68	0,86	0,95
Total	382,71	343,65	340,34

Fonte: Tesouro Gerencial.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público conforme a legislação federal vigente. A alocação dos servidores ocupantes de cargo efetivo é regida pelo [Ato da Mesa nº 131, de 2016](#), o qual considera a adequação do perfil individual às tarefas executadas e a melhor distribuição da força de trabalho entre as áreas da Casa. Em relação à alocação, a Câmara também mantém um serviço voltado ao atendimento de servidores que busquem uma nova tarefa ou local de trabalho. Tendo em vista as dificuldades no recrutamento de novos servidores, a Câmara, a fim de minimizar os riscos relacionados ao funcionamento de diversos setores, buscou fomentar programas para auxiliar gestores e servidores em processos de planejamento, melhoria e reorganização de processos, desenvolvimento de projetos, inovação e saúde, a exemplo do Programa de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, do Programa de Valorização do Servidor e do Programa de Educação Continuada em Gestão.

Avaliação de desempenho, carreira e remuneração

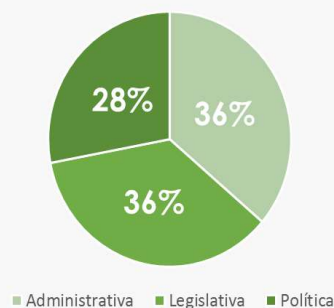
Em 2019, 1.288 servidores foram avaliados. Por motivo de desempenho insuficiente, apenas 1 servidor não obteve progressão funcional, sendo reprovado também no estágio probatório, enquanto 149 tornaram-se estáveis. A carreira legislativa contempla também funções comissionadas, que são ocupadas exclusivamente por servidores efetivos. Na Câmara, existem funções comissionadas gerenciais e de assessoria. Os quadros ao lado ilustram o padrão inicial e final das carreiras e a distribuição das funções por área de atuação (administrativa, política e legislativa) e por gênero. Mais informações quanto à remuneração e o quantitativo de funções podem ser obtidas no [portal da Câmara](#).

CARGO	Vencimentos + vantagens fixas	
	Padrão inicial	Último padrão
Analista Legislativo	R\$ 24.716,88	R\$ 31.536,03
Técnico Legislativo	R\$ 16.460,29	R\$ 24.475,93

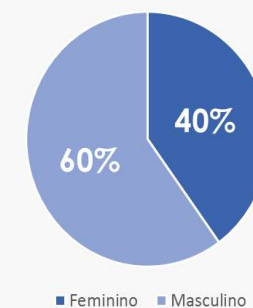
Nota

- ✓ Os cargos dividem-se em várias atribuições, que podem ser consultadas no portal da Câmara.
- ✓ Na Câmara, a carreira contempla 10 padrões.

Funções comissionadas por área



Funções comissionadas por gênero



Nota

- ✓ Área política: órgãos vinculados diretamente a um deputado; área legislativa: órgãos que assessoram diretamente a atividade parlamentar; e área administrativa: demais órgãos da Casa.

Saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

A Câmara executa ações de vigilância epidemiológica e avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e de redução dos riscos. Também faz campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, etc.



Dependência química e Tabagismo

Preparação para aposentadoria

Educação financeira

Acompanhamento funcional

Promoção da atividade física

Orientação para lotação

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

	Participantes em eventos	Atendimentos
Dependência química e Tabagismo	102	40
Preparação para aposentadoria	38	43
Educação financeira	308	335
Acompanhamento funcional	-	247
Promoção da atividade física	08	02
Orientação para lotação	-	64

Nota

- ✓ Ações realizadas pelo Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser).

Números totais

Pacientes atendidos x atendimentos (emergenciais, ambulatoriais e exames)⁽¹⁾

Tipos de atendimentos

Pacientes

Emergenciais	20.912	Pacientes com vínculo com a Casa (servidores efetivos, aposentados e dependentes legais)	5.500
Exames	17.105	Parlamentares e seus dependentes legais e ex-parlamentares	1.292
Ambulatório	53.660	CNE, secretário parlamentar e requisitados	6.173
		Autorizados (Ato da Mesa nº 109/2003)	3.770

Números totais

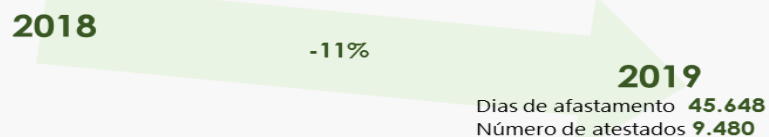
Programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral e à qualidade de vida no trabalho - atendimentos

	Campanhas		Programas
Semana de Enfermagem	88	Programa Exame Periódico de Saúde	596
Prevenção ao Câncer de Pele	106	PRISMA - Obesidade	252⁽²⁾
Campanha de Tireoide	120	Assistência aos diabéticos	406⁽²⁾
Prevenção à Perda Auditiva	77	Programa de Imunização influenza	6000
Outubro Rosa	157	Acompanhamento e Apoio à Gestante	495⁽²⁾
		Saúde da Mulher	208

Notas

- (1) No ano de 2019 foram atendidos 16.735 pacientes que geraram 91.677 atendimentos.
- (2) Na informação dos dados dos programas Prisma, Diabéticos e Apoio à Gestante está considerado o somatório de participantes por encontro.

ABSENTEÍSMO – Número de atestados apresentados



Houve a diminuição no nº de atestados apresentados (11%), mas houve o aumento de 5,4% no total de dias de afastamento em relação à 2018.

Principais doenças relacionadas

- Doenças do aparelho respiratório – Grupo J do CID 10
- Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde – Grupo Z do CID 10
- Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo – Grupo M e/ou S do CID 10
- Transtornos mentais e comportamentais – Grupo F do CID 10

SAÚDE NO TRABALHO⁽¹⁾



- 775 atendimentos no programa Exame Periódico de Saúde-EPS, sendo 179 em pacientes com exposição à risco. Redução de 20% relacionada a remanejamento de pessoal, decorrente de aposentadorias.
- 121 Juntas Médicas de Saúde Ocupacional para adequação de jornada de trabalho.
- 355 atendimentos em saúde ocupacional (PROSAT/GEPO) em 118 pacientes em acompanhamento.

Principais problemas observados

- Saúde mental (57%)
- Osteomusculares (39%)

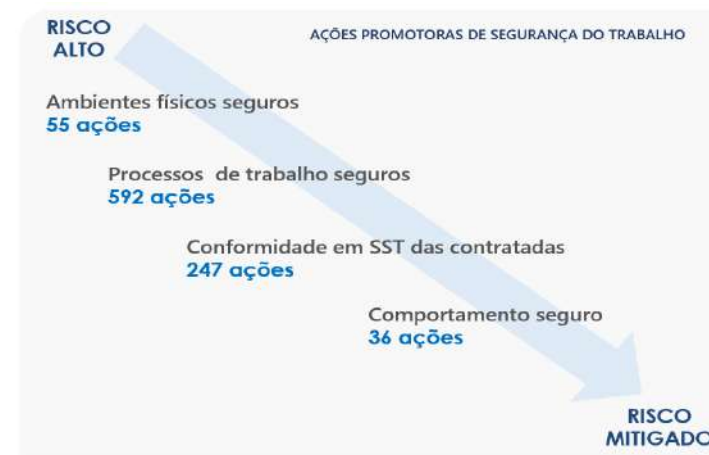
Obs: 14% dos pacientes sofreram com ambos os problemas.

Nota

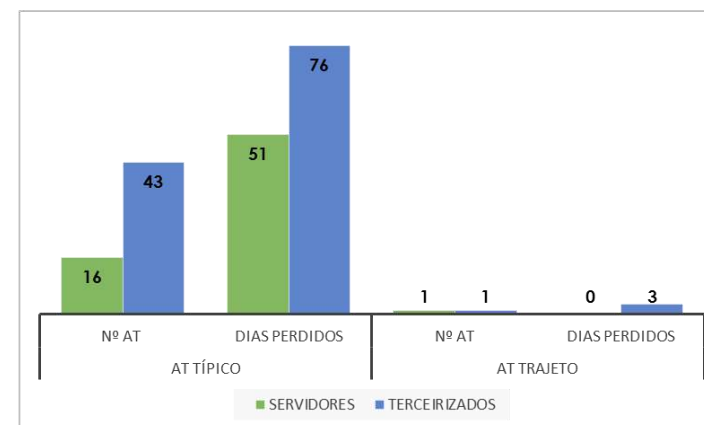
(1) Essas ações têm como objetivo conhecer a atividade do trabalho e seu contexto laboral para identificar possíveis fontes de adoecimento e, através desse diagnóstico, produzir recomendações para melhoria do bem-estar no trabalho e serviços.

A Câmara dos Deputados gerencia os riscos nos ambientes de trabalho por meio da adoção de diversas ações que visam a mitigação desses riscos a níveis de segurança

aceitáveis. As medidas adotadas variam conforme a gradação do risco ocupacional e o sujeito alvo de atuação, podendo ser este o ambiente físico, o processo ou a organização do trabalho e o comportamento do grupo ou do indivíduo. Nesse sentido, em 2019, foram adotadas 930 ações. Todas elas almejam a redução dos acidentes de trabalho, cuja tendência é a diminuição a patamares próximos a zero, à medida que a cultura de segurança do trabalho seja absorvida pela instituição. Em 2019, os trabalhadores da Câmara dos Deputados sofreram 61 acidentes de trabalho, que resultaram em 130 dias de afastamento.



ACIDENTES DE TRABALHO (AT)



Capacitação e desenvolvimento de pessoas

A Câmara dos Deputados tem como um de seus propósitos promover a educação legislativa e prover a Casa de um quadro de servidores qualificados, com vistas ao fortalecimento da democracia com foco no Poder Legislativo. A educação legislativa é realizada de forma sistemática com base em três funções educacionais integradas e coordenadas: a **educação continuada do corpo funcional**, a **produção e disseminação de conhecimento acerca do Poder Legislativo** e a **educação para a democracia**. Suas diretrizes de atuação encontram-se descritas no Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Casa, na Política de Recursos Humanos, no Projeto Pedagógico Institucional e no Regulamento do Cefor.

Educação continuada do corpo funcional



Notas

- (1) Afastamento para aulas ou para elaboração de trabalho final.
- (2) Afastamento para aulas.



Produção e disseminação do conhecimento

ENSINO



PESQUISA E EXTENSÃO



Educação a distância



A Câmara conta com uma área de **educação a distância** que atua nas três funções educacionais acima mencionadas e, além disso, disponibiliza conteúdos e cursos abertos à população em geral por meio das seguintes plataformas: página da [Escola Virtual da Cidadania](#) – EVC, [portal de Educação a Distância – Eleve](#) e dois canais no Youtube: [Cefor](#) e [EVC](#).

Gestão de riscos e/ou controles

Acumulação de cargos

Os controles disponíveis atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedados pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor. Ao identificar a situação de acumulação de cargos, imediatamente é iniciado processo para verificação de sua licitude. Os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam anualmente declarações de horário de trabalho/carga horária e de recebimento de auxílios alimentação, creche e transporte, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade.

Principais ações e resultados

Projeto Saúde Integral

Com foco no combate do adoecimento no ambiente de trabalho, o projeto está no seu oitavo ano, promovendo palestras e debates para trazer informações e novos pontos de vista que ampliem a visão no cuidado à saúde e a promovam em todos os seus aspectos: físico, emocional, mental, social e espiritual.

Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser) (Ato da Mesa nº 27/2003)

Conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia, gestão de pessoas e educação física, que atua nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas, preparação para aposentadoria, promoção da atividade física e apoio à Pesquisa de Clima Organizacional. Realizou 752 atendimentos; 456 servidores participaram dos eventos promovidos em qualidade de vida; e foram feitas 19 ações publicitárias. Mais detalhes no tópico “Saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho”.

Pesquisa de clima organizacional

Em 2019, como resultado da aplicação da pesquisa de clima no final de 2018, a Câmara dos Deputados iniciou o trabalho de divulgação e planejamento baseado nos resultados da pesquisa de clima. As áreas tiveram a oportunidade de elaborar planos de ação levando em consideração os seus resultados setoriais. Os dados levantados e os comportamentos institucionais estudados por meio da pesquisa também serviram como subsídio para o planejamento estratégico e para a gestão de pessoas.

Pós-Graduação (ensino, pesquisa e extensão)

- ✓ **Mestrado Profissional em Poder Legislativo** – classificado pela Capes/MEC na área de Ciência Política com nota 4, abriga pesquisadores e alunos com interesse em estudar esse Poder como um campo de saber próprio e distinto dos padrões disciplinares estabelecidos em cursos e departamentos tradicionais da academia. Iniciado em 2013, recebeu 127 alunos até o final de 2019. Desses, 74 já obtiveram o título de Mestre.
- ✓ **Cursos de Especialização em: Avaliação de Políticas Públicas**, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Senado Federal (SF) e de **Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos**, em parceria com o TCU, SF e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e tratamento do Delinquente (ILANUD/ONU), com total de 80 alunos.
- ✓ **Grupos de Pesquisa e Extensão** que visam levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa. Em 2019, havia 21 grupos ativos, com 96 pesquisadores entre servidores da Câmara dos Deputados e membros externos.
- ✓ **Ciclo de Palestras** – atividades periódicas com objetivo de levar a alunos, a professores e ao público do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgar estudos e possibilidades de atuação diversas das tratadas em sala de aula. Foram promovidas 13 palestras durante o ano de 2019, atingindo público presencial de cerca de 1.000 inscritos, além de alcance por meio de transmissões via canal digital.

- ✓ **Ciclo de Oficinas** – novos olhares a partir de diferentes práticas - cursos para aprimoramento dos trabalhos de pesquisa de alunos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Foram realizadas cinco oficinas durante o ano de 2019.
- ✓ **AMPLIAR** – rede de alunos regulares, professores e egressos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, com o objetivo de ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados. Busca, ainda, propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo. Foram realizados dois encontros em 2019, com o lançamento de grupo de discussão em rede social ([LinkedIn](#)).
- ✓ **Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688)** – publicada quadrimestralmente, é o veículo em que são divulgados resultados de pesquisas voltadas para temas relevantes sobre o Legislativo. Com tradução para os idiomas inglês e espanhol, é classificada como Qualis B2 na área de Ciência Política. Em 2019, alcançou seu 30º número regular, que se somado a três edições especiais, totaliza 33 edições da revista.
- ✓ **Jornadas de Pesquisa e Extensão** – evento anual voltado à discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro, com o objetivo de disseminar o conhecimento que é produzido não apenas pela Câmara dos Deputados – no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa – mas também por outros órgãos parceiros e demais pesquisadores. Em 2019, foi realizada a 10ª edição que reuniu pesquisadores e alunos de diversas instituições para discutir sobre o tema "Legislativo Digital: desafios para potencializar a Democracia".

Redução de despesas

Saúde

- Alteração do horário de funcionamento da emergência médica, no intuito de reduzir o horário noturno das sextas-feiras. Essa nova medida é resultante da falta de pessoal e transferência da força de trabalho para os horários de maior movimento;
- Alteração na tramitação dos processos de licença médica de parlamentares por meio do uso do sistema eDoc, sem trâmite de documentos físicos.
- Implementação de sistema informatizado (Controle de Licenças Médicas) para atender às necessidades dos servidores da Casa na apresentação das Licenças para Tratamento de Saúde (LTS), com foco na sustentabilidade, a fim de otimizar e diminuir o volume de papéis no processo de trabalho.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

- Visando economia processual e financeira, considerando a política de valorização do servidor e a circulação do conhecimento institucional, foram priorizadas as contratações via Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, prevista na [Lei nº 8.112, de 1990](#), como retribuição a servidores públicos federais da Câmara ou de outros órgãos públicos. Dessa forma, reduziu-se o gasto com o pagamento a instrutores contratados externamente, via [Lei nº 8.666, de 1993](#) (item de despesa “Instrutoria externa para público interno”). Desse modo, no ano de 2019, foi executado o valor de R\$ 218.097,80 nesse item de despesa do total de R\$ 400.000,00 disponível no orçamento.

Principais desafios

Assim como boa parte da Administração Pública, a Câmara também enfrenta o desafio de amadurecer sua governança na gestão de pessoas. Desse modo, há uma construção conjunta entre os setores de uma estratégia mais focada na geração de valor e resultados, equilibrada com as nuances subjetivas que requerem a atenção

aos trabalhadores da organização. Outro desafio é a reposição de pessoal, pois mais de 20% do total de cargos efetivos estão vagos e não há previsão de realização de concursos públicos. Dessa forma, alguns órgãos da Casa poderão ter suas atividades comprometidas em virtude da carência de pessoal. Os cargos de Analista Legislativo - Técnico em Material e Patrimônio, Analista Legislativo - Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Analista Legislativo - Contador e Analista Legislativo - Médico, de acordo com projeções de aposentadorias para os próximos 3 anos, poderão ter um déficit de, aproximadamente, 73%, 53%, 50%, e 40%, respectivamente, no número de servidores. No que refere à **saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho**, a Câmara enfrenta o desafio de manter tanto o atendimento satisfatório, tendo em vista que, em 2019, 14 profissionais da área de saúde se aposentaram, quanto a operacionalidade dos equipamentos e serviços diante da restrição orçamentária. Outro aspecto importante é a valorização do cuidado com a saúde mental, principalmente na prevenção de doenças ou sofrimento mental. É necessário dedicar atenção aos fatores relacionados ao ambiente de trabalho: organização do trabalho, natureza das tarefas, respeito às diferenças, adequação do perfil profissional ao local de trabalho, etc., para que se evite, de forma geral, um aumento nos casos de sofrimento mental, assédio, adoecimento e suicídio. No que refere à **capacitação e desenvolvimento de pessoas**, os principais desafios são: a necessidade de constante atualização e consequente capacitação dos gestores em todos os conteúdos que sejam considerados prioritários no contexto de gestão estratégica, a aproximação das áreas técnicas da Câmara dos Deputados dos resultados científicos obtidos por meio das pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, a divulgação das ações educativas junto à sociedade, a superação da limitada estrutura por meio do desenvolvimento de parcerias institucionais e o aumento de capacidades para a elaboração de novos programas e produtos presenciais e a distância, para incrementar as ações de educação legislativa em termos de relevância e alcance.

3.3 Gestão do Patrimônio, da Infraestrutura e das Compras e Contratações Públicas

Neste item são apresentados as principais informações e os números sobre a gestão da infraestrutura administrativa, do patrimônio imobiliário, da frota de veículos própria e terceirizada e das compras e contratações públicas na Câmara dos Deputados.

Principais números da área

Imóveis (incluindo os funcionais, destinados a uso por parlamentares)

461 Imóveis da União sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados				
Classe	Tipo	Quant.	Local	Valor (R\$)
Imóveis da União para uso administrativo	edifícios administrativos	6		626.392.606,00
	salas comerciais	7		1.110.618,46
	terrenos	2	Brasília	91.821.460,29
	casa (residência oficial)	1		8.873.182,52
Imóveis funcionais da União para uso por parlamentares	apartamentos (13 integram a reserva técnica)	445		850.273.648,01
Total		461	Total	1.578.471.515,28
Imóveis da União em uso pela Câmara registrados na unidade gestora SPU-DF (Ato da Mesa nº 67/2015) ⁽¹⁾	apartamentos funcionais da reserva técnica	2	Brasília	N/A ⁽²⁾

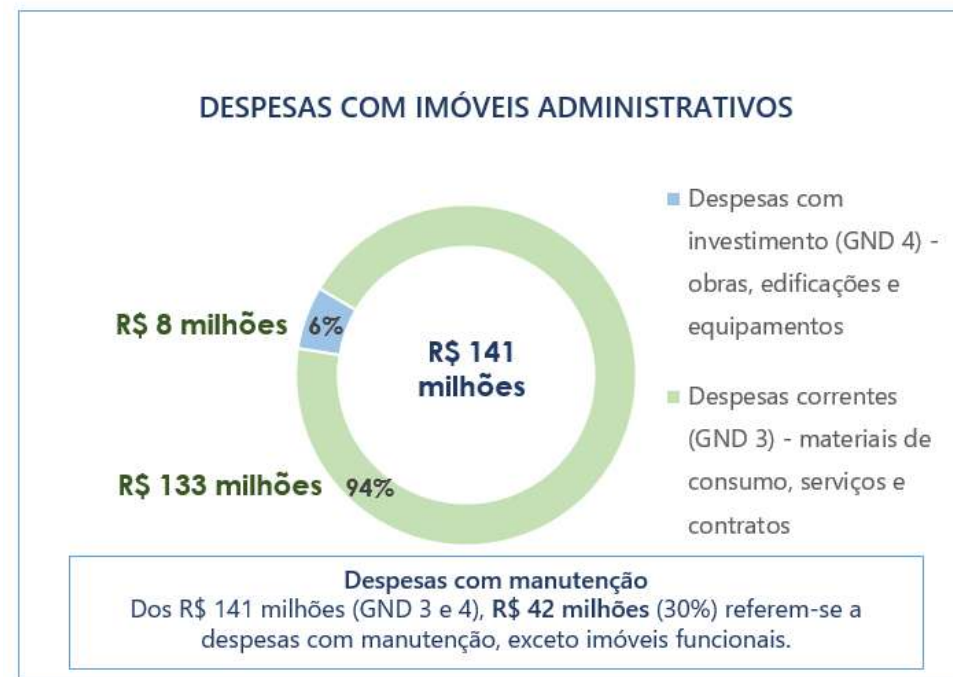
Notas:
 (1) Assim que desocupados, serão restituídos à SPU.
 (2) A Unidade Gestora é a SPU-DF. Valores não disponíveis.

CONFORMIDADE LEGAL

Leis nº [4.320/1964](#).

Atos da Mesa nºs: [5/2011](#); [61/2015](#).

Portaria da Primeira-Secretaria nº [69/2007](#)



Fonte: Siorc.

Transportes

Conforme Ato da Mesa [63, de 2005](#), os veículos são classificados em:

- **Representação** – Presidente da Câmara dos Deputados e escolta;
- **Natureza Especial** – Membros da Mesa, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria Parlamentar, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética, Corregedoria Parlamentar, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa;
- **Serviços de Natureza Administrativa** – Apoio às unidades administrativas da Casa.

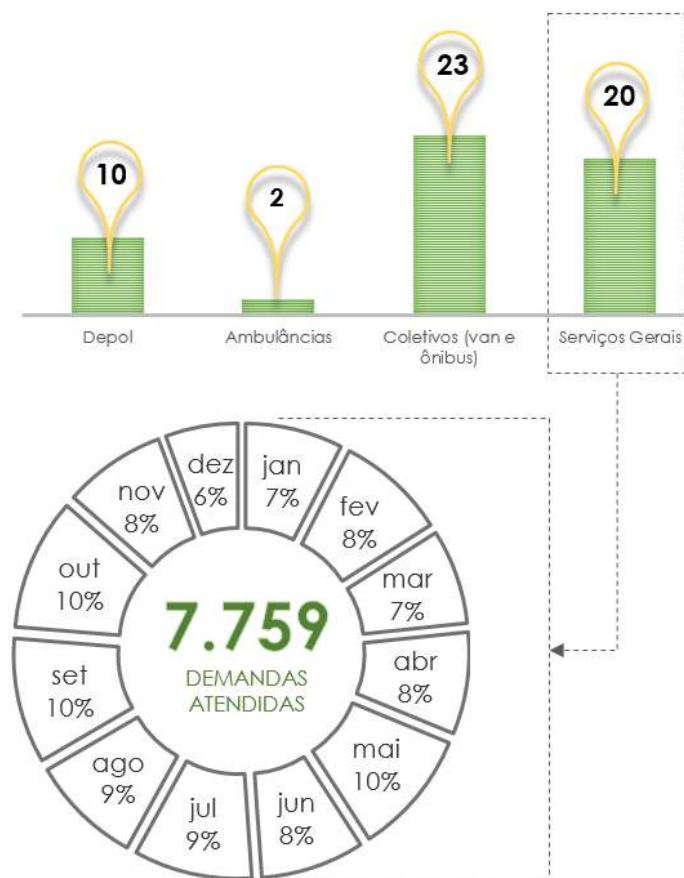
Frota de veículos da Câmara dos Deputados



Demanda e utilização da frota de natureza administrativa para atendimento de eventos e serviços gerais

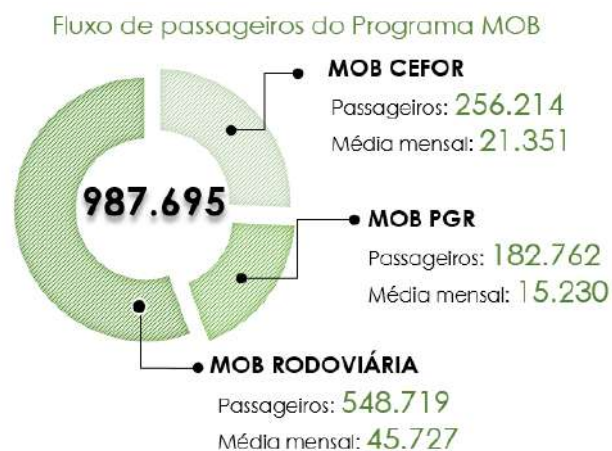
Os 20 (vinte) veículos administrativos da frota da Câmara atenderam 7.759 demandas de transporte ao longo do ano de 2019.

Frota de veículos de Natureza Administrativa

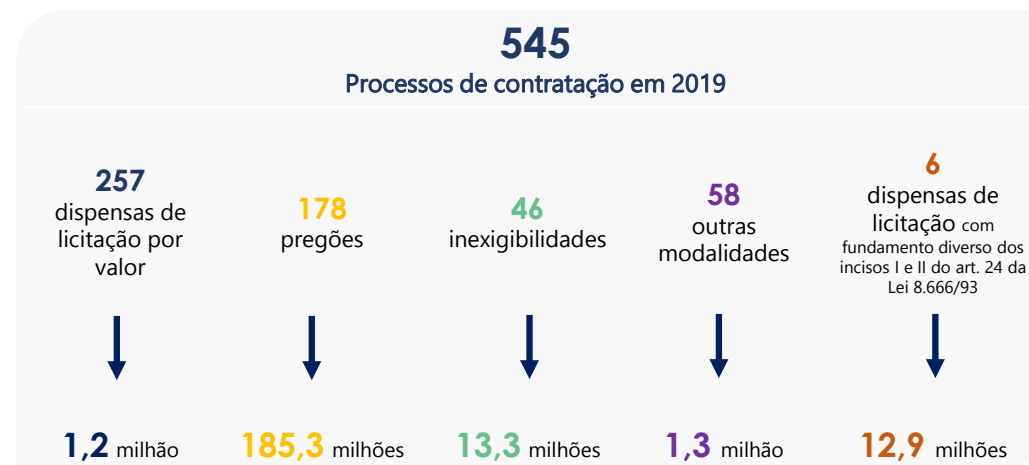


Programa Mobilidade Sustentável (MOB)

Programa criado para facilitar a locomoção de servidores e colaboradores da Câmara para fins funcionais e também possibilitar a melhor utilização dos estacionamentos. Dispõe de vans e ônibus que interligam a rodoviária do Plano Piloto e estacionamentos remotos ao Palácio do Congresso Nacional, diminuindo o impacto do trânsito na região da Praça dos Três Poderes e Setor de Administração Federal Sul. Desde 2016, Câmara e Senado Federal também compartilham suas vans, de modo a ampliar os benefícios aos seus usuários e ao meio ambiente. Em 2019, foi registrado o fluxo de passageiros:



Compras e contratações públicas



Notas

- ✓ A maioria das contratações diretas ou processos de dispensa ocorreram devido ao enquadramento como despesa de baixo valor (incisos I e II do art. 24 da [Lei n° 8.666/1993](#)), em respeito ao princípio da eficiência e da economicidade, resguardando-se, sempre, os aspectos legais desse tipo de contratação, para realização dos fins administrativos. Em termos quantitativos, destacam-se os cursos e congressos para treinamento e desenvolvimento de servidores e a assinatura de periódicos, revistas e bases de dados.
- ✓ Nas contratações por dispensa com fundamento diverso dos incisos I e II do art. 24. da Lei 8.666/1993, destacam-se os pleitos referentes às contratações de entidades sem fins lucrativos como a APAE (para a prestação de serviços continuados por pessoa com deficiência intelectual, na modalidade de inserção do trabalho apoiado) e a Inspeção São João Dom Bosco (para formação técnico profissional metódica de menores de baixa renda).
- ✓ Outras informações sobre as licitações e compras diretas realizadas pela Câmara, bem como as atas de registro de preços, os contratos vigentes e os últimos editais publicados encontram-se disponíveis na área de transparência do [portal da Câmara](#).

Contratos de mão de obra terceirizada



Todos os contratos, editais e propostas podem ser acessados no [portal da Câmara](#).

DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área de atuação	Quantidade de empregados terceirizados	Percentual	Valor anual	Percentual
Comunicação Social	221	6,76%	R\$ 25.920.850,46	9,80%
Copa	278	8,51%	R\$ 14.048.962,57	5,31%
Elevadores	64	1,96%	R\$ 3.483.624,45	1,32%
Gráfica	71	2,17%	R\$ 5.597.232,70	2,12%
Informática	389	11,90%	R\$ 38.087.628,39	14,39%
Jardinagem	35	1,07%	R\$ 2.455.616,16	0,93%
Limpeza	761	23,29%	R\$ 43.081.130,56	16,28%
Logística	167	5,11%	R\$ 8.413.902,06	3,18%
Manutenção	468	14,32%	R\$ 41.342.502,15	15,62%
Microfilmagem	24	0,73%	R\$ 2.214.715,47	0,84%
Operação de equipamentos	233	7,13%	R\$ 22.132.168,20	8,36%
Orçamentistas	59	1,81%	R\$ 10.180.665,73	3,85%
Recepção	65	1,99%	R\$ 6.175.259,90	2,33%
Transporte	97	2,97%	R\$ 9.729.155,54	3,68%
Vigilância e brigadistas	336	10,28%	R\$ 31.752.825,38	12,00%
Total Geral	3268	100,00%	R\$ 264.616.239,72	100%

A Câmara dos Deputados publica em seu site uma relação de todos os seus empregados terceirizados com informações como nome, CPF, categoria, lotação, empresa contratada e número do contrato correspondente. As informações estão disponíveis na área de transparência do [portal da Câmara](#).

Imóveis (incluindo os funcionais, destinados a uso por parlamentares)

Registro, atualização e reavaliação (inclui imóveis funcionais, destinados a uso por parlamentares)

A Câmara dos Deputados observa as normas e orientações da Secretaria de Patrimônio da União e atualiza os dados dos imóveis registrados sob sua responsabilidade no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, nos termos da [Portaria Conjunta SPU-STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014](#), e do [Ato da Mesa nº 63, de 1997](#). Ressalta-se que, no ano de 2019, os imóveis foram reavaliados conforme determinação contida no art. 6º da referida portaria, resultando em um acréscimo de **R\$ 575.234.741,38** ao valor do patrimônio imobiliário da União sob a responsabilidade desta Casa.

Locação

A Câmara dos Deputados é locatária de galpão situado no endereço SAAN Quadra 1, lote 105. O imóvel foi locado por meio do Contrato nº 2012/284.7 e está sendo utilizado para armazenagem de bens de responsabilidade da Coordenação de Habitação.

Cessão de espaço físico em imóvel da União

A cessão de espaço físico a título oneroso ou não é regulada pelo [Ato da Mesa nº 61, de 2005](#), e a cobrança é feita segundo metodologia estabelecida pela [Portaria da Primeira-Secretaria nº 69, de 2007](#). Em 2019, foram cedidos espaços a 21

entidades externas em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados. Os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe o inciso XV do art. 2º da [Resolução da Câmara dos Deputados nº 18, de 1971](#). Essas receitas são registradas com obediência ao disposto no art. 35 da [Lei nº 4.320, de 1964](#). Sua contabilização é realizada conforme parâmetros definidos no Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU).

Política de ocupação de imóveis funcionais e auxílio-moradia

A gestão dos imóveis funcionais é regulada pelo [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#). Ele consolida os critérios para uso e distribuição destes imóveis aos deputados federais e suplentes, alinhado à orientação expressa pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.438/2009-Plenário. O referido Ato, em conjunto com as demais normatizações adjacentes acerca do tema, define a sistematização na distribuição e ocupação dos imóveis funcionais, as regras de desocupação e a padronização de manutenção dos apartamentos e cobranças de despesas aos ocupantes. Pode-se citar, como exemplo de política de ocupação dos imóveis, a prioridade, independente de lista de espera, para deputados com deficiência ou dificuldade de locomoção. Os deputados não contemplados na distribuição dos imóveis funcionais podem requerer a concessão do auxílio-moradia, cumpridas as normas específicas de concessão do benefício. Informações gerais acerca do assunto podem ser consultadas no [portal da Câmara](#).

Taxa de ocupação de imóveis em 2019

Mês	Apartamentos		Reforma ou reservados para reforma ⁽¹⁾	Total	% Ocupação imóveis funcionais
	Em operação	Ocupados			
Janeiro	384	341	48	432	89%
Fevereiro	384	349	48	432	91%
Março	384	352	48	432	92%
Abril	384	347	48	432	90%
Maio	384	347	48	432	90%
Junho	384	348	48	432	91%
Julho	384	350	48	432	91%
Agosto	384	352	48	432	92%
Setembro	384	353	48	432	92%
Outubro	384	354	48	432	92%
Novembro	384	354	48	432	92%
Dezembro	384	352	48	432	92%

Fonte: Sistema de Habitação – Habit.

Notas

(1) Imóveis desocupados para reforma geral.

Número de pagamentos de auxílio-moradia aos parlamentares em 2019	
Mês	Quantidade
Janeiro	157
Fevereiro	206
Março	183
Abril	155
Maior	149
Junho	142
Julho	139
Agosto	137
Setembro	135
Outubro	140
Novembro	137
Dezembro	123

Fonte: Sistema de Habitação – Habit.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Plano de reordenamento dos espaços do complexo arquitetônico principal da Câmara dos Deputados

- Transferência da Diretoria-Geral para o Anexo I, com a destinação da área do Anexo II para lideranças partidárias e comissões, de modo a resgatar a vocação original de ambos os edifícios: Anexo I com predominância para áreas administrativas; e Anexo II para áreas legislativas.
- Transferência da Secretaria da Mulher do Anexo IV para o Edifício Principal e transferência das agências bancárias do Edifício Principal para o Anexo IV. Os espaços anteriormente ocupados por essas agências bancárias, por sua vez,

receberam os gabinetes da 3ª e da 4ª Secretarias, além de uma sala multiuso adequada para abrigar as reuniões da Mesa e do Colégio de Líderes. Reforçou-se, assim, a vocação original do térreo do Anexo IV, de prestação de serviços, que já conta com agências bancárias, empresas aéreas e serviço postal. Além disso, resgatou-se a vocação original do Palácio do Congresso Nacional, que são as atividades parlamentares, bem como restabeleceram-se áreas de acesso e de circulação do edifício, com o propósito de garantir segurança e conforto aos usuários.

- Encaminhamento da minuta do Plano Diretor de Uso dos Espaços (PDUE), que visa definir uma política de racionalização dos espaços físicos na Câmara dos Deputados, com a incorporação dos conceitos de planejamento espacial, acessibilidade, sustentabilidade e patrimônio, entre outros. O plano integra as ações institucionais com vistas a assegurar condições adequadas de trabalho, conforto e segurança na instituição.

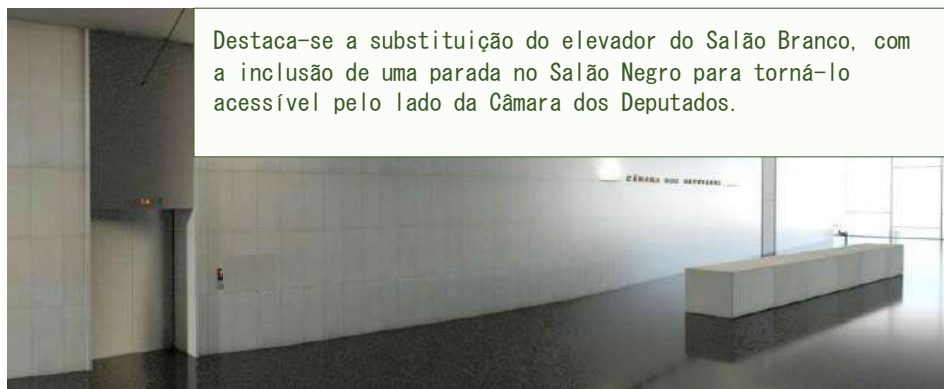
Infraestrutura e equipamentos

Principais investimentos

Foram realizadas várias ações, iniciadas em 2018 e concluídas em 2019, de manutenção e investimentos para substituição de equipamentos dos sistemas prediais que compõem o complexo arquitetônico principal da Câmara dos Deputados. As intervenções visam potencializar a vocação institucional de cada edifício, especialmente para viabilizar a reestruturação do espaço no Edifício Principal. Inseridas no Plano de Preservação do Patrimônio Edificado da Câmara dos Deputados, as ações no Edifício Principal foram aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com o objetivo de resgatar a vocação original do prédio, a partir da destinação de áreas nobres às atividades parlamentares. Destaque-se a continuidade do projeto de modernização das centrais de ar condicionado da Câmara, baseado em critérios de segurança e sustentabilidade, com substituição de duas unidades resfriadoras de líquido para as centrais de ar condicionado dos edifícios Principal, Anexo I e Anexo III, já no âmbito

das ações para requalificação desse edifício. Houve ainda a substituição de oito elevadores nos edifícios Principal, Anexo II e Anexo III e a contratação de vinte elevadores em blocos de apartamentos funcionais nos blocos A, B e I da SQS 311 e G e I da SQS 111, em Brasília, que se encontram em final de vida útil. No Salão Branco, foi realizada a substituição dos elevadores, e no Salão Negro, foi incluída uma parada para torná-lo acessível pelo lado da Câmara dos Deputados.

Substituição de elevadores, com fim da vida útil desses equipamentos, para garantir a segurança das pessoas e do patrimônio



Destaca-se a substituição do elevador do Salão Branco, com a inclusão de uma parada no Salão Negro para torná-lo acessível pelo lado da Câmara dos Deputados.

Plano de Adequação das Instalações da Câmara às Normas de Segurança e Contra Incêndio e Pânico

Incremento da segurança das pessoas e do patrimônio, por meio de ações como abertura de novas rotas de fuga e saídas de emergência e instalação de sistemas de alarme e detecção de incêndio.



Resgatou-se a vocação original do Palácio do Congresso Nacional, que são as atividades parlamentares.

Alienação de bens

A Câmara dos Deputados promoveu alienações de bens móveis considerados inservíveis para a Casa, com o objetivo principal de reduzir o custo de armazenagem.

Plano de Preservação e Conservação do Palácio do Congresso Nacional



Conclusão da criação de salas multiuso para a reunião da Mesa e do Colégio de Líderes, bem como dos gabinetes da 3ª e da 4ª Secretarias da Mesa



Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O [Ato da Mesa nº 80, de 2001](#) regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens de propriedade da Casa, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação de seu valor. A frota própria remanescente está em perfeita condição de uso e, primando pelo princípio da economicidade dos recursos públicos, não há previsão de aliena-la. Evidencia-se aqui, mais uma vantagem do modelo de gestão de frota terceirizada que transfere o ônus da gestão à empresa contratada.

Gestão de riscos e/ou controles

Imóveis

O principal risco relacionado à gestão de imóveis consiste na possibilidade de perda de informações devido à ausência de um sistema de gestão de imóveis na Câmara dos Deputados. Em 2019, conforme o subtópico *Principais ações e resultados* deste item do Relatório (3.3), houve o andamento do projeto eSUPRE, que irá definir solução para a gestão dos imóveis sob a responsabilidade da Câmara, a fim de mitigar esse risco.

Imóveis funcionais

Existem inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais. Esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los e são reavaliados periodicamente, na tentativa de identificar oportunidades reais de melhoria. O controle dos imóveis funcionais é regulado pelo [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#). No [portal da Câmara](#), pode-se consultar os riscos identificados e as medidas para mitiga-los.

Transportes

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, número de usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se, também, o sistema de abastecimento por cartão com chip, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

Principais ações e resultados

Compras e contratações públicas

No ano de 2019, foram desenvolvidos os trabalhos relativos ao projeto denominado eSUPRE, que objetiva alcançar instrumento suficiente para promover a adoção de solução de tecnologia da informação capaz de instrumentalizar a realização material dos Sistemas de Administração de Material e de Administração Patrimonial. Dentro do escopo do projeto, foi finalizado o Estudo Técnico Preliminar, documento que direciona o tipo de solução mais adequada para a Câmara dos Deputados.

Imóveis, equipamentos e infraestrutura

Além dos [principais investimentos de infraestrutura e equipamentos](#), houve ainda ação de conscientização de preservação do patrimônio com a palestra “Mobiliário Modernista na Câmara dos Deputados: 60 anos de Design”, que reuniu palestrantes ligados à área temática com o objetivo de compartilhar conhecimentos adquiridos em suas trajetórias profissionais de modo a promover cidadania e interação qualificada com o público alvo tanto interno quanto externo. No tocante à infraestrutura de comunicação e informação, destacam-se a distribuição de 75 mil correspondências e documentos, a postagem nos Correios de 1,8 milhão de objetos (Contrato nº 2017/44.2) e a substituição de 62 mil periódicos impressos por **944** acessos digitais.

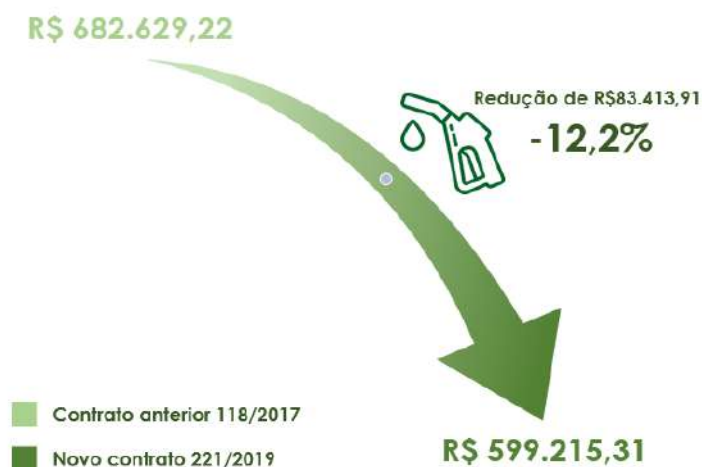
Redução de despesas

Imóveis (incluindo os funcionais, destinados a uso por parlamentares)

As despesas com manutenção dos sistemas prediais da Câmara dos Deputados foram reduzidas de R\$ 48 milhões em 2018 para R\$ 41 milhões em 2019, resultado do aperfeiçoamento dos processos de trabalho. Quanto aos imóveis funcionais, em 2019, as principais medidas adotadas foram as seguintes: redução de postos de trabalho do contrato de portaria e zeladoria referente aos blocos funcionais; substituição gradual das lâmpadas convencionais das partes comuns dos blocos residenciais para lâmpadas LED; regulagem no sistema de controle da temperatura dos aquecedores de água; troca do sistema convencional das boias das caixas d'água por bombas eletrônicas com sensor, o que reduziu o desperdício de água e de energia elétrica.

Transportes

Redução no valor do contrato de combustíveis



TáxiLeg

TáxiLeg é o serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo, ou via web, usado pela Câmara dos Deputados. Em pleno funcionamento no ano de 2019, foram 7.300 demandas atendidas pelo TáxiLeg. Seguem ilustrações sobre demanda média e economia alcançada considerando os mesmos atendimentos no modelo de veículos locados.



Comparativo entre modalidades de serviço



Principais desafios

Considerando que o cenário que se projeta para os próximos anos indica a redução dos recursos humanos disponíveis, um dos desafios é aumentar a eficiência administrativa por meio, principalmente, das seguintes ações: otimização de processos de trabalho; automatização de processos; e atualização de normativos internos. No campo da otimização de processos de trabalho, o objetivo é documentar cada atividade necessária para a consecução dos principais produtos e serviços da Administração, permitindo eliminar redundâncias e atividades que não agreguem valor aos produtos e serviços, bem como dimensionar as equipes com maior acuidade. No campo da automatização de processos, pretende-se reduzir a tempo as rotinas, de forma a tornar os processos mais previsíveis, absorvendo o conhecimento adquirido ao longo do tempo que esteja apenas nas memórias pessoais. Feito isso, pode-se também buscar uso mais intensivo de ferramentas de tecnologia da informação, para se alavancar a produtividade das equipes. No que concerne aos imóveis funcionais, o desafio é aumentar a taxa de ocupação geral por meio da recuperação dos apartamentos com maior deterioração, restabelecendo as condições de uso e habitabilidade para os parlamentares.

3.4 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

CONFORMIDADE LEGAL

Atos da Mesa nºs: [215/2017](#), [47/2012](#).

Portarias nºs: [88/2019](#), [406/2013](#).

A gestão de inovação e tecnologia da informação responde pelo provimento dos serviços digitais da Câmara dos Deputados e envolve as ações voltadas à inovação digital, governança e planejamento de TI, infraestrutura, atendimento aos usuários, projetos e desenvolvimento de soluções digitais.

Modelo de governança de TI

A governança de TIC corresponde a um conjunto de regras para assegurar que as decisões e ações relativas à gestão organizacional e ao uso da TIC mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais. [O modelo de Governança de TIC](#) da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria DG nº 406, de 2013](#), que criou dois comitês gestores de TIC: o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI).



Principais números da área



Montante de recursos aplicados em TI

	Orçamento	Empenhado	Liquidado	Pago
Investimentos (milhões R\$)	36,0	11,1	7,5	5,6
Custeio (milhões R\$)	55,2	45,6	40,6	40,4

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Investimentos

Substituição dos computadores de bancadas utilizados nos plenários das comissões da Câmara dos Deputados	R\$ 4.544.037,40
Licenças de Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SQL SERVER)	R\$ 1.782.194,80
Aquisição de computadores com capacidade de processamento diferenciada das estações de trabalho padrão	R\$ 1.550.444,10
Solução de segurança de perímetro de rede de computadores, incluindo funcionalidades de VPN, IPS/IDS, Antivírus, Antimalware, controle de aplicações, análise profunda e filtro de conteúdo web (FIREWALL)	R\$ 1.273.300,00
Sistema para Gerenciamento da Infraestrutura de Data Center	R\$ 1.131.150,00
Contratação de Fábrica de Software para o desenvolvimento de novos sistemas de informação	R\$ 644.828,00

Despesas

Prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento, suporte e atendimento aos usuários e à infraestrutura, e documentação e operação de informática	R\$ 37.087.628,39
Prestação de serviços de impressão monocromática e colorida	R\$ 1.781.352,32
Prestação de serviços de impressão monocromática	R\$ 1.329.819,70
Prestação de serviços continuados de garantia de funcionamento dos ativos da rede de computadores corporativa da Câmara dos Deputados	R\$ 827.230,35
Contratação de Fábrica de Software para a sustentação de sistemas de informação legados	R\$ 644.828,00
Serviço de conexão de rede do edifício principal às demais edificações da Câmara dos Deputados	R\$ 614.583,70
Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de licenças dos softwares da ORACLE.	R\$ 562.939,97

Gestão de riscos e/ou controles

Segurança da informação



SEGURANÇA DIGITAL

- Gerenciamento de acessos privilegiados em serviços sensíveis.
- Unificação do portal de troca de senhas das aplicações.
- Implantação de ferramenta para gestão de certificados digitais ICP-Brasil.
- Implantação de célula de inovação para pesquisar soluções de autenticação com múltiplos fatores biométricos para dispositivos móveis.

GESTÃO DA SEGURANÇA DIGITAL

- Implantação de acompanhamento de indicadores de desempenho da infraestrutura e serviços de segurança de redes.
- Ampliação do serviço de gerenciamento de registros de segurança.

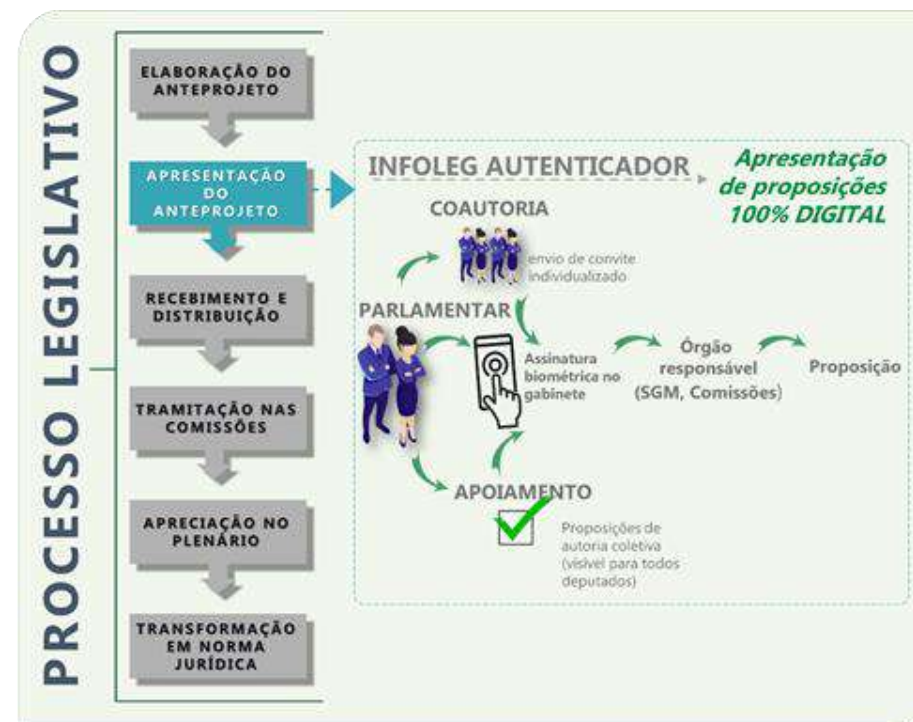
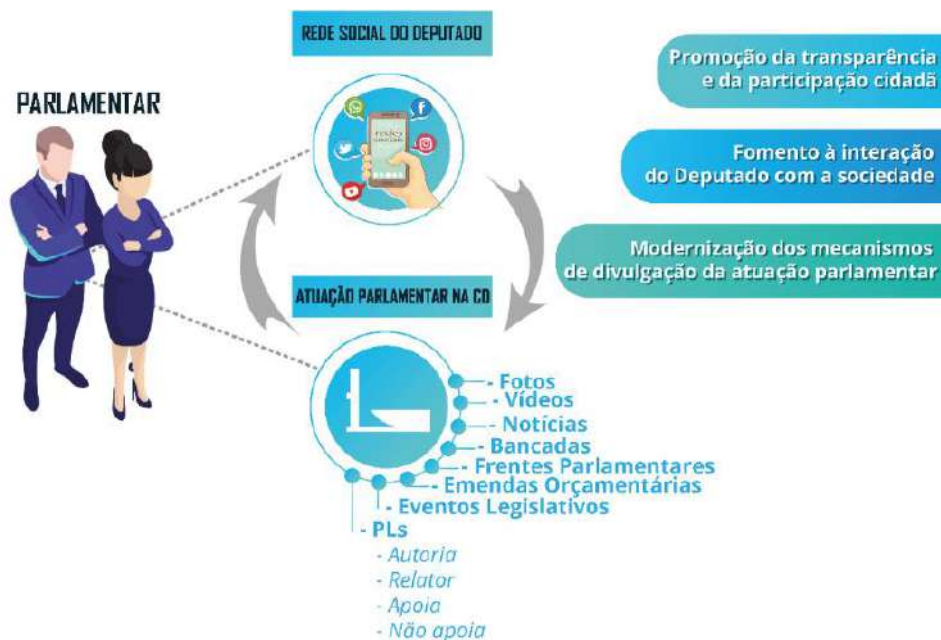
Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados

Gabinete Digital

Plataforma digital de atuação parlamentar que promove a transparência e a participação cidadã ao fomentar a interação dos deputados com a sociedade por meio das redes sociais. Permite aos deputados a utilização do conteúdo digital da

Câmara em suas redes sociais e integra as postagens dos deputados no portal da Câmara, em tempo real.

e recebe documentos eletrônicos e faz numeração eletrônica única para o conjunto das proposições bicamerais.



Processo Legislativo Digital

A [Resolução da Câmara dos Deputados nº 12, de 2019](#) estabeleceu o processo legislativo digital, com base em nova plataforma digital. Um dos componentes dessa plataforma, entregue em 2019, é o Infoleg Autenticador, sistema utilizado na fase do processo legislativo que corresponde à apresentação do anteprojeto. Ele recebe documentos em meio digital e autentica-os para tramitação de proposições nas duas casas legislativas (Câmara e Senado). O Infoleg Autenticador apresenta mecanismo de interação com o usuário, utiliza assinatura digital e biometria, envia

Nuvem Interparlamentar de Dados Abertos (*Inter-Parliamentary Open Data Cloud*)

A Câmara dos Deputados coordena o Hub de Inovação em Dados Abertos da União Interparlamentar (*Inter-Parliamentary Union – IPU*), iniciativa que atualmente envolve doze parlamentos. Com o projeto Nuvem Interparlamentar de Dados Abertos, o hub objetiva disponibilizar dados legislativos, proposições e leis de parlamentos de maneira centralizada em um único idioma. Em 2019, uma versão preliminar do [site](#) foi construída para testar alguns conceitos.

Siele Mulher

SIELE MULHER

O painel "Mulheres nas Eleições" apresenta informações estatísticas das eleições federais de 2010, 2014 e 2018 tendo por foco a distribuição por cargo e sexo. O painel exibe dados de votação e receitas de campanha das candidatas e das eleitas. Essa ferramenta permite trazer elementos concretos para o debate legislativo com vistas a superar barreiras à participação feminina.



Ulysses: a inteligência artificial da Câmara dos Deputados



O que ele faz?

-  **Categorização automática**
-  **Tradução automática**
-  **ChatBot**
-  **Reconhecimento facial**
-  **Processamento de Linguagem Natural**

Liderança Digital

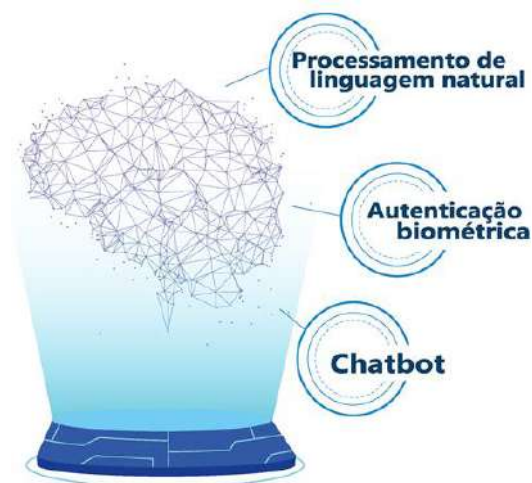
Plataforma digital responsiva, acessível a qualquer hora e de qualquer lugar por meio de dispositivos móveis, que reúne as informações mais relevantes para as Lideranças em uma única ferramenta.



Também merecem destaque iniciativas como:

- [Infoleg Orçamento](#) – plataforma digital de acompanhamento da execução da lei orçamentária e de outras informações do processo legislativo orçamentário;
- Portal Institucional – tratado nos capítulos 1.3 ([Projeto Virada Digital](#)) e 5 deste Relatório;

- Células de Inovação – equipes dedicadas ao estudo e solução de um problema no contexto de pesquisa tecnológica para a transformação digital da Câmara. Em 2019, foram lançadas três células de inovação:



- Pauta Eletrônica 2.0 – tratada no [capítulo 4](#) deste Relatório;
- Integração do Sistema de Gestão de Passagens Aéreas (Sigepa), adquirido pela Câmara dos Deputados, com o Sistema de Gestão de Cotas Parlamentares (CotasNet) e o Gabinete Digital, o que viabiliza a validação, em tempo real, dos requisitos para compra direta de passagens aéreas junto às companhias aéreas. A integração com o Gabinete Digital permite que deputados possam transferir créditos de suas cotas parlamentares para o Sigepa, a partir de seu celular a qualquer hora e lugar.

Principais desafios

Diante da necessidade de revisão de seus processos de trabalho de maneira a torná-los simples, práticos, integrados e concisos nas atividades que agreguem valor ao legislativo nacional e internacional, a Câmara dos Deputados tem aumentado suas expectativas em uma estratégia digital que impõe grandes desafios à tecnologia da informação, impondo uma agenda diuturna de inovação digital impactante em todo o processo produtivo de serviços digitais. Igualmente desafiante é a conciliação com foco em produtos que viabilizem a gestão de todo o ciclo de vida de um produto ou serviço digital. Amplia-se a perspectiva de tal desafio quando se considera a realidade de restrição orçamentária e de não reposição de seu quadro de pessoal.

3.5 Gestão da Informação

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#), art. 23 e § 2 do art. 216.

[Lei nº 12.527/2012](#)

[Resolução CD nº 29/93](#)

Atos da Mesa nºs: [62/1985](#), [15/1999](#), [83/2001](#), [45 a 50/2012](#), [78/2013](#), [147/2014](#), [33/2015](#)

Portarias nºs: [101/2013](#), [71/2014](#), [158/2015](#), [234/2017](#), [32/2018](#)

e demais normas aplicáveis.

A gestão da informação envolve organização, tratamento e disseminação da informação produzida ou custodiada pela Câmara dos Deputados para subsidiar as atividades legislativas e parlamentares dos membros da Câmara dos Deputados e as atividades administrativas de seus servidores. Assim, promove-se não só a garantia, mas também a ampliação do acesso às informações do acervo bibliográfico, das publicações oficiais da Casa e do acervo arquivístico da Câmara dos Deputados, formado por documentos que datam da criação do Parlamento brasileiro, em 1823, quando do início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil até os dias atuais, em variados formatos e suportes, como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapas, fotografias, com destaque para os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiências públicas diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Mais informações sobre os acervos e acesso aos serviços e produtos de informação oferecidos podem ser consultadas no portal da Câmara nos links: [Arquivo Histórico](#), [Biblioteca Digital](#), [Biblioteca Pedro Aleixo](#) e [Livraria da Câmara](#).

Principais números da área

ACERVOS DA CÂMARA

Mais de **23** mil metros lineares de bens culturais

Livros	200 mil
Revistas	2060
Documentos manuscritos	1 milhão
Livros raros	6310
Objetos museológicos	2000
Vídeos e fotografias	800 mil



Bens integrados à arquitetura da Câmara dos Deputados (painéis de Di Cavalcanti e Athos Bulcão)

Principais ações e resultados

Preservação

Compreende conjunto de ações voltadas para o prolongamento da vida útil dos bens culturais, o que permite sua permanência em meios físicos e digitais às futuras gerações. A conservação preventiva abrange conjunto de estratégias elaboradas para prever e evitar possíveis riscos que ameacem o patrimônio cultural. As principais ações são: higienização de livros, documentos, materiais audiovisuais e

objetos museológicos, monitoramento das condições ambientais, iluminação, acondicionamento, e controle de pragas, procedimentos de manutenção, planejamento de desastres e atividades voltadas para a educação patrimonial.

1.313.965

Itens de acervo e pessoal atendido com ações de conservação preventiva

1.187.180	79.896	43.061	2.878	950
Páginas de livros trinchadas ¹	Caixas e livros higienizados ¹	Tratamento material audiovisual	Objetos ² museológicos higienizados	Terceirizados treinados

Nota:

- (1) Atividade desenvolvida por aprendizes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal.
- (2) As reservas técnicas do Museu, bem como as peças armazenadas, são higienizadas periodicamente, em geral, duas vezes ao ano.

Restauração

A restauração compreende um conjunto de medidas que objetivam o restabelecimento, a estabilização ou a reversão de danos incidentes sobre bens culturais. Os procedimentos visam restituir, tanto quanto possível, os valores históricos e estéticos dos objetos que representam esses bens, com base no respeito à sua originalidade e nas referências documentais, de acordo com as normas técnicas e princípios éticos reconhecidos na área de preservação.

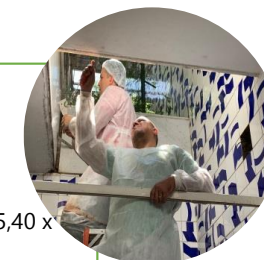
336

Documentos, plantas arquitetônicas, livros e objetos restaurados



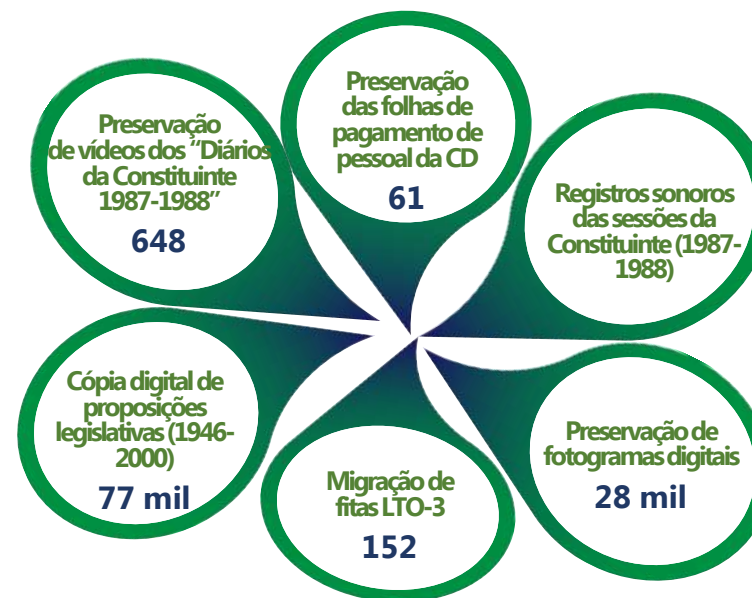
2

Restaurações:
- Painel Pasiphae 5,40 x 4,40m;
- Painel "Ventania" 7,68 x 79,80 m.



Serviço de Preservação Digital – SPD

No intuito de garantir o acesso à informação independente de suporte ou de sistema em que os documentos foram produzidos, a Casa implementou o Serviço de Preservação Digital – SPD, com procedimentos de captura, preservação de documentos digitais e migração de suporte. Dentre as ações realizadas, destacam-se:



Gestão do acervo arquivístico

Todos os anos novos documentos são recebidos das diversas unidades administrativas após terem cumprido suas funções iniciais e, a cada ano, mediante lavratura de termo próprio para descarte, parte do acervo arquivístico é eliminada conforme prazos de guarda e descarte previstos na Tabela de Temporalidade da Câmara dos Deputados, aprovada pela Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo – CADAR. Nesse novo escopo tecnológico, parte dos esforços da instituição voltou-se à gestão de documentos natos digitais.

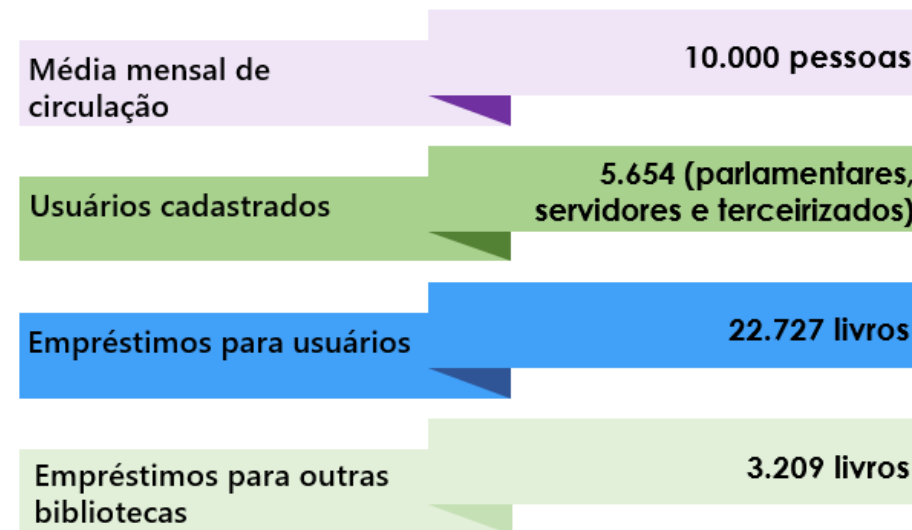


² Cada uma com capacidade de armazenamento de 10cm de documentos.

Gestão do acervo bibliográfico

A Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados tem como missão institucional fornecer suporte informacional às atividades legislativa, fiscalizatória e de representação dos parlamentares e de seus órgãos colegiados, bem como às atividades de apoio técnico-administrativo desta Casa Legislativa. Possui um acervo aberto ao público, em dias úteis, das 9h às 19h, e disponibiliza um salão de leitura com computadores e rede *Wifi*, sala de estudo e acessibilidade equipada com uma linha braile e *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual.

Movimento da Biblioteca - 2019



Disseminação da informação

As digitalizações realizadas em 2019 tiveram como objetivo facilitar o acesso à informação, preservar os documentos originais de caráter histórico e/ou permanente, disseminar informações no site da Câmara, atender às demandas de pesquisas e de processos judiciais, bem como a substituição de suporte por meio da microfilmagem.



1.744.857 páginas digitalizadas

Digitalização para substituição de suporte e disponibilização da informação em meio digital

1.563.210

Digitalização para atendimento à Lei de Acesso a Informação - LAI

134.194

Digitalização para preservação e divulgação

47.453

Páginas microfilmadas

7.062.636

A [Biblioteca Digital](#) da Câmara dos Deputados é mais um canal de disseminação da informação. Trata-se de um repositório integrado do conhecimento legislativo produzido pela Casa. Possui um vasto acervo, disponível para a comunidade em geral, para consultas e *downloads*, que engloba as publicações produzidas pela Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras, produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento.

Organização da informação legislativa

A Câmara dos Deputados disponibiliza para o cidadão as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa, além das normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império. Seguem números da inclusão destes conteúdos para a recuperação no [portal da Câmara](#).



Novas proposições indexadas

6.500

Legislações citadas em novas proposições

12.114

Inclusão, correção e atualização de proposições anteriores a 1988

20.052

Atos normativos novos indexados

4.057

Normas

1.980

Informações sobre cadastro parlamentar, biografia e movimentação parlamentar

21.370

Produção editorial

A Câmara atende ao público por meio de sua livraria física, localizada no Anexo II da Câmara dos Deputados, e a todo o Brasil pela livraria [virtual](#).



Produção Editorial em 2019

6.240

Exemplares vendidos na livraria física



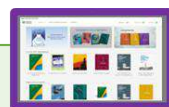
9.608

Cientes Cadastrados na livraria virtual



12.389

Exemplares vendidos na livraria virtual



A Câmara dos Deputados participou de sete feiras de livros em diversas regiões do Brasil.

Participação em feiras de livros



Feiras de livros



7 FEIRAS



3 milhões PESSOAS
(público estimado)



13.542 LIVROS VENDIDOS



Principais desafios

A complexidade do mundo atual e a velocidade em que ele vem se transformando têm gerado uma explosão informacional e uma grande avalanche de dados, especialmente em meio digital. Na Câmara dos Deputados, onde a informação – na forma de leis, proposições de lei, documentos administrativos e históricos, etc. – é o principal produto da instituição, é necessário garantir sua preservação. Um grande desafio é a curadoria das informações com agilidade, de forma a subsidiar melhor o processo legislativo com o que é relevante para a tomada de decisão. Ainda há o desafio da melhoria da qualidade da informação, não só para que seja rapidamente recuperada, independentemente de como ou quando foi criada, mas também para dar sustentação às iniciativas de inovação digital. Essas iniciativas buscam suprir as necessidades informacionais dos parlamentares e despertar o interesse do cidadão a respeito do que é produzido no Parlamento, bem como facilitar o seu acesso para que tenha condições de exercer a cidadania de maneira mais ativa. Cabe mencionar que, mesmo diante do aumento das demandas de informação e da necessidade de implantar novos processos de trabalho, há um cenário de restrição orçamentária e de diminuição dos recursos humanos.

3.6 Sustentabilidade na Câmara

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#) e legislação aplicável, disponível no [portal do EcoCâmara](#).

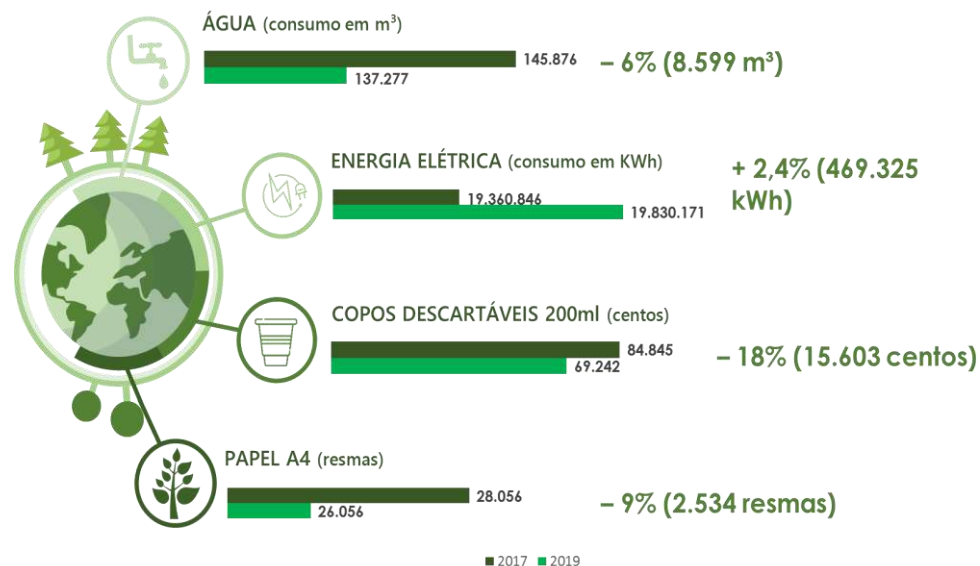
Atos da Mesa n°s: [4/2011](#); [34/2015](#); [79/2019](#).

Portarias n°s: [336/2010](#); [227/2014](#); [251/2016](#); [53/2018](#); [1/2019](#); [336/2019](#).

A gestão sustentável da Câmara dos Deputados, pela sua característica de transversalidade, é desenvolvida de forma sistêmica visando integrar valores relacionados à sustentabilidade – abrangendo aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais – como estruturantes para ações, projetos e processos atinentes à gestão. Em 2019, representando um marco no aprimoramento da gestão e no fortalecimento da inserção da sustentabilidade como pilar estratégico, foi criado, na estrutura administrativa da Diretoria-Geral, o Serviço de Sustentabilidade da Câmara dos Deputados, em substituição ao Comitê de Gestão Ambiental, com o objetivo de desenvolver a adoção de práticas de sustentabilidade de forma integrada com os diversos setores da Casa. Nessa perspectiva de avanços, foram lançadas pela Primeira-Secretaria [as sete metas de sustentabilidade para o biênio 2019-2020](#), com o objetivo de dar direcionamento às ações de gestão da Casa. Mais informações e outras iniciativas sobre a gestão sustentável na Câmara dos Deputados podem ser consultadas no [portal da Câmara](#).

Principais números da sustentabilidade na Câmara

O [Relatório Anual de Desempenho de 2019 do Plano de Logística Sustentável](#) traz a apuração do desempenho da Casa em relação a seus objetivos de sustentabilidade. A figura a seguir elenca o consumo de água, energia elétrica, copos descartáveis e papel A4 de 2019 em relação a 2017.



Notas

O aumento de 2,42% do consumo de energia registrado em 2019, em relação ao ano de 2017, deve-se, entre outros, a dois fatores:

- ✓ Inauguração do novo edifício Ceam/Sia em 2018; e
- ✓ Inauguração da segunda etapa do edifício Cetec Norte em 2017.

Gestão de resíduos

O Projeto [Revitalização da Coleta Seletiva](#) foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a segregação e a destinação final dos resíduos gerados nas dependências

da Casa, por meio da implantação de nova metodologia de coleta e descarte e da conscientização de servidores e colaboradores. Seguem os números de 2019.

Mais de **780 ambientes** de trabalho visitados

Cerca de **2.250 servidores** sensibilizados

Mais de **20 encontros** com colaboradores da limpeza e das copas

Cerca de **650 colaboradores** orientados



84% dos resíduos recicláveis aproveitados pela cooperativa de catadores contratada

*Reaproveitamento de livros e materiais de expediente descartados pelos gabinetes parlamentares ao final de 2018 com o [Projeto Sustentabilidade na Mudança de Legislatura \(SUMULEG\) 2018/2019](#)

*Os livros foram doados a bibliotecas e a projetos de incentivo à leitura. Os materiais de expediente em boas condições de uso foram disponibilizados às unidades administrativas para reutilização, por meio do [Almoxarifado Sustentável](#).

Critérios de sustentabilidade nas compras e contratações

As licitações sustentáveis na Câmara dos Deputados são disciplinadas por meio do [Ato da Mesa nº 4, de 2011](#), que dispõe sobre a adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras, regulamentado pela [Portaria nº 227, de 2014](#), que traz de forma objetiva os requisitos ambientais a serem observados na aquisição de diversos produtos e serviços comuns. Seguem os dados de 2019.



As principais exigências ambientais relacionaram-se ao descarte correto de resíduos oriundos da contratação, à logística reversa, à comprovação da origem legal da matéria prima, ao Cadastro Técnico Federal/Ibama, a requisitos relacionados à eficiência energética de aparelhos, à eficiência hídrica de equipamentos hidrossanitários e conformidade com as normas legais pertinentes. Já os critérios sociais referem-se às contratações exclusivas com microempresas e empresas de pequeno porte.

Principais ações e resultados



Criação do Serviço de Sustentabilidade da Câmara dos Deputados (EcoCâmara) na estrutura administrativa da Diretoria-Geral ([Ato da Mesa nº 79, de 2019](#))

A unidade administrativa veio substituir e dar continuidade ao trabalho realizado pelo Comitê de Gestão Ambiental e instituir novo modelo de governança de sustentabilidade para a Câmara.



Lançamento, pela Primeira-Secretaria, das Sete Metas de Sustentabilidade para o biênio 2019-2020

Com o objetivo de dar direcionamento às ações da gestão voltadas à incorporação da sustentabilidade em seus processos internos e ambiente de trabalho.



Aprovação da Política de Impressão Sustentável, Portaria nº 1, de 2019, da Primeira-Secretaria

Esta ação, concebida no âmbito do [PLS](#), visa a redução do número de impressoras, promovendo economia e eficiência desses insumos.



Lançamento da Rede Nacional do Legislativo Sustentável

Fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União, com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas de sustentabilidade entre órgãos e instituições do Legislativo Nacional, nas esferas municipal e estadual. Subprodutos:

- [Curso em EAD sobre elaboração de Planos de Logística Sustentável.](#)
- [Site da Rede Legislativo Sustentável.](#)
- Oficinas presenciais sobre implantação do PLS, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, nas Câmaras Municipais de Franca (SP), de Salvador (BA) e de Nova Friburgo (RS).



Realização do 1º Prêmio Destaque Gestão Sustentável

Com o objetivo de estimular e reconhecer iniciativas sustentáveis implantadas no âmbito da Câmara dos Deputados.



Realização da IV Jornada de Boas Práticas em Contratações Públicas, tendo como tema a sustentabilidade

O evento contou com a participação de cerca de 230 servidores da Casa e de outros órgãos da Administração Pública.



Aprovação da Portaria nº 336, de 2019

Dispõe sobre a inclusão da obrigatoriedade do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência em todos os processos administrativos de aquisição de bens e de contratação de serviços no âmbito da Câmara dos Deputados. Ela considera a sustentabilidade como elemento basilar.

Redução de despesas

Com o estabelecimento do [PLS](#), resultados importantes foram alcançados, dentre os quais destacam-se a redução no consumo de água, de copos descartáveis e de papéis (ver infográfico no item [Principais números da sustentabilidade na Câmara](#)).

Principais desafios

A sustentabilidade, ao longo dos últimos anos, tornou-se tema central das discussões mundiais em função da urgente necessidade de preservação dos recursos naturais. A Agenda 2030, criada pela ONU, que trata dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no qual o Brasil é signatário, impõe a todos um comprometimento cada vez mais efetivo com o tema. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados tem como desafio dar continuidade e ampliar a Rede Nacional do Legislativo Sustentável, criada pelos entes do Legislativo Federal, com a finalidade de consolidar uma gestão pública sustentável, no âmbito nacional. Internamente, os desafios relacionam-se à melhoria da gestão de resíduos, à criação do Painel de Sustentabilidade, ao robustecimento do plano de logística sustentável, ao aprimoramento das contratações, além de avançar com o modelo mental da sustentabilidade como um valor indissociável da gestão.

3.7 Acessibilidade na Câmara

CONFORMIDADE LEGAL

Leis n^{os}: [10.048/2000](#); [10.098/2000](#); [10.436/2002](#); [11.126/2005](#); [12.319/2010](#); [12.527/2011](#); [13.146/2015](#); [13.460/2017](#); entre outras.
 Decretos n^{os}: [3.298/1999](#); [5.296/2004](#); [3.956/2001](#); [5.626/2005](#); [5.904/2006](#); [186/2008](#); [6.949/2009](#); [9.508/2018](#); [9.546/2018](#); entre outros.
 Resoluções CD n^{os}: [26/2013](#); [1/2015](#); [19/2016](#).
 Atos da Mesa n^{os}: [4/2011](#); [151/2014](#); [149/2017](#).
 Portarias n^{os}: [123/2004](#); [336/2010](#); [56/2011](#); [227/2014](#).

A Câmara dos Deputados busca desde 2004 tornar-se uma instituição cada vez mais acessível e inclusiva às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida – parlamentares, colaboradores, visitantes, telespectadores e internautas – que frequentam seus espaços ou buscam seus produtos, serviços e informações. Considerando que a “Responsabilidade Social” é um dos valores definidos no planejamento estratégico, e com o objetivo de atender a legislação federal vigente, diversos setores da Casa atuam em parceria no planejamento, promoção e execução de ações integradas para suprir as necessidades de pessoas com limitações físicas, auditivas, visuais e intelectuais e, assim, eliminar barreiras atitudinais, físico-arquitetônicas, tecnológicas e de comunicação. Mais informações podem ser consultadas no portal da Câmara, na página [A acessibilidade na Câmara dos Deputados](#).

Panorama atual

Além das reformas de adaptação arquitetônica e urbanística, merecem destaque as ações voltadas a garantir que as pessoas com deficiência consigam se comunicar e obter as informações de seu interesse. Entre elas, as adaptações de TIC melhoram a

cada dia a qualidade do acesso de pessoas com limitações diversas aos conteúdos das páginas do portal da Câmara. A capacitação e a sensibilização de colaboradores das mais diferentes áreas da Casa também são essenciais para aprimorar o atendimento e a prestação de serviços, mudar a cultura institucional, criar atitudes positivas e permitir que as pessoas com deficiência possam ter participação social cada vez mais inclusiva e igualitária.

Principais ações e resultados

17 plenários (incluindo o Plenário Ulysses Guimarães) e **3** auditórios adaptados
56 sanitários acessíveis
10 triciclos motorizados e **29** cadeiras de rodas manuais disponíveis
9 plenários e **19** balcões de atendimento com sistema de aro magnético
10 elevadores substituídos ou modernizados
 Mais de **1.200** termos do Glossário da Câmara sinalizados em Libras por avatar
 Atendimento em Libras nas portarias e na visita desde **2009**
 Publicação de leis em formatos alternativos acessíveis desde **2006**
 Transmissão com janela de Libras na programação da TV Câmara desde **2009**
 Legendas ocultas nas transmissões da TV Câmara desde **2012**
 Audiodescrição progressiva na programação da TV Câmara desde **2016**
18 turmas de Libras e **6** turmas de audiodescrição para capacitação de colaboradores
 Mais de **80** palestras, cursos e eventos de capacitação e sensibilização interna
 Mais de **40** palestras, cursos e consultoria oferecidos a outras instituições
 Mais de **30** equipamentos de tecnologia assistiva adquiridos
 Avaliação e correção gradativa de acessibilidade e usabilidade em sistemas e páginas do portal da Câmara na Internet desde **2005**
2 contratos pioneiros com a APAE-DF em **2008** e **2017** para inserção profissional de pessoas com deficiência intelectual por meio do trabalho apoiado (serviços de higienização de livros e documentos e serviços de apoio administrativo)
 Criação da Rede de Acessibilidade na Administração Pública desde **2017**, fruto de parceria com as principais instituições legislativas e judiciárias federais (SF, CD, TCU, STF, STJ, TST, TSE, TJDF)

Os números da acessibilidade em 2019

ACESSIBILIDADE DIGITAL

Tradução automática em Libras realizada por avatar (Vlibras Widget) no Portal da Câmara na Internet

Melhorias em mais de **70%** das aplicações web utilizadas por parlamentares e assessores (**17** avaliadas, **12** corrigidas)

Mais de **200** páginas web aperfeiçoadas para uso com leitores de tela

Adaptações de acessibilidade realizadas em **3** sistemas de votação eletrônica, **3** postos de votação e em **1** sistema de registro de presença dos parlamentares



43 Planos de Atendimento em Acessibilidade para deputados e colaboradores com deficiência ou com mobilidade reduzida

ACESSIBILIDADE FÍSICA

Modernização de **7** elevadores

Adaptação de **4** sanitários

Construção de **3** faixas elevadas para pedestres

Linhas de atuação



AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

15 cadeiras de rodas manuais

5 lupas eletrônicas

7 fones de ouvido

3 licenças de software de leitura de tela

ACESSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO

Construção de **3** estúdios para transmissão de Libras

Instalação de **1** sistema de aro magnético no Plenário 4

ACESSIBILIDADE NA TV CÂMARA

3.120 horas de conteúdo com janela de Libras

8.760 horas de transmissão com legendas ocultas

988 horas de programas com audiodescrição

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

160 horas de capacitação em Libras (**5** cursos, **86** colaboradores capacitados)

30 horas de capacitação em audiodescrição (**1** curso, **14** colaboradores capacitados)

50 horas de capacitação em acessibilidade e deficiência (**4** cursos, **232** colaboradores capacitados)

ACESSIBILIDADE EM EVENTOS

209 horas com Libras simultânea

13 horas com legendagem

15 horas com audiodescrição

ACESSIBILIDADE NO CANAL NO YOUTUBE

100% das sessões plenárias com janela de Libras

100% dos vídeos gravados e postados com legendas geradas automaticamente pela plataforma

Playlist com **65** vídeos audiodescritos

Principais desafios

A Câmara dos Deputados já avançou muito, mas ainda existem alguns desafios como: constante manutenção e aperfeiçoamento das ações de acessibilidade já implantadas, de modo que não haja descontinuidade ou retrocessos; a transversalidade das ações de promoção da acessibilidade, ou seja, a acessibilidade como parte das atribuições de cada órgão da Casa, dentro de sua área de atuação; a regulamentação da LBI, para auxiliar gestores a compreenderem melhor as exigências legais e saber como aplicá-las na prática; a construção de parcerias com universidades e outros órgãos governamentais, com o objetivo de utilizar a inteligência artificial para encontrar soluções tecnológicas eficientes e de baixo custo para problemas específicos de acessibilidade de comunicação, como, por exemplo, melhorar a qualidade da tradução automática de Libras na Web realizada por meio de avatar, ou gerar legendas em tempo real a custo razoável e com maior fidelidade ao texto falado. Com estudos, pesquisa e prospecção, espera-se que seja possível implantar essas soluções em um futuro próximo.



4 ATIVIDADE LEGISLATIVA

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#), arts. 44 a 75.

Resolução CD nº 17/1989 ([Regimento Interno da Câmara dos Deputados](#)), alterada até a [Resolução nº 30, de 2018](#)

Resolução CD [nº 29/2018](#).

[Ato Conjunto nº1/2018](#).

Ato da Mesa nº [80/2019](#).

A força do Parlamento está na participação dos cidadãos, na pluralidade dos interesses que perpassam os debates e as votações no plenário e nas comissões, bem como na autonomia de suas decisões. Essa interação com a sociedade é uma característica indissociável das atividades da Câmara dos Deputados que dispõe de variados serviços de suporte aos trabalhos legislativos, além de oferecer ao cidadão diferentes mecanismos de acesso à informação e de interação com os seus representantes. As informações sobre a atividade legislativa e aquelas relacionadas com a atuação dos deputados encontram-se permanentemente disponíveis para a consulta nos diversos canais institucionais de comunicação – [portal da Câmara dos Deputados](#), [Mídias Sociais](#), [Rádio Câmara](#), [TV Câmara](#), [Diário da Câmara dos Deputados](#), [relatórios técnicos](#) e [publicações oficiais](#) entre outros.

Propostas legislativas aprovadas na Câmara em 2019

Dentro do escopo de matérias aprovadas, várias já compõem o ordenamento jurídico brasileiro e impactam diretamente a vida da população. A relação de propostas apreciadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados pode ser acessada no [portal da Câmara](#).

Plenário e Comissões

A Câmara dos Deputados realizou, em 2019, 431 sessões no Plenário Ulysses Guimarães e votou 832 matérias, entre elas: seis propostas de emenda constitucional, uma proposta de emenda constitucional em primeiro turno, 25 medidas provisórias, quatro projetos de lei complementar, 54 projetos de lei, 22 projetos de decreto legislativo, doze projetos de resolução e dois objetos de deliberação. No exercício, foram realizados 2.102 eventos e reuniões nas comissões permanentes e temporárias. Os dados apresentados relacionam-se aos macroprocessos finalísticos “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” (este último no caso de, por exemplo, representações e comissões parlamentares de inquérito). Merecem destaque, também, outros itens relativos aos macroprocessos finalísticos, tais como [estatística dos trabalhos da Casa](#), atividades do [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#), do [Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#), da [Procuradoria Parlamentar](#) e da [Corregedoria Parlamentar](#). Impulsionada pela visão estratégica, a Câmara dos Deputados alterou seu Regimento Interno e passou a adotar a identificação unificada (sigla, número e ano) com o Senado Federal para as proposições legislativas bicamerais, a partir da abertura da 56ª Legislatura.

Principais ações em 2019

Comissões

[Pauta Eletrônica 2.0](#)

Modernização do *software* dos terminais das bancadas dos plenários das comissões, utilizados pelos parlamentares durante as reuniões. Colabora com o aprimoramento do processo legislativo ao possibilitar acesso fácil a informações sobre a pauta e o andamento das reuniões, com destaque para a melhor usabilidade, a consulta a outras reuniões e a visualização rápida da legislação e das proposições pautadas. O

recurso também promove acessibilidade para os deficientes visuais, por meio de fones de ouvido.

Console do Presidente

Novo *software* dos terminais das mesas dos plenários das comissões, dedicados ao presidente e ao secretário-executivo, responsáveis respectivamente por conduzir e secretariar as reuniões. Disponibiliza informações precisas imprescindíveis à condução das reuniões, antes tratadas de forma manual. As informações incluem: a orientação dos líderes, o *quórum*, horário do início da reunião, a votação nominal corrente, a última votação pelo processo nominal, cronômetro e tempo de liderança.

Infoleg-comunica

Novo *software* que aprimora o processo legislativo, tornando digital, automática e padronizada as comunicações entre as comissões e os gabinetes de deputados. Os comunicados incluem a convocação para reuniões, a distribuição de relatoria, as demandas dos deputados, entre outros.

Plano Anual de Fiscalização Financeira e Controle (PAFC)

Elaboração do Plano no ano de 2019, bem como a apresentação e aprovação do Relatório Anual de Fiscalização e Controle (RAFC), pela primeira vez, previsto no Regimento Interno.

Números referentes a assessoramento institucional parlamentar

483 Deputados foram atendidos

100% Todas as Comissões Permanentes foram atendidas

Em 2019, a Câmara produziu mais de 35 mil trabalhos para atender as demandas inerentes à atividade parlamentar legiferante.



Números referentes a estudos legislativos produzidos pelo assessoramento institucional parlamentar

31 ESTUDOS E NOTAS TÉCNICAS PUBLICADOS

39 NOTAS SOBRE MEDIDAS PROVISÓRIAS



Números do assessoramento institucional a parlamentares e às comissões sobre orçamento e fiscalização financeira e orçamentária

A Câmara tem estrutura de consultoria responsável por oferecer embasamento técnico-científico ao processo de planejamento de políticas públicas e de tomada de decisão dos parlamentares e de diversos órgãos da Câmara, como a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO); às comissões permanentes e temporárias da Câmara e do Congresso Nacional; às respectivas Mesas; aos parlamentares; e à administração da Casa, por meio da elaboração de pesquisas, notas técnicas e minutas de relatórios, pareceres, entre outros, sobre matéria orçamentária e financeira e relativa a controle e fiscalização financeira.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Tipo de emenda	Quantidade de emendas analisadas
Bancadas Estaduais	437
Comissões da Câmara dos Deputados	101
Comissão Mista do Congresso	16
Comissões Senado Federal	55
Deputados Federais	7.140
Senadores	1.043
Total	8.792
Fonte: Relatório Final da LOA 2020	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Tipo de emenda	Quantidade de emendas analisadas
Corpo da Lei	1.383
Anexo II	33
Anexo III	496
Prioridades e Metas	1.045
Total	2.957
Fonte: Relatório Final da LDO 2020	

PLANO PLURIANUAL

Tipo de emenda	Quantidade de emendas analisadas
Investimento Prioritário	330
Objetivo	62
Programa	72
Texto da Lei	84
Total	548
Fonte: Relatório Final do PPA 2020-2023	

Em 2019, a Câmara produziu 1.317 trabalhos referentes à matéria orçamentária e financeira e relativos ao controle e fiscalização financeira.

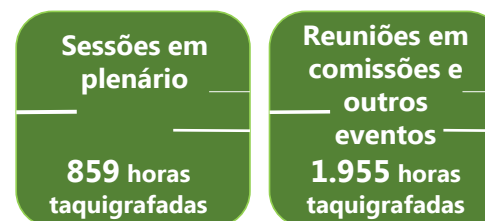


Foi elaborado ainda um conjunto de documentos e informações orçamentárias, dentre as quais se pode destacar: [Raio X do Orçamento](#), do [PPA](#), da [Previdência](#); [Boletim de Emendas](#); [Execução Orçamentária](#) e [Acompanhamento do Teto de Gastos](#); e, [Estudos e Notas Técnicas](#).

Número de pronunciamentos e debates registrados na Câmara

A Câmara procede ao registro tanto dos pronunciamentos e debates que ocorrem no plenário principal da Câmara dos Deputados, nas comissões temáticas e nos demais eventos legislativos da Casa, quanto dos discursos e debates que se realizam

nas sessões conjuntas e nas comissões mistas do Congresso Nacional. Em 2019, foram registradas:



Gestão de riscos e/ou controles

Comissões

Instalação de equipamentos de áudio e vídeo em duas salas de reunião no Anexo II, piso superior

A instalação permitiu que salas de reunião funcionassem como plenários de comissão, mitigando o risco da não realização de reuniões essenciais por falta de espaço. Disponibiliza para a população o vídeo dos discursos e das deliberações dessas reuniões de comissões, subcomissões e grupos de trabalho.

Acordo de Serviço com a área de segurança

Identifica reuniões críticas ou críticas em potencial e é destinado a garantir a segurança dos presentes e evitar tumultos em reuniões de comissões. O Acordo inclui: controle de acesso aos plenários, proteção de dignitários, canal de comunicação exclusivo e capacitação de servidores.

Acordo de Administração de Edifícios

Trata da remoção de objetos e móveis dos plenários que possam oferecer riscos à incolumidade dos participantes da reunião.



Redução de despesas

Regulamentação da realização de eventos e a produção gráfica no âmbito das comissões

Foi aprovado o [Ato da Mesa nº 80, de 2019](#), que disciplina a realização de eventos e a produção gráfica no âmbito das comissões, tendo como objetivo as seguintes reduções: no adiantamento de valores, o que inibe exceder o limite mensal; e (b) na utilização de produtos bibliográficos, gráficos e de videoconferência em eventos.

5 PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONFORMIDADE LEGAL

Leis n°s: [12.527/2011](#); [13.460/2017](#).

Resoluções CD n°s: [4/2015](#), [45/2012](#), [78/2013](#), [247/2018](#), [5/2019](#), [6/2019](#).

Atos da Mesa n°s: [43/2009](#), [64/2019](#), [35/2019](#), [63/2019](#), [64/2019](#).

Atos do Presidente de [5/4/2019](#) (ST), [5/4/2019](#) (SPIMD), [9/4/2019](#) (SC), [24/5/2019](#), [22/8/2019](#).

Portarias n°s: [101/2013](#); [111/2013](#).

O ano de 2019 foi marcado por profundas mudanças na forma de a Câmara interagir com seus diferentes públicos. Foram criadas a [Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais](#) e a [Secretaria de Transparência](#), o que demonstra a preocupação da instituição com esses temas tão presentes e de crescente relevância nos debates políticos. Um grande diferencial no modo de pensar e atuar da instituição foi a formação de um [Conselho Consultivo de Comunicação Social](#) para propor o estabelecimento e a atualização da política de comunicação da Casa e zelar pelo respeito à diversidade de opiniões e à pluralidade partidária na linha editorial dos veículos de comunicação.

Transparência na Câmara dos Deputados

Portal da Câmara

O portal da Câmara dos Deputados reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Câmara dos Deputados, promove a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferece mecanismos de manifestação e participação do

cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação. Seguem abaixo os principais dados sobre o acesso ao portal da Câmara dos Deputados em 2019 e suas novas soluções implementadas no escopo do Projeto Corporativo Virada Digital ([item 1.3](#) deste Relatório).

SERVIÇOS DISPONÍVEIS NO PORTAL DA CÂMARA



Atendimento ao cidadão

A Câmara dos Deputados oferece aos cidadãos diferentes mecanismos para interação com a instituição, dentre canais bilaterais e multilaterais. Os canais bilaterais compreendem o Fale Conosco do portal institucional, disponível em www.camara.leg.br, o serviço Disque Câmara 0800 619 619, o atendimento presencial e as mensagens recebidas por correspondência. No processo de atendimento ao cidadão, por meio dos canais bilaterais, a triagem de todas as demandas destinadas à Casa é realizada pela Central de Comunicação Interativa (CCI) – 0800/Fale Conosco, a quem compete analisar as mensagens registradas, responder às de sua competência e encaminhar as demais às áreas gestoras, de acordo com a tipologia. Cada área é incumbida de realizar os procedimentos necessários ao atendimento de suas demandas e responder ao cidadão. A seguir, são apresentados os dados de atendimento ao cidadão em 2019:

		<h1>111.246</h1> <h2>demandas atendidas¹</h2>
Lei de acesso à informação	56.024	
Manifestação	17.882	
Solicitação de serviços e produtos	9.511	
Sugestão legislativa	4.482	
Reclamação	1.229	
Sugestão administrativa	231	
Elogio	192	
Denúncia	168	
Subtotal	89.719	
Fora do escopo ²	21.527	

Notas

- (1) Dados extraídos do Sistema Prisma. Última extração de dados: 7 de janeiro de 2020.
- (2) Na categoria “Fora do Escopo” estão agrupados pedidos de informação sobre outros órgãos da administração pública, mensagens não pertencentes à Câmara e demandas em que o atendimento não pode ser concluído, por exemplo, as ligações interrompidas.

Em relação às demandas atendidas, houve um aumento de 124% em comparação com 2018, sendo que as solicitações de acesso à informação continuam sendo mais expressivas (50%). Esse aumento no número de atendimentos pode estar relacionado ao primeiro ano de legislatura e à discussão de temas de grande alcance nacional, como a reforma da Previdência. Além disso, em 2019 houve uma ampliação do atendimento ao cidadão com a possibilidade de recebimento de chamadas originadas de celular pelo Disque-Câmara. Para atendimento aos requisitos da [Lei 12.527/2011](http://www.camara.leg.br/leis/12527/2011) (Lei de Acesso à Informação – LAI), em 2019, a Câmara dos Deputados apresentou o [Relatório consolidado da Lei de Acesso à Informação](#), de 2018.


Órgão de Ouvidoria

A [Ouvidoria Parlamentar](#) realiza a gestão dos tipos de demanda reclamação, elogio, sugestão administrativa e denúncia, cujos dados de atendimento constam no início desta seção, e da elaboração da [Carta de Serviços ao Cidadão](#). As demandas de gestão da Ouvidoria são recebidas via Central de Comunicação Interativa (CCI) – 0800/Fale Conosco da Câmara dos Deputados.

Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP)

A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) é uma cota única mensal destinada a custear os gastos dos deputados exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar (regulada pelo [Ato da Mesa nº 43, de 2009](#)). O valor máximo mensal da cota depende da unidade da federação (UF) pela qual o parlamentar foi eleito. Em 2019, como parte da ação estratégica da Câmara dos




Deputados, foram realizadas ações contempladas no Projeto Corporativo Modernização da CEAP, que pode ser consultado no subtópico *Resultados do planejamento estratégico* do item [1.3 deste Relatório](#). No que trata da utilização dos recursos da CEAP, há ainda o Sistema de Gestão de Passagens Aéreas (SIGEPA) que viabiliza a compra direta de passagens, bem como o credenciamento das companhias aéreas, proporcionando assim economia de recursos públicos e maior transparência. Segue quadro com dados sobre as compras diretas:



SIGEPA
Sistema de Gestão de Passagens Aéreas

COMPRA DIRETA

☐ Sistema em pleno funcionamento com as seguintes vantagens :

- ✓ Desconto mínimo sobre o valor da tarifa -
Companhias Aéreas credenciadas : **GOL, LATAM, AZUL** **3%**
- ✓ Prazo de reserva de até 
- ✓ Maior agilidade na solicitação de reembolso
- ✓ Sistema centralizado de aquisição de passagens
- ✓ Disponibilização automática de relatórios gerenciais
- ✓  Economia na Cota CEAP
- ✓  Segurança no processo de aquisição
- ✓ Eficiência combinada com celeridade na compra de passagens

Mais informações sobre a CEAP podem ser consultadas na [área de transparência do portal da Câmara](#).

Participação e interação na Câmara dos Deputados

Redes Sociais



[Facebook – @camaradeputados](#)

1.280 posts e vídeos geraram um volume de **1.640.000** interações¹, e **357.164** seguidores. Em relação a 2018, houve aumento de **7,45%**.



[Twitter – @camaradeputados](#)

4.524 posts geraram um volume de **215.750** interações e **837.855** seguidores. Em relação a 2018, aumentou **17,58%**.



[Instagram – @camaradeputados](#)

1.297 posts geraram um volume de **341.786** interações e **62.640** seguidores. Em relação a 2018, aumentou **258,9%**.



[Youtube – Câmara dos Deputados](#)

7.373 vídeos geraram um volume de **5.987.694** interações e **275.632** seguidores, aumento de **134,58%** em relação a 2018.

¹ Interações: compreende-se como toda e qualquer manifestação feita na postagem, a saber: reações, comentários, compartilhamentos e cliques nos links disponíveis.

Enquete

A ferramenta de enquetes legislativas permite participação em todas as propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados. O sistema utilizado permite que o cidadão vote apenas uma vez em cada enquete proposta. Consulte os números da Enquete neste capítulo no item Portal da Câmara.

Portal e-Democracia

Busca ampliar a participação social no processo legislativo e aproximar cidadãos e seus representantes por meio da interação digital. Dentro dele temos três formas de participação: [Pauta Participativa](#); [Audiências Interativas](#) com **531** salas criadas ao longo de 2019, com a participação de **3.055** pessoas que geraram **6.597** mensagens enviadas, sendo **3.065** perguntas sobre o tema em discussão na audiência; e o novo [Wikilegis](#), ferramenta que permite a participação popular na elaboração de projetos de lei e outras propostas legislativas.

Visite o Congresso

A Câmara dos Deputados, em conjunto com o Senado Federal, mantém o programa ["Visite o Congresso"](#), que oferece visitas guiadas às duas casas legislativas. É uma iniciativa que objetiva proporcionar experiências e informações acerca do papel do Congresso Nacional e de sua importância. O público tem à disposição atendimentos em português, inglês, espanhol, francês e libras.

VISITAÇÃO INSTITUCIONAL

155.098 cidadãos, sendo 4.880 estrangeiros, conheceram um pouco da história e do funcionamento dos principais ambientes do Congresso Nacional

RECEPTIVO NAS PORTARIAS

666.151 visitantes recepcionados e identificados nas portarias da Câmara



Divulgação da atividade legislativa por meio de veículos de comunicação da Câmara

Portal Notícias

O [portal](#) veicula matérias jornalísticas sobre as votações de projetos no Plenário e nas comissões, descrição dos projetos em tramitação, apresentação de eventos a serem realizados e cobertura de audiências públicas e outros eventos. Entre janeiro e julho de 2019, foram moderados **10.063** comentários em matérias publicadas no Notícias da Câmara, o que significou um aumento de **83%** em relação a todo o ano de 2018.

NOTÍCIAS NO PORTAL

9.238	Matérias publicadas no Câmara Notícias
24.170.717	Visualizações de páginas de notícias
9.692	Menções a deputados



Rede legislativa de rádio e TV

A [Rede Legislativa](#) de Rádio e TV é a primeira rede de televisão a se formar no Brasil com o recurso digital da multiprogramação, que possibilita o uso de um mesmo transmissor para quatro emissoras independentes. Em 2019, a Rede Legislativa continuou seu programa de ampliação de cidades atendidas.

REDE LEGISLATIVA DE TV DIGITAL

70 milhões
(em 53 cidades / regiões metropolitanas) Cidadãos alcançados

117 Cidades em implantação

20 Cidades com projeto em análise



REDE LEGISLATIVA DE RÁDIO

10 milhões
(em 11 cidades / regiões metropolitanas) Cidadãos alcançados

155 Cidades em implantação

21 Cidades com projeto em análise

AMPLIAÇÃO DE TV E RÁDIO EM 2019

TV Campina Grande/PB e Juazeiro do Norte/CE

RÁDIO Manaus/AM

TV Câmara

A [TV Câmara](#) tem a missão de transmitir as discussões e votações que ocorrem no Plenário Ulysses Guimarães e nas comissões, dando transparência à elaboração das leis que regem o dia a dia da sociedade e ao trabalho de fiscalização realizado pelo Parlamento.

PLENÁRIO E COMISSÕES

Programação anual com **8.760h**, incluindo:

1322 Horas de sessões plenárias

2180 Horas de reunião nas comissões



PROGRAMAS

823 Programas inéditos, com **1.046** participações de deputados



JORNALISMO - TV

Câmara Hoje – Jornal Matutino

122 edições, com **403** deputados nos links ao vivo, e **1149** reportagens

Fatos e Opiniões

38 programas e **854** participações de deputados

Revista da Câmara – Revista eletrônica dos fins de semana

41 edições, com **387** reportagens, incluindo **28** reportagens especiais

Mochilink

372 entradas ao vivo diretamente das Comissões, com entrevistas de deputados e especialistas que participam de audiências públicas e votações



Rádio Câmara

A [Rádio Câmara](#) oferece aos ouvintes do Distrito Federal, das rádios da Rede Legislativa e parceiras em todo o país, a transmissão ao vivo das votações em Plenário, a cobertura jornalística das atividades parlamentares, programas voltados à formação de cidadania, campanhas de utilidade pública, além de uma programação cultural e musical.

JORNALISMO - RÁDIO

813 edições em dois jornais diários, com **2.222** matérias e **217** notas informativas

A VOZ DO BRASIL

254 edições, totalizando + de **83h** de programação, com a participação de **457** deputados e o total de **5.560** inserções

PROGRAMAS

1208 programas jornalísticos sobre temas diversos, com **264h** de programação

1331 programas culturais, com **519h** de programação

RADIO AGÊNCIA

2.204 matérias na página da Rádio Agência, que conta com 2500 rádios parceiras, retransmitindo as matérias jornalísticas do portal.



Eventos institucionais

A Câmara dos Deputados anualmente realiza diversos [eventos](#) que objetivam ampliar a discussão dos temas em debate no parlamento e aproximar a instituição da sociedade, reafirmando a vocação da Casa em acolher e representar a pluralidade dos interesses do povo brasileiro.

GESTÃO DE ESPAÇOS

123 Reuniões de trabalho em espaços especiais

GESTÃO DE EVENTOS

693 eventos efetivamente realizados, de **1.335** solicitações recebidas e instruídas

CERIMONIAL

Apoio especial de Cerimonial e Protocolo em **8** Comissões Gerais e **213** Sessões Solenes



Cultura na Câmara

A Câmara disponibiliza à sociedade rico [acervo](#) histórico e artístico. São exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, gabinetes de arte, apresentações musicais, lançamentos de livros, eventos literários e institucionais, além de iniciativas nas áreas museológica, museográfica e histórico-parlamentar. O objetivo é valorizar a história parlamentar, a cultura nacional, a arte e o acervo museológico, elementos essenciais para constituição da identidade brasileira, do papel institucional e histórico do Poder Legislativo.

HISTÓRIA, ARTE E CULTURA**23** Exposições históricas e artísticas**5** Exposições institucionais**37** Exposições externas**17** Oficinas de leitura**MUSEU**A Câmara recebeu **9** presentes protocolares e **28** obras de arte em 2019

Parlamento Brasileiro. Em 2019, foram realizadas 8 edições, com um total de 528 participantes.

Missão Pedagógica no Parlamento

O programa Missão Pedagógica no Parlamento é uma formação em educação para democracia voltada para educadores (professores, coordenadores e orientadores pedagógicos) da rede pública de ensino brasileira. Em 2019, formaram-se 53 professores.

Oficina de Atuação no Parlamento

Programa presencial destinado à sociedade civil organizada, que contempla educação política e o exercício da cidadania coletiva. Conduzido pela Câmara, com o apoio da Comissão de Legislação Participativa (CLP), o programa busca contribuir para uma maior participação desses atores nos debates e decisões em curso no Parlamento. Em 2019, foram oferecidas 2 edições de quatro dias de duração, com participação de 123 pessoas.

Educação para a cidadania**Estágio-Participação**

O Estágio Participação – Circuito Pedagógico em 2019 –, ofereceu três edições para professores de escolas públicas da Educação Básica e para o ecossistema de educação para democracia (Escolas do Legislativo de Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais e outras entidades). O Programa atendeu 143 educadores de todas as regiões do Brasil.

Estágio-Visita

O Programa Estágio-Visita de Curta Duração visa estimular a participação democrática dos jovens universitários e promover o desenvolvimento de valores de cidadania, permitindo a aproximação desse público com o

Parlamento Jovem Brasileiro

O [programa](#) simula uma jornada parlamentar em que os jovens estudantes participam de debates e votações como se fossem deputados federais. Para participar, o estudante precisa elaborar um projeto de lei, propondo mudanças para melhorar a realidade do país. Em 2019, foram 78 os parlamentares jovens. Houve 34% de aumento nas inscrições do PJB, totalizando 1950 projetos de lei apresentados, um dos maiores números desde o início do programa, em 2003.

Escola Virtual de Cidadania (EVC)

A Escola Virtual de Cidadania é um espaço com conteúdos educacionais dirigidos a jovens e adultos que desejem entender melhor a dimensão política

da cidadania, por meio de vídeos, cartilhas, tutoriais, jogos e outros formatos atrativos e didáticos, sempre desenvolvidos por especialistas. Algumas novidades de 2019 foram o [Clique Regimento](#), um guia básico do regimento interno da Câmara dos Deputados para ser acessado rapidamente via celular; os vídeos da série “Quero ser Vereador” – Episódio 1: [Representando o cidadão com transparência](#) e Episódio 2: [Conhecendo os limites da minha atuação](#); os materiais em formato “Flux” [Como criar uma Procuradoria da Mulher no Legislativo](#) e [Participação Política](#).

Plenarinho

Em 2019, o Plenarinho completou **15 anos** de existência e alcançou mais de **762 mil** visualizações de páginas. O número de usuários aumentou em **40%**, e o número de comentários respondidos, em **92%**. Uma série de materiais, em diversos formatos, foram produzidos para marcar a data no [portal da Câmara](#). O número de pedidos de editoras para reprodução do material do Plenarinho obteve crescimento de **171%** em comparação a 2018.



Politeia

Na Simulação Politeia 2019, em parceria com a Universidade de Brasília, foi implementada pela primeira vez a chamada "cláusula de barreira", que vetou a

participação de pessoas que já tinham integrado o Programa por 4 vezes ou mais. O resultado foi o aumento expressivo da participação de estudantes que não haviam participado do projeto anteriormente. Foram 426 inscrições com 9 estados representados por 26 diferentes universidades/faculdades federais e particulares.

Escola na Câmara

O programa Escola na Câmara oferece a professores e estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental a chance de conhecer, de perto, como funciona o Poder Legislativo. Ele é voltado a escolas públicas do Distrito Federal – preferencialmente, aquelas localizadas nas regiões de maior vulnerabilidade social e mais baixa renda; escolas que, naturalmente, têm pouco acesso ao turismo cívico. Em 2019, foram realizadas 6 visitas de escolas à Câmara dos Deputados, com 315 alunos participantes no total. Foram feitas visitas pela equipe responsável a 7 escolas.

Principais ações e resultados

Transparência

Atendimento ao cidadão

A Central de Comunicação Interativa, responsável pelo Disque-Câmara (0800 619 619) e Fale Conosco (faleconosco.camara.leg.br), apresentou um aumento médio de **112,37%** no atendimento nestes canais. O Disque-Câmara obteve um crescimento de **43,38%** em relação ao ano anterior e o Fale Conosco de **181,37%**. Atribui-se esse aumento especialmente em função da agenda da Casa. Também foi realizada a aplicação da pesquisa de satisfação a todos os tipos de demandas, dando cumprimento ao art. 23 da Lei nº [13.460, de 2017](#). Trata-se de instrumento de monitoramento da qualidade do atendimento prestado, por meio do qual os cidadãos podem atribuir uma nota que vai de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito), além de permitir o registro de um comentário. Segue o resultado:



85% atribuíram nota 5 (muito satisfeito) ou 4 (satisfeito) ao atendimento prestado pela Câmara

Também conforme preceitua o referido normativo, em seu art. 7, foi disponibilizada a [Carta de Serviços ao Cidadão](#), no portal da Câmara dos Deputados, com orientações sobre acesso e uso dos serviços oferecidos pela Câmara. Houve ainda a atualização da [Cartilha do Cidadão](#), que esclarece os principais pontos da [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#) e as diversas formas de acesso a informações na Casa.

Órgão de Ouvidoria

Ao longo de 2019, a Ouvidoria Parlamentar promoveu o aperfeiçoamento da transparência e participação popular no parlamento por meio da:

- Participação na Cúpula Global de Governo Aberto, realizada no Canadá, organizada pela OGP – *Open Government Partnership*, e na missão de organizações da sociedade civil brasileiras ligadas aos temas de transparência e controle, realizada em paralelo à cúpula da OGP.
- Criação do [programa Conexão ONG](#), canal formal para atender a sociedade civil organizada no que tange ao recebimento e acompanhamento de demandas direcionadas à administração da Câmara dos Deputados. Também no âmbito do programa, houve videoconferência com organizações da sociedade atuantes no controle orçamentário para apresentação do [Infoleg Orçamento](#), aplicativo desenvolvido pela Câmara para acompanhamento da execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União.
- Realização das audiências públicas “[Serviços ao Cidadão no Poder Legislativo](#)” e “[A influência das mídias digitais sobre a sociedade brasileira](#)”, com a participação de várias autoridades do Poder Legislativo e representantes de organizações da sociedade civil. Na primeira audiência houve ainda participação de representante do Parlamento Europeu.
- Adesão da Ouvidoria Parlamentar à [Rede Nacional de Ouvidorias](#) em 2/10/2019.
- No âmbito do [programa Primeiro Debate](#), em outubro, em conjunto com o DataSenado e a Ouvidoria do Senado Federal, realização da [pesquisa de opinião ativa sobre “uso de redes sociais, notícias falsas e privacidade na internet”](#) com o objetivo de captar a percepção da sociedade brasileira sobre temas emergentes.
- Assinatura de Ato Conjunto dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para instituição da Rede Nacional de Ouvidorias Legislativas, em outubro de 2019.
- Promoção de participação popular na elaboração da Política de Comunicação Social da Câmara dos Deputados. Designado relator da Política de Comunicação pelo Conselho Consultivo de Comunicação Social da Câmara, o Ouvidor-Geral promoveu consulta pública sobre a proposta de texto por meio da ferramenta [Wikilegis](#), disponível no portal da Câmara.
- Realização, em parceria com a Ouvidoria do Senado Federal, do 1º Encontro Nacional de Ouvidores Legislativos, em novembro, na cidade de Salvador, Bahia, dentro da XXIII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, evento promovido pela Unale – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Comunidade de telespectadores de sinal analógico de TV no Whatsapp (61 99981 2724)

No final de 2019, a TV Câmara incluiu uma mensagem para os telespectadores, que informa o número de WhatsApp para dirimir dúvidas sobre o encerramento das suas transmissões pelo sinal analógico previsto para 20 de janeiro de 2020, configuração de aparelhos compatíveis ou sugestão de equipamentos com sistema digital. Até 31 de dezembro de 2019 foram efetuados 498 contatos.

Política de Comunicação da Câmara dos Deputados

Em atendimento ao art. 2º do [Ato do Presidente de 24/05/2019](#), a saber, “Compete ao Conselho Consultivo de Comunicação Social: I - propor o estabelecimento e a atualização da política de comunicação da Câmara dos Deputados” foi aberta uma consulta pública pela plataforma [Wikilegis](#) para a redação da Política de Comunicação da Câmara dos Deputados. Em novembro, o texto final foi aprovado pelo Conselho de Comunicação da Câmara.

Divulgação da atividade legislativa

Em 2019, a Câmara dos Deputados investiu na atualização tecnológica e de linguagem para aperfeiçoar a comunicação sobre as atividades legislativas. Dentre os principais ganhos e ações, destacam-se:

Agilidade e alcance – A partir de agosto, o equipamento chamado “mochilink” permitiu ampliar a cobertura em tempo real das atividades em andamento, principalmente nas Comissões. Mais de 370 entradas ao vivo na programação da TV Câmara e no YouTube colocaram no ar entrevistas de deputados e especialistas que participam de audiências públicas e votações.


Interatividade – As transmissões estão mais interativas. Além de acompanhar, ao vivo, as sessões do Plenário e as reuniões das Comissões, o telespectador agora conta com informações adicionais sobre os projetos e temas em discussão, que podem ser acessadas por meio de QR Code disponibilizado na tela da TV.

Comprove – É o canal pelo WhatsApp (61) 99660 2003 de checagem de notícias relacionadas à Câmara dos Deputados, lançado em 25 de outubro. Por meio dele, o cidadão pode tirar dúvidas sobre a veracidade de conteúdos recebidos pelas redes sociais ou divulgados em sites da internet. Foram recebidos contatos de 491 cidadãos, sendo 282 demandas consideradas tratáveis pelos demais canais de atendimento da Casa e 328 fora do escopo de atendimento da Câmara.

Aumento de visualizações das notícias – A Câmara dos Deputados realizou uma série de melhorias na área de notícias do portal na internet, levando a um aumento de 53% no número de visualizações: de 15,8 milhões, em 2018, para 24,2 milhões, em 2019.

Novos formatos – Na TV Câmara, foi criado o programa “[Representativas](#)” para mostrar a atuação da bancada feminina na Câmara dos Deputados e o interprograma “[Trabalho de base](#)” para retratar ação dos deputados nos estados. Na linguagem das redes sociais, foi desenvolvido o novo programa de debates “[Dá pra negociar?](#)” Todos os programas da TV estão sendo reformulados. Na Rádio Câmara, a partir de novembro de 2019, todo o conteúdo jornalístico e cultural produzido pela Rádio Câmara passou a ser oferecido em formato **podcast**. Os arquivos digitais são disponibilizados na [página da emissora na internet](#), nos serviços de streaming Spotify e Apple Podcast ou, ainda, por RSS.

Cobertura especial de posse presidencial – Foram 4 horas de transmissão ao vivo em *pool* com emissoras públicas e privadas. A cobertura contou com entrevistas de especialistas no estúdio, links ao vivo com deputados e reportagens.



Cobertura especial de posse dos deputados – Cobertura ao vivo com 9 horas de duração, entre posse dos deputados e eleição da Mesa, que contou com 98 deputados entrevistados em *links* nos principais espaços da Câmara.

Redução de despesas

Divulgação da atividade legislativa

Em 2019, a Câmara decidiu encerrar as transmissões da TV Câmara e da Rádio Câmara por meio do sinal analógico via satélite, mantendo-se as transmissões do sinal digital. Estudos dos [IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística](#) e da [EAD – empresa Administradora da Digitalização](#) indicaram que, no máximo, 4,8% dos domicílios do país recebem apenas o sinal analógico via satélite, percentual em queda acentuada. Essa iniciativa proporcionará, a partir de 2020, economia anual de 5,4 milhões de reais, visando possibilitar investimentos em automação e atualização técnica, trazendo aumento de qualidade e mais economia.

6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

6.1 Resumo do Processo para Determinar a Materialidade das Informações Constantes do Relatório de Gestão de 2019

A Câmara dos Deputados adota, desde 2016, medidas para aperfeiçoar sua Prestação de Contas Anual (PCA). Para definir a materialidade foram consideradas informações relevantes que podem vir a afetar a capacidade da Câmara de gerar valor, ou seja, de representar o povo brasileiro, elaborar diplomas legais e de fiscalizar. Também, foram destacadas informações da Câmara como: missão institucional, visão, organização, estratégia, governança, prioridades da gestão, principais resultados, riscos, redução de despesas e desafios. A Câmara aprovou novo modelo estruturado por áreas temáticas, contendo as regras de linguagem e para imagens e tabelas, com a finalidade de aprimorar o processo de prestação de contas, a partir de estudo dos normativos vigentes do Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU em 2019

No exercício de 2019, as deliberações do TCU dirigidas à Câmara foram consubstanciadas em quatro acórdãos. As deliberações nos mencionados acórdãos resultaram em 9 determinações e 10 recomendações, conforme resumo apresentado a seguir.

Processo TC	Acórdão	Assunto				
		Assunto	Tipo/item	Itens atendidos	Itens em análise	Comunicação expedida/ processo/CD
025.730/2017-7	1.411/2019-TCU-2ª Câmara	Prestação de Contas -2016	Recomendação 1.7.1.1 e 1.7.1.2	-	Recomendação 1.7.1.1 e 1.7.1.2	Proc. 298.406/2019
017.368/2016-2	1.890/2019 e 1.832/2018-ambos TCU-Plenário	Monitoramento Transparência no Portal Avaliação	Determinação 9.1(9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3)	9.1(9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3)	-	Sistema TCU. Proc. 607.117/2020
025.092/2013-8	3.048/2019 e 1.312/2014 ambos TCU-Plenário	Cota para o exercício da atividade Parlamentar	Recomendação 9.1 (9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8)	-	Recomendação 9.1 (9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8)	Proc.645.265/2019
018.550/2019-3	12.674/2019-TCU – 2ª Câmara	TCE / Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro	Determinação 9.2.1.1, 9.2.1.2, 9.2.2, 9.3, 9.4 e 9.5	9.2.1.1 9.2.1.2, 9.2.2, 9.3, 9.4 e 9.5	-	Proc. 201.387/2020 Ofício DG n 4/2020

Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

As deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores estão apresentadas na tabela a seguir, que demonstra a situação dos 26 itens entre determinações e recomendações expedidas. Foram atendidos 14 itens de determinações e 12 itens de recomendações no presente exercício.

Processo TC	Acórdão	Situações das deliberações em exercícios anteriores			
		Assunto	Tipo/Item	Itens atendidos	Comunicação expedida/processo/CD
010.638/2016-4	1.469/2017-TCU-Plenário	Catálogo de Serviços ao Cidadão	Recomendação 9.4	9.4	505.892/2018 Ofício DG 87/2019
005.725/2018-2	712/2019 -TCU-Plenário	Contratos de Prestação de Serviços	Determinação 9.3.9.3.1, 9.3.2 e 9.5	9.3, 9.3.1, 9.3.2 e 9.5	320.158/2019 Ofício DG 170/2019
020.145/2015-2	2.339/2016 TCU-Plenário	Avaliação das práticas de governança e gestão de aquisições na Administração	Recomendação 9.2.1 e 9.2.2	9.2.1 e 9.2.2	340.809/2019
013.815/2016-4	1.590/2018-TCU-Plenário	Cotas para o exercício da atividade parlamentar	Recomendações 9.2.1, 9.2.2, 9.2, 9.3	9.2.1, 9.2.2, 9.2, 9.3	340.809/2019 Ofício DG n. 89/2019
017.368/2016-2	1.832/2018-TCU - Plenário	Transparência do Portal eletrônico da Câmara	Determinação 103, 120, 143,178,232,269,270, 309.1, 309.2 e 309.3 Recomendação 144,179,233,310,311	Determinação 103, 120, 143,178,232,269,270, 309.1, 309.2 e 309.3 Recomendação 144,179,233,310,311	438.096/2018

Avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal

Conforme determinação constante nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013-TCU-Plenário (item 9.3 do Acórdão 671/2018 – TCU – Plenário, TC 013.515/2013-6), informa-se que a Câmara dos Deputados deu prosseguimento aos procedimentos para cobrança administrativa em desfavor da empresa IOS Informática, Organização e Sistemas S.A., referente à desoneração do Contrato nº 266/2009. Salienta-se que, em 2019, a empresa interpôs recurso administrativo contra a cobrança dos valores apurados, o qual se encontra em análise. Informa-se ainda que o valor atualizado do débito é de R\$ 5.559.312,14. Em relação ao reequilíbrio dos contratos que não envolvem mão de obra residente, os órgãos internos da Casa prosseguiram na instrução do processo de apuração dos valores referentes a contratações de

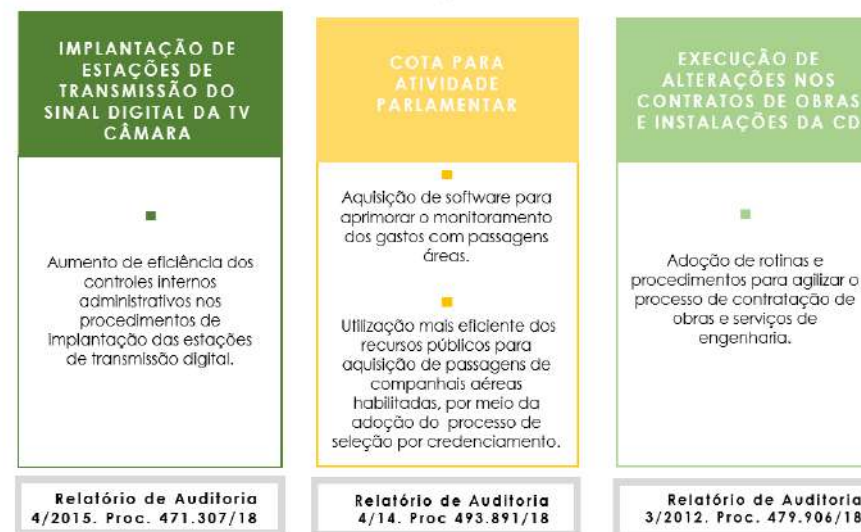
Tecnologia da Informação, conforme metodologia adotada pela Caixa Econômica Federal.

6.3 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Recomendações expedidas pelo OCI

Em 2019, a Secin emitiu cinco Relatórios de Auditoria (RA) que estão em atendimento pelas diversas unidades da Casa. Além desses, existiam 28 processos de auditoria com recomendações expedidas em exercícios anteriores, dos quais cinco foram encerrados com todas as recomendações atendidas, um processo baixado e 22 estão na situação em atendimento. Dentre os processos encerrados destacam-se os seguintes:

AUDITORIAS INTERNAS



6.4 Sistemática de Apuração de Custos

A gestão estratégica da Câmara dos Deputados para o período de 2012 a 2023, aprovada pelo [Ato da Mesa nº 59, de 2013](#), conta com diretrizes e linhas de ação voltadas para a melhora na eficiência administrativa e na utilização de recursos, o que torna premente a sistematização de informações de custos para o suporte a decisões gerenciais. Essas diretrizes sinalizam a preocupação da administração da Casa com o aprimoramento da qualidade do gasto público e da tomada de decisão, bem como com a futura implementação da apuração dos custos após os estudos necessários para identificação e mensuração adequada de unidades, programas, produtos, de forma a apoiar a avaliação de resultados e desempenho e as funções de planejamento e orçamento. A dificuldade de implantar e trabalhar informações de custos num órgão do Poder Legislativo reside no fato de que os produtos são em sua maioria abstratos e difíceis de mensurar, tais como proposições apreciadas, leis aprovadas, medidas provisórias aprovadas, vetos votados, fiscalizações efetuadas, contas julgadas, entre outros. Entretanto, a gestão da Casa pode ser aperfeiçoada com informações gerenciais que levem a um processo decisório mais bem fundamentado e pautado em metodologia que permita a correta comparação de alternativas e análise de informações de custos. O Projeto Corporativo Gestão de Custos para Decisão, acompanhado pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), tem por objetivo prover subsídios que possibilitem decisões de alocação mais eficiente de recursos e que gerem as condições para a melhoria da qualidade do gasto público. Em vias de conclusão, prevê os seguintes benefícios esperados: disponibilização de informações tempestivas e com precisão adequada à decisão gerencial; desenvolvimento de visão sistêmica, racionalização dos gastos das unidades administrativas. O cronograma do projeto foi estendido na última reunião de avaliação estratégica de 2019, pois algumas definições precisavam de um tempo maior de maturação. Considera-se, contudo, que o tempo despendido resultará numa melhor definição dos itens de custo que, de fato, possam cumprir os objetivos do projeto de serem de preparação automática e em quantidade mínima suficiente para subsidiar a decisão da alta administração.





7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS


CONFORMIDADE LEGAL

Lei Complementar nº [101, de 2000](#).
 Leis nºs: [4.320, de 1964](#) e [10.180, de 2001](#).
 Decreto-Lei nº [200, de 1967](#).
 Resolução CD nº [20, de 1971](#).
 Portaria DG nº 62, de 2017.

Principais informações da área contábil

A estrutura da unidade de Contabilidade está prevista no art. 71 da [Resolução da CD nº 20, de 1971](#).

Principais competências		Perfil dos servidores	
 Execução orçamentária	 Contabilidade patrimonial	28 servidores 13 Analista Legislativo (75%) 15 Técnico Legislativo (25%)	18 com formação contábil
 Demonstrações contábeis	 Controle de adiantamentos e ressarcimentos	Contador da Câmara dos Deputados – exercício de 2019	
		Francisco Glauber Lima Mota	Titular
		Rógeres da Silva Marques	1º substituto
		Mariângela Lobato Correia Veiga	2º substituto

 Acesse o detalhamento das competências da Coordenação de Contabilidade no [Portal da Câmara](#).

Principais dados extraídos das demonstrações contábeis*

Balanco patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.



*Todos os valores apresentados neste subtópico foram arredondados. Para maiores informações, consulte as demonstrações contábeis publicadas no [Portal da Câmara](#).

Ativo Circulante = R\$ 1,35 bilhão



Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ 1,33 bilhão



Recursos da Conta Única Aplicados

Recursos aplicados decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

31/12/2019	31/12/2018
726,9 milhões	664,5 milhões



Variação positiva de **9,4%** que decorre dos rendimentos auferidos com essa aplicação.



Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

31/12/2019	31/12/2018
602,4 milhões	452,4 milhões



Variação positiva de **33%** que pode ser explicada pelo fluxo de caixa a seguir.

Especificação	2019	
	Ingressos	Desembolsos
Fluxo das atividades operacionais	6,12 bilhões	5,88 bilhões
Fluxo das atividades de investimentos	128 mil	23,13 milhões
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		212,00 milhões



Bancos Conta Movimento - CEF
R\$ 604,56 mil



Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

R\$ 12,6 milhões

→ Ajustes para perdas (R\$ 2,6 milhões)

Composição dos créditos



Principais valores a receber

R\$ 3,7 milhões	de bancos públicos federais em virtude da cessão de direitos de operacionalização da folha de pagamento
R\$ 2,6 milhões	de créditos por dano ao patrimônio - folha de pagamento
R\$ 1,9 milhão	de infrações legais e contratuais
R\$ 1,3 milhão	de adiantamento de contribuições futuras - FUNPRESP
R\$ 1,1 milhão	de remuneração da Conta Única a receber

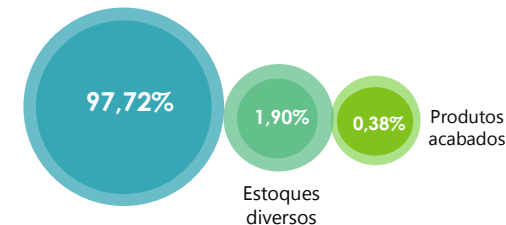
Principais variações

Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	Fatos mais significativos
59% Créditos por danos ao patrimônio	R\$ 3,49 milhões	R\$ 2,19 milhões	Apropriação e atualização
11% Outros créditos a receber	R\$ 7,85 milhões	R\$ 7,06 milhões	Remuneração da Conta Única a receber



Estoques

R\$ 7,3 milhões



Material de consumo

Manutenção de bens imóveis e instalação	R\$ 2,03 milhões
Elétrico e eletrônico	R\$ 2 milhões
Expediente	R\$ 1,2 milhão
Manutenção de bens móveis	R\$ 392 mil
Tecnologia da informação	R\$ 352 mil
Outros	R\$ 1,33 milhão



Outros Ativos

R\$ 478 mil



Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [portal da Câmara](#).

Ativo Não Circulante = R\$ 1,77 bilhão



Ativo Realizável a Longo Prazo

R\$ 18,2 milhões

4%

Créditos a longo prazo

R\$ 728 mil

convênio celebrado com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada (Shis), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

96%

Demais créditos e valores a longo prazo

R\$ 12,85 milhões

Adiantamento de contribuições futuras FUNPRESP

R\$ 7,25 milhões

Créditos por danos ao patrimônio

86,2%

do total a receber decorre de recebimento indevido de pensão civil apurado em TCE

Ajustes para perdas
(R\$ 2,6 milhões)



Imobilizado

R\$ 1,74 bilhão

Bens imóveis

R\$ 1,58 bilhão



47%

31/12/2019	31/12/2018
1,58 bilhão	1,07 bilhão

Varição positiva decorrente de reavaliação de bens imóveis

Depreciação acumulada

Saldo em 31/12/2018	8,59 milhões
Encargo de depreciação	1,19 milhão
Reversão da depreciação acumulada	-
Saldo em 31/12/2019	9,78 milhões

Bens móveis

R\$ 270 milhões



Varição positiva de 1.786% para adequação ao seu valor justo

Depreciação acumulada

Saldo em 31/12/2018	79,12 milhões
Encargo de depreciação	26,11 milhões
Reversão da depreciação acumulada	1,03 milhão
Saldo em 31/12/2019	104,2 milhões



Intangível

R\$ 12,8 milhões

O valor total é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *softwares*

Passivo Circulante = R\$ 41 milhões

79%

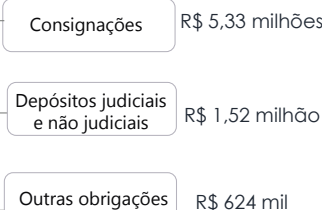
Férias a pagar, salários, remunerações e benefícios

R\$ 32,2 milhões

18%

Demais Obrigações

R\$ 7,5 milhões



3%

Fornecedores e contas a pagar

R\$ 1,2 milhão



Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [portal da Câmara](#).

Balanço orçamentário

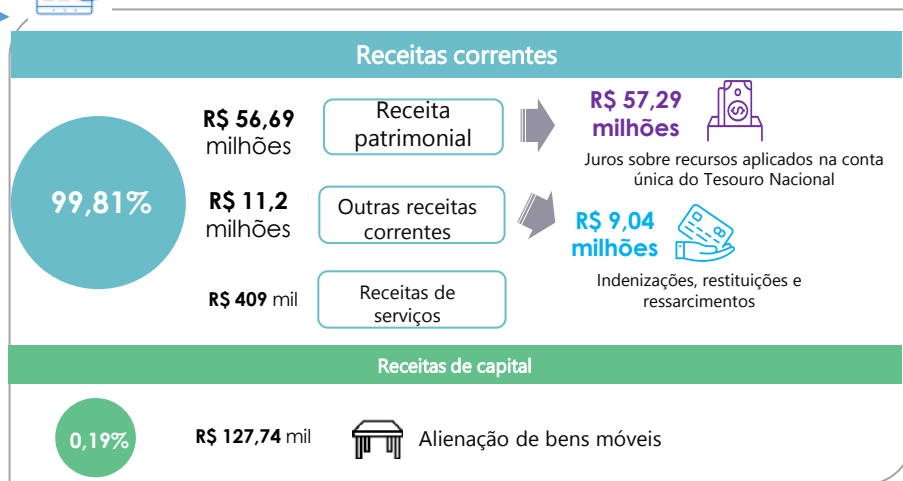
O Balanço Orçamentário é o demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas, com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas.

LOA
Lei nº 13.808/2019
Estima a receita e fixa a despesa de 2019

Receita	Especificação	Prevista atualizada (a)	Realizada (b)	Saldo (c) = (b) – (a)
		Receitas Correntes	R\$ 64,33 milhões	R\$ 68,30 milhões
	Receitas de Capital	R\$ 104 mil	R\$ 127,74 mil	R\$ 22,8 mil
	Soma	R\$ 64,43 milhões	R\$ 68,43 milhões	R\$ 4 milhões

Despesa	Especificação	Dotação atualizada (a)	Empenhada (b)	Saldo da dotação (c) = (a) – (b)
		Despesas Correntes	R\$ 6,155 bilhões	R\$ 5,858 bilhões
	Despesas de Capital	R\$ 155,69 milhões	R\$ 22,61 milhões	R\$ 133,08 milhões
	Soma	R\$ 6,31 bilhões	R\$ 5,88 bilhões	R\$ 430,34 milhões

Receita realizada **R\$ 68,43 milhões**

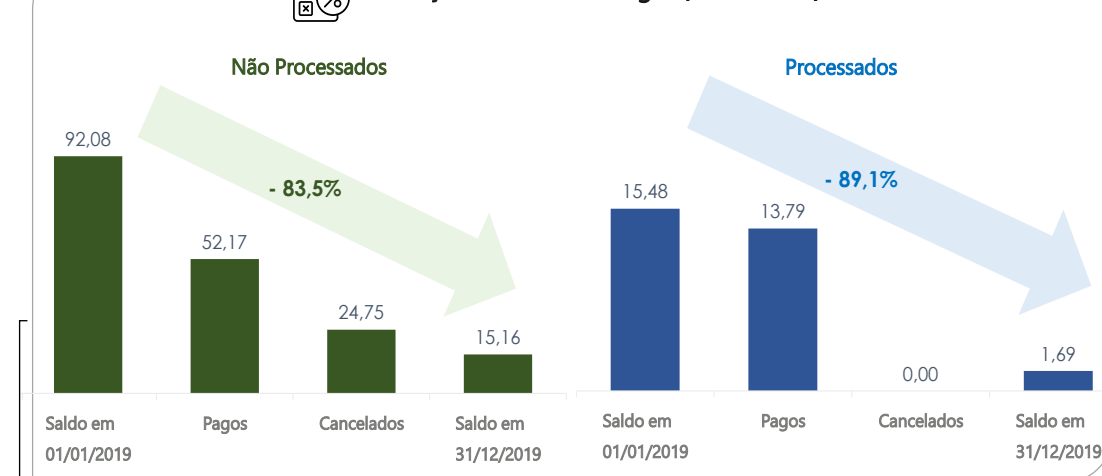


Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [portal da Câmara](#).

Despesa Empenhada (R\$ bilhões)



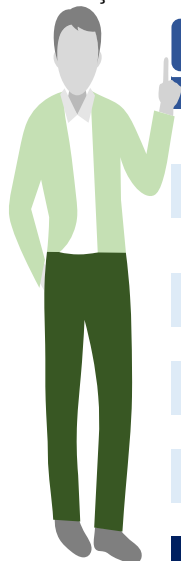
Execução de Restos a Pagar (R\$ milhões)



Outras informações podem ser consultadas no [Relatório Contábil – Nota explicativa 27 – Execução orçamentária dos restos a pagar](#).

Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais é o demonstrativo que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.



Variações Patrimoniais					
Aumentativas		R\$	Diminutivas		R\$
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		45,14 milhões	Pessoal e Encargos		3,19 bilhões
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		64,02 milhões	Benefícios Previdenciários		1,93 bilhão
Transferências e Delegações Recebidas		5,99 bilhões	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		580,13 milhões
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		583,03 milhões	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		845 mil
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		15,82 milhões	Transferências e Delegações Concedidas		39,26 milhões
			Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		117,86 milhões
			Tributárias		453,9 mil
			Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		19,5 mil
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		157,73 milhões
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		6,70 bilhões	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		6,02 bilhões
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)			Superávit		686 milhões

Principais variações patrimoniais aumentativas



R\$ 5,99 bilhões

Cota financeira recebida do Tesouro Nacional



R\$ 575,23 milhões

Reavaliação de bens imóveis



57,28 milhões

Rendimentos com aplicação financeira



32,74 milhões

Cessão do direito de operacionalizar os recursos da folha de pagamento

↓
Valor transferido para o Tesouro Nacional



Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [portal da Câmara](#).

Principais variações patrimoniais diminutivas

Total = R\$ 6,02 bilhões



Pessoal e Encargos

R\$ 2,44 bilhões

Remuneração a Pessoal

RS 444,45 milhões

Encargos Patronais



Benefícios previdenciários e assistenciais

R\$ 1,54 bilhão

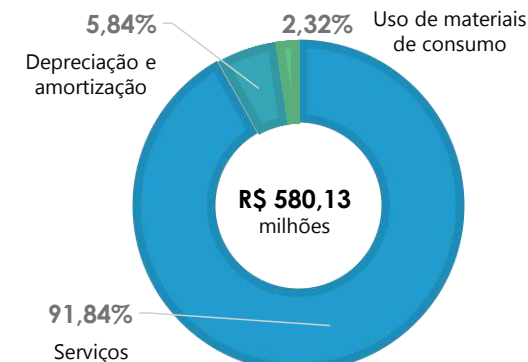
Aposentadorias e reformas



crescimento em decorrência de aposentadorias concedidas em 2019



Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo



Balanço financeiro

O Balanço financeiro é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Especificação	Ingressos	Dispêndios
Receitas orçamentárias	68,43 milhões	-
Despesas orçamentárias	-	5,88 bilhões
Transferências financeiras	5,99 bilhões	36,17 milhões
Extraorçamentários	149,46 milhões	84,76 milhões
Total	6,21 bilhões	6,00 bilhões
Resultado financeiro		212 milhões
Saldo do exercício anterior		1,12 bilhão
Saldo para o exercício seguinte		1,33 bilhão



Relatório contábil do encerramento do exercício de 2019



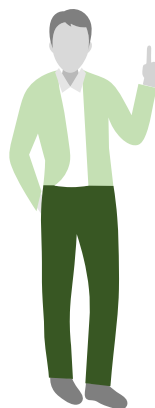
O relatório contábil contendo a declaração do contador, as demonstrações contábeis e notas explicativas pode ser consultado no [portal da Câmara dos Deputados](#).

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Em 2019, a unidade de controle interno realizou auditoria (Relatório de Auditoria 01/2019/Nacop, de 11/11/2019) para avaliar o processo de reconhecimento, evidência e mensuração contábil dos demonstrativos financeiros da Câmara dos Deputados e recomendou que sejam adotados procedimentos para o controle e a regularização dos passivos registrados na conta 2.1.8.8.1.01.28 – Depósitos Retidos de Fornecedores. A providência para atender à recomendação está em andamento.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.



Especificação	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Fluxo das atividades operacionais	6,12 bilhões	5,88 bilhões	235,00 milhões
Fluxo das atividades de investimentos	128 mil	23,13 milhões	(23,00 milhões)
Fluxo das atividades de financiamentos	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			212 milhões
Caixa e Equivalentes de caixa inicial			1,12 bilhão
Caixa e Equivalentes de caixa final			1,33 bilhão

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.1 Declaração de Integridade do Relato Integrado

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2019, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos.

A preparação e elaboração deste documento foi apoiada nas diretrizes e elementos do Relato Integrado. O Comitê de Gestão Estratégica (CGE) procurou apresentar uma visão estratégica desta Casa com foco nos seus objetivos no curto, médio e longo prazos, bem como o gerenciamento dos recursos orçamentários, humanos, tecnológicos, entre outros, sob o ponto de vista da eficiência e conformidade.

Nesse sentido, o CGE, formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa, declara que o Relatório de Gestão do exercício de 2019 está alinhado ao novo modelo de prestação de contas e que suas informações são íntegras.

Sérgio Sampaio Contreiras de
Almeida
Diretor-Geral (DG)

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Secretário-Geral da Mesa (SGM)

Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor-Geral Adjunto (DGA)

Virgínia Queiroz Alves
Secretária-Geral da Mesa Adjunta
de Planejamento da Atividade
Legislativa (SGMA)

David Miranda Silva Almeida
Diretor Executivo de Comunicação
Social (Direx/Secom)

Milton Pereira da Silva Filho
Diretor de Recursos Humanos
(DRH)

Romulo de Sousa Mesquita
Diretor Administrativo
(Dirad)

Afrísio de Souza Vieira Lima Filho
Diretor Legislativo
(Dileg)

Sebastião Neiva Filho
Diretoria de Inovação e Tecnologia
da Informação
(Ditec)

Antonio Carvalho e Silva Neto
Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão
(Aproge)